

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
COMUNICAÇÃO

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A PROMOÇÃO DA
CIDADANIA NA COMUNIDADE DE SURUACÁ - PA

PRISCILA RABASSA DE SOUZA

Manaus
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
COMUNICAÇÃO

PRISCILA RABASSA DE SOUZA

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA
NA COMUNIDADE DE SURUACÁ - PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, área de concentração Ambientes Comunicacionais Midiáticos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ítala Clay de Oliveira Freitas

Manaus
2013

PRISCILA RABASSA DE SOUZA

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E A PROMOÇÃO DA CIDADANIA
NA COMUNIDADE DE SURUACÁ - PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, área de concentração Ambientes Comunicacionais Midiáticos.

Aprovada em 13/09/2013

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Ítala Clay de Oliveira Freitas, Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Maria Sandra Campos, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^o. Dr^o. José Alcimar de Oliveira, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof^o. Dr^o. Walmir de Albuquerque Barbosa
Universidade Federal do Amazonas

Prof^o. Dr^o. Nelson Matos de Noronha
Universidade Federal do Amazonas

Manaus
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pela possibilidade de contribuir para a construção do conhecimento e para a difusão da pesquisa na região Norte.

Aos professores do Programa, pela partilha do conhecimento. Em especial, a Prof^a. Dr^a. Ítala Clay de Oliveira Freitas, por acreditar nessa pesquisa colaborando com o seu desenvolvimento e pelas constantes e importantes interferências na condução desse estudo.

Aos professores doutores, Walmir de Albuquerque Barbosa e Luiza Elayne Corrêa Azevedo, por compartilharem o seu conhecimento no processo inicial desse trabalho, e Maria Sandra Campos e José Alcimar de Oliveira por participarem como membros da banca de avaliação, fomentando significativos debates.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por permitir a dedicação total ao desenvolvimento da pesquisa por meio da bolsa de mestrado.

Agradeço, a ONG Saúde e Alegria e, principalmente, os moradores da comunidade de Suruacá, pela receptividade, demonstrando a hospitalidade que o povo ribeirinho possui, e pela contribuição na construção e no desenvolvimento dessa pesquisa. Em particular, ao Sr. Djalma Lima e toda a sua família, que me acolheram em sua casa e auxiliaram durante os dias que fiquei em Suruacá.

Aos familiares e amigos do Rio Grande do Sul, agradeço pelas palavras de incentivo e pela compreensão do valor que o estudo e a pesquisa representam para mim. Em especial, à minha mãe Dilma, minha irmã, Simaia, e meu sobrinho, Luã, que mesmo distantes, sempre me apoiam em todos os momentos e escolhas da minha vida.

A minha família amazônida e da casa 171 (incluindo todos os que passaram por lá), assim como meu namorado, Milton “George”, pela paciência e por estarem sempre ao meu lado, apoiando e contribuindo para mais essa conquista.

A todos os meus colegas, em especial, aos queridos, Jean Racene e Nair Lima, que mais do que colegas tornaram-se grandes e eternos amigos. Obrigada por todo apoio, cumplicidade, conversa e conhecimento que vocês me

proporcionaram. Ao Jean, devo ainda os créditos de formatação e normatização desse projeto.

Agradeço ao amigo e professor do IFAM, Guto Leão, por contribuir com seu conhecimento para o desenvolvimento desse trabalho.

A todos, que de uma forma ou outra participaram desse processo significativo na minha vida profissional e pessoal, um muito obrigada!

RESUMO

A comunicação comunitária é identificada atualmente como estratégia para o desenvolvimento e para a busca da transformação social, criando sujeitos ativos na conquista pelos seus direitos de cidadãos. Diante dessa possibilidade, este trabalho visa analisar o processo de comunicação comunitária estabelecido entre a comunidade de Suruacá e a Rede Mocoronga, da Organização Não Governamental, Saúde e Alegria, ambas localizadas no estado do Pará, e a sua contribuição para a promoção da cidadania da população ribeirinha. O estudo contou com um suporte teórico dos autores Fábio Castro (2012), Cicilia Peruzzo (2007) e Margarida Kunsch (2007) que apresentam a comunicação comunitária como fator crucial para conectar as comunidades entre si e com o mundo, além de contribuir para a ampliação dos direitos e deveres de cidadania, direito de todo ser humano. Para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizamos como metodologia o Estudo de Caso, por meio das técnicas de entrevista e observação participante, além dos registros de conversas informais. O resultado revela a contribuição da comunicação comunitária para o desenvolvimento e para a ampliação da cidadania da população ribeirinha, assim como ajuda a entender o ambiente comunicacional que se configura nas relações estabelecidas entre a Rede Mocoronga e a comunidade de Suruacá.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária. Cidadania. Comunidades Ribeirinhas. Organizações Não Governamentais.

ABSTRACT

The community communication is now identified as a strategy for the development and the pursuit of social transformation, creating active subjects in the conquest of their rights as citizens. Given this possibility, this study aims to analyze the process of community communication established between the Suruacá community and Rede Mocaronga from Saúde e Alegria non-profit organization, both located in the state of Pará, and their contribution to the promotion of citizenship of the riverine population. The study featured a theoretical support of the authors Fábio Castro (2012), Cicilia Peruzzo (2007) and Margarida Kunsch (2007) that present community communication as a factor crucial to connecting communities with each other and with the world, and contribute to expansion of the rights and duties of citizenship, the right of every human being. For the development of this research methodology we used as the case study, using the techniques of interview and participant observation as well as records of informal conversations. The result reveals the contribution of community communication for development and the extension of citizenship of riverine population, as well as helps to understand the communication environment that configures the relationships established between the Rede Mocaronga and Suruacá community.

Key - words: Community Communication. Citizenship. Riparian communities. Non-Governmental Organizations.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 01 – Imagem da Estrutura Organizacional do PSA.....	46
Fig. 02 – Mapa da área de atuação do PSA.....	47
Fig. 03 – Imagem do Programa de Desenvolvimento Integrado	50
Fig. 04 – Mapa da área de atuação da Rede Mocaronga	54
Fig. 05 – Imagem do <i>site</i> da Rede Mocaronga.....	55
Fig. 06 – Imagem do <i>site da</i> Rede Mocaronga/Rádio	56
Fig. 07 – Imagem do <i>site</i> da TV Mocaronga	57
Fig. 08 – Imagem dos Jornais Comunitários e O Mocarongo	58
Fig. 09 – Mapa da Localização da Comunidade de Suruacá.....	67
Fig. 10 – Foto do Telecentro de Inclusão Digital Japiim	75
Fig. 11 – Foto da radialista da Rádio Japiim	75
Fig. 12 – Imagem do <i>blog</i> de Suruacá.....	77
Fig. 13 – Imagem do <i>site</i> do Telejornal Japiim.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Contribuição da Rádio	84
Gráfico 02 – Contribuição do Jornal	85
Gráfico 03 – Contribuição dos vídeos	86
Gráfico 04 – Contribuição da <i>Internet</i>	87
Gráfico 05 – Contribuição do Telefone Celular	89
Gráfico 06 – Contribuição do Teatro	90
Gráfico 07 – As mudanças na comunidade	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO	14
1.1 O COMPLEXO AMAZÔNICO.....	14
1.2 OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA	19
1.3 COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	24
1.4 A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA	32
2 AS ONGs E O PROJETO SAÚDE E ALEGRIA	38
2.1 AS ONGs NO MUNDO.....	38
2.2 SUA HISTÓRIA NO BRASIL	42
2.3 O PROJETO SAÚDE E ALEGRIA	46
2.4 UMA REDE DE COMUNICAÇÃO POPULAR	53
3 COMUNIDADES AMAZÔNICAS. UM ESTUDO DO AMBIENTE COMUNICACIONAL EM SURUACÁ.....	62
3.1 COMUNIDADES RIBEIRINHAS.....	62
3.2 SURUACÁ. UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA.....	67
3.3 O TELECENTRO DE COMUNICAÇÃO POPULAR	74
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICES	103
ANEXOS	111

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre comunicação no Brasil são expressivos, no entanto, tornam-se restritos quando se trata da inserção dos meios de comunicação em comunidades ribeirinhas. A distância que separa essas comunidades dos centros urbanos e o difícil acesso a elas são fatores que delimitam os trabalhos acadêmicos em torno da comunicação mercadológica e institucional, explorando menos a comunicação comunitária.

Por se tratar de regiões de difícil acesso, já que os rios são a única via de ingresso, essas populações são relegadas a uma situação de carência devido à falta de políticas públicas como, por exemplo, direito a educação, a saúde e, até mesmo, aos meios de comunicação, privando-as dessa maneira dos direitos de cidadão. Os direitos negados aos ribeirinhos fazem com eles muitas vezes tenham que abandonar suas comunidades para morarem em cidades próximas em busca de melhores condições e qualidade de vida. Os que permanecem submetem-se a viverem de certo modo excluídos dos bens coletivos, garantidos por lei. Essa situação ainda se apresenta em algumas comunidades ribeirinhas, no entanto, é possível verificar em estudos como de Figueiredo (2007) que determinadas comunidades já começam a ter acesso a veículos de comunicação.

Sabendo-se que a comunicação ocupa um lugar cada vez mais estratégico na sociedade contemporânea e que é por meio da mesma que o ser humano compartilha informações e conhecimentos, o questionamento que se faz é como desenvolver essa comunicação em locais com dificuldade de mobilização geográfica e quais são os benefícios e impactos que a mesma gera para a população local. Assim, procuramos inicialmente analisar nesse trabalho o processo de comunicação estabelecido em uma comunidade ribeirinha, ou seja, como esse processo ocorre, e se o mesmo contribui ou não para a promoção da cidadania da população.

Nosso olhar é de fora, de alguém que aos primeiros contatos se encantou com as peculiaridades da região, tão diferentes de outras regiões do Brasil. Sou relações públicas e jornalista, formada pela Universidade Católica de Pelotas, em 2005 e 2008, respectivamente, com atuação em assessorias de comunicação nas áreas de saúde e educação. O primeiro contato com a região Norte foi em 2009 quando passei dois meses conhecendo um pouco da Amazônia. Por fazer parte de um círculo de amizade de biólogos, tive a oportunidade de visitar uma comunidade

ribeirinha localizada às margens do rio Cuieiras, no estado do Amazonas, lugar esse que me intrigou pelo modo de vida diferente do que estava habituada.

No decorrer da visita pude perceber, além da diferente e rica cultura, o fascínio que aqueles moradores tinham pela televisão. Pessoas de vida simples, morando em casas de palafitas¹, dormindo em redes e sentando no chão da sala, pois não possuíam sofá, para assistir à televisão. Durante conversas, os moradores narraram o encanto que tinham pelo veículo e como a mesma atualizava a população do que se passava no mundo, além de proporcionar entretenimento para a família. De acordo com o senhor “Chiquinho”, dono da casa onde fiquei hospedada, a televisão era um ótimo meio de lazer, porém, nem todas as casas tinham o aparelho, sendo o rádio o veículo mais presente e, em sua opinião, o que transmitia as notícias importantes, principalmente, as que falavam sobre a comunidade e a região. Logo, entendi que os meios de comunicação de massa, tão comuns e acessíveis para a sociedade urbana, não estavam ao alcance de toda aquela população, gerando dessa maneira uma limitação ao direito à comunicação, a informação e ao conhecimento. Esse foi o primeiro contato que tive com uma comunidade ribeirinha na Amazônia, e foi nesse momento que percebi o quanto gostaria de trabalhar com essas populações, apesar de não saber ao certo como unir a minha profissão a esse curioso mundo.

Após três meses voltei decidida a morar em Manaus e determinada a encontrar uma maneira de trabalhar na área da comunicação comunitária. O tempo passou, fui criando outros planos, até que em 2011 descobri pela *Internet* o Projeto Saúde Alegria (PSA), Organização Não Governamental (ONG), atuante no estado do Pará, com projetos de desenvolvimento social em comunidades ribeirinhas. No mesmo ano em que descobri o PSA (a partir daqui se usará a sigla), fui aprovada na seleção para o mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas. Estava aí a oportunidade que tanto esperava

No final de 2011 fiz o primeiro contato com o PSA e expus meu interesse em pesquisar a atuação da ONG em algumas comunidades. Depois de muitas conversas, via telefone e e-mail, decidimos por estudar Suruacá, a primeira comunidade a receber um Telecentro de Comunicação Popular, espaço destinado aos moradores com acesso a veículos de comunicação. No início de 2012 viajei para

¹São casas construídas sobre estacas de madeira, localizadas em regiões alagadiças cuja função é evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza dos rios.

a cidade de Santarém, com o objetivo de visitar a sede do PSA e em seguida parti para a vila de Alter do Chão, onde aluguei uma lancha, percurso que durou cerca de 1h30min, para conhecer *in loco* a realidade de Suruacá. Lá pude verificar durante conversas com os moradores as mobilizações sociais e as mudanças ocorridas devidas ao acesso aos veículos de comunicação. Visando fomentar um ambiente comunicacional adequado a essa comunidade, o PSA criou, em dezembro de 2003, o Telecentro de Inclusão Digital Japiim², por meio da comunicação comunitária, que apresenta os seguintes veículos: rádio, jornal, telefone, *Internet* e produção de vídeos. Durante a visita a Suruacá pude perceber que a mesma era muito organizada e desenvolvida comparada a outras comunidades da região. Conversando com os moradores também descobri que ela era uma instituição com presente atuação local e que havia implantado junto com os comunitários projetos inovadores e de sucesso, sendo o Telecentro um exemplo disso.

Apesar de identificarmos durante a pesquisa que o Telecentro contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de Suruacá, nesse trabalho não pretendemos apresentar um modelo válido para todas as comunidades ribeirinhas, pois cada uma possui particularidades que precisam ser estudadas antes de se instalar um Telecentro. A tarefa de buscar uma nova maneira de pensar e olhar a comunicação na/para Amazônia, principalmente, em comunidades ribeirinhas, tem como base as particularidades que exige a região como, por exemplo, as grandes distâncias a serem percorridas e os obstáculos naturais das florestas e dos rios. (MONTEIRO, 2011).

Entretanto, acreditamos que essa pesquisa torna-se importante por admitir uma justificativa científica ao disponibilizar informações sobre a temática comunicacional em comunidades ribeirinhas, pouco estudadas, ao mesmo tempo em que segue a linha de pesquisa do Programa de Mestrado, ao estudar os ecossistemas comunicacionais. Também encontramos uma razão social à medida que difundir essa experiência pode inspirar outras iniciativas similares. Portanto, o objetivo desse estudo é identificar primeiramente o processo comunicacional estabelecido entre o Projeto Saúde e Alegria, por meio da Rede Mocoronga de Comunicação Popular, e a comunidade de Suruacá, e quais são os resultados desse processo no âmbito da cidadania da população. Nossa real intenção é que essa

²O telecentro de comunicação recebeu o nome de Japiim em homenagem aos pássaros de cor preta e amarela, muito conhecidos no Norte e Centro-oeste do Brasil.

pesquisa possibilite as pessoas perceberem a importância da comunicação comunitária para a ampliação da cidadania de uma população, pois de acordo com Peruzzo (2007) a mesma vem se sustentando como um instrumento para a mudança social e como uma alternativa para democratizar a comunicação.

Além disso, acreditamos que é fundamental a inserção de veículos de comunicação para fomentar a comunicação em uma região praticamente isolada e com muitas ameaças ao meio ambiente e aos meios de vida tradicionais, sendo os mesmos um canal de expressão da população, de troca de informação e de conhecimento entre a comunidade e da mesma com o mundo, pois é por meio ao acesso a comunicação que as pessoas criam consciência dos seus direitos e deveres de cidadãos, criando um ambiente propenso ao desenvolvimento, à qualidade de vida e ao exercício pleno da cidadania.

Assim, para realizar esse trabalho iniciamos pela revisão teórica para analisar dados das seguintes fontes: publicações sobre a Amazônia, relatórios e publicações do PSA, coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com os moradores de Suruacá e colaboradores da Rede Mocoronga de Comunicação Popular, observação participante, diário de campo, registros fotográficos e conversas informais.

A aplicação das entrevistas em Suruacá foi realizada no mês de agosto de 2012 quando passamos duas semanas na comunidade. Foram selecionadas 60 famílias, das 120 existentes, sendo escolhidas aleatoriamente 30 casas próximas do Telecentro de Comunicação e 30 casas distantes, pois dessa maneira foi possível abranger um público heterogêneo. Em cada família foram entrevistadas pessoas acima de 14 anos que, de acordo com os moradores, é a idade que os ribeirinhos começam a se envolver nos assuntos da comunidade criando uma consciência da realidade local. Essa informação foi essencial para determinar o público para a entrevista.

O instrumento de coleta de dados para pessoas menores de 14 anos foi a observação participante por entender que o formulário de entrevista exigia uma maturidade e noção de interpretação não desenvolvida ainda nas crianças. Whyte (2005) aponta que a observação participante requer a habilidade e a competência do pesquisador em saber ouvir, olhar, sentir, ou seja, utilizar todos os sentidos possíveis para captar cada palavra e sentimentos das pessoas que se encontram no terreno da pesquisa. A utilização de alguns instrumentos em campo para registro

das informações se fez necessária, como o diário de campo, sendo fundamental para desenvolver uma rotina de trabalho, assim como a máquina fotográfica, que permitiu registrar imagens para a montagem de um diário no qual o cotidiano dos ribeirinhos fosse mostrado.

As conversas informais foram detectadas durante a pesquisa como um instrumento relevante para a coleta de dados por fornecer informações não obtidas no formulário de entrevista aplicado. Exemplos foram as conversas com o Sr. Djalma Lima, agente de saúde e dono da casa onde ficamos hospedados, e dona Martinha Bentes, comunitária aposentada que trabalhou anos como liderança em Suruacá, e que colaboraram para esse estudo com seus relatos. A pesquisa de campo na Rede Mocaranga aconteceu em fevereiro de 2013 quando passamos uma semana em Santarém para entrevistar os colaboradores.

Para que pudéssemos tecer os argumentos desejados nessa pesquisa, na primeira seção apresentaremos a região Amazônica, com base em estudos de Moreira (1989), Wagley (1988) e Barbosa (1980), bem como dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012). Após, discutiremos os desafios da comunicação na Amazônia com base nos autores Monteiro (2011) e Alencar (2010). O desafio será mostrar uma Amazônia aonde os processos comunicacionais são influenciados pela natureza, devido às grandes distâncias, os obstáculos naturais para locomoção, que ocorre por meio dos rios e das florestas, mas também pela relação estabelecida da mesma com o homem. Ao apontar para isso, nos voltamos às ideias de totalidade e complexidade que estão no pensamento de autores como Morin (2007), Capra (2002) e Maturana e Varela (1995), com o conceito de integração entre o homem e o meio. Para Morin (2007), a totalidade toma o homem como um ser que é ao mesmo tempo natureza e cultura, biológica e social, reproduzindo suas ações a partir dos aspectos da vida. Depois, apresentaremos as contribuições da comunicação comunitária para a democratização da comunicação embasados nos conceitos das autoras Kunsch (2007), Peruzzo (2007) e Paiva (2003) e a sua colaboração para a promoção da cidadania da população, a partir de trabalhos de Castro (2012) e Carvalho (2003).

Na segunda seção abordaremos o surgimento das Organizações Não Governamentais, seu crescimento no Brasil e as divergências de autores como Camely (2009) e Diegues (2008) sobre a atuação e o real papel das instituições no desenvolvimento das comunidades. No final apresentaremos a ONG Saúde e

Alegria e o trabalho desenvolvido pela Rede Mocoronga de Comunicação Popular nas comunidades ribeirinhas.

É na terceira seção que descreveremos as comunidades ribeirinhas da Amazônia, identificando suas culturas, partindo do pressuposto de estudos de Batista (2007) e Fraxe (2004), além de observações realizadas durante as viagens de campo. Posteriormente, apresentaremos Suruacá e descreveremos o ambiente comunicacional estabelecido na comunidade e o trabalho desenvolvido pelo Telecentro de Inclusão Digital Japiim. Para finalizar, os resultados coletados em campo serão analisados de forma mais efetiva e interpretados com embasamentos nas teorias de autores trabalhados durante todo o texto.

*“O rio comanda a vida, o rio-conduto de ideais generosos
De visões coerentes com a realidade do homem,
da região, da Natureza, de correto magistério
da ordem social e econômica”.*

Leandro Tocantins

1 A AMAZÔNIA E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO

1.1 O COMPLEXO AMAZÔNICO

Esta seção possui o objetivo central de descrever brevemente a Amazônia, pouco conhecida para muitas pessoas. A Pan-Amazônia ou Amazônia Continental possui 7.702.264 km² sendo que 85% desse território encontra-se em terras brasileiras, o que corresponde a 61% do território nacional. A Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, a República da Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa são os outros países que compõem essa região, sendo que os três últimos estão completamente imersos dentro da Pan-Amazônia.

No Brasil, a referência oficial utilizada pelos órgãos de Estado é a Amazônia Legal.³ Oficialmente é constituída pela região do Brasil que abrange os estados do Amapá, Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Pará e Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e do Maranhão, totalizando 805 municípios, numa área aproximadamente de 5,1 milhões de quilômetros quadrados, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012).

Apesar de sua extensa área territorial, o complexo regional amazônico possui o menor número de habitantes do país, aproximadamente 25 milhões de pessoas, representando apenas 11,93% da população do país. Os Estados mais expressivos da Amazônia Legal são o Amazonas e o Pará que, juntos, respondem por mais de 55% do território total do Norte.

A região abriga ainda todo o bioma Amazônia, o mais extenso dos biomas brasileiros, que corresponde a 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta, detém a mais elevada biodiversidade, abrigando 25% das espécies de animais e vegetais da Terra, o maior banco genético, 1/5 da disponibilidade mundial de água potável, além

³O conceito de Amazônia Legal é fruto de um conceito político definido pelo Governo Federal com o objetivo de planejar e promover o desenvolvimento da região, que foi instituído por meio da Lei 1.806, de 06.01.1953.

da diversidade cultural dos povos indígenas e das populações tradicionais ribeirinhas. (LITTLE, 2006). Os principais rios da região são o Negro, Solimões, Xingu, Madeira, Tocantins, Japurá, Juruá e Amazonas, sendo esse último o segundo rio mais extenso do mundo e de longe o rio com maior fluxo de água por vazão.

As principais manifestações culturais amazônicas têm suas raízes na tradição indígena dos primeiros povos que habitaram a região. Apesar da miscigenação entre europeus e índios e de diversos outros fatores que na história colocaram a cultura e os povos indígenas como inferiores e subordinados, muitos padrões culturais herdados dos índios se fazem mostrar na conformação que assumiu a cultura na região amazônica.

Um grande número de termos do tupi foi integrado na língua portuguesa falada pelo brasileiro da Amazônia. As técnicas e as artes da caça e da pesca e as crenças populares que giram em torno dessas atividades são de origem indígena. Nessas e noutras esferas da vida amazônica contemporânea, percebem-se as tradições indígenas (WAGLEY, 1988, p. 61).

De acordo com Castro (2012), pode-se mapear, atualmente, 170 diferentes povos indígenas, com uma população de 180 mil pessoas, 375 comunidades quilombolas e mais de 15 mil comunidades de ribeirinhos, seringueiros e castanheiros. Logo, a Amazônia é a junção dos rios, das matas e dos animais, é povoada por milhares de pessoas oriundas de diversas regiões, de diferentes raças e etnias.

Os habitantes da floresta utilizam-se da natureza para suprir suas necessidades de subsistência e renda, retirando da mesma a palha para fazer o artesanato e folhas e raízes para sua alimentação e para a produção de medicamentos. Essa transmissão é feita oralmente de geração para geração como forma de perpetuar a cultura, dessa maneira os descendentes têm conhecimento sobre as lendas como a da Boiúna ou Cobra Grande⁴, do Muiraquitã⁵, do Boto⁶ e tantas outras que representam a sua história.

⁴Aparece como Cobra Grande transformada em navio iluminado, é a transmissão visível do esplendor invisível do rio.

⁵O Muiraquitã é considerado um verdadeiro amuleto da sorte. Consiste num sapinho feito de pedra ou argila, geralmente de cor verde, confeccionado pelas índias que habitavam as margens do rio Amazonas. Acredita-se que ele trás felicidade para quem o possui.

⁶Transformado em homem, ele aparece para conquistar e encantar as mulheres e as leva para o fundo do rio.

No entanto, as representações socioculturais da população amazônica não se limitam a seus mitos e lendas, estamos falando de algo mais amplo, um estilo de vida tão peculiar que não pode ser encontrado em nenhum outro lugar. A sensibilidade e o respeito pela natureza herdada das tribos indígenas permitiram ao povo amazônico desenvolver a atividade extrativista, sendo ela perfeita ao fornecer ao ser humano tudo que necessita, desde o artesanato, a alimentação, a comunicação e até a vestimenta. (WAGLEY, 1988).

A Região Norte, diferentemente do restante do país, é recortada por vários rios que são, em sua maioria, navegáveis o ano todo. Não é à toa que o povo amazônico construiu, em grande parte, suas relações de comunicação e transporte utilizando o rio como via, estabelecendo também o comércio e a interação social, condicionando e dirigindo a vida na Amazônia. (MOREIRA, 1989; BARBOSA, 1980).

Segundo Gonçalves (2001), a organização do espaço amazônico pode ser explicada pela coexistência de dois padrões, o Rio versus a Rodovia. O primeiro padrão predominou na região até a década de 50, do século XX, e se caracterizou pela sua organização as margens dos rios, com a exploração econômica da floresta. De acordo com esse, o período, conhecido como o Ciclo da Borracha, constituiu a grande transformação na vida da Amazônia brasileira, representando a grandeza e a miséria da localidade.

Esse momento importante da história econômica e social, relacionado com a expansão da produção e comercialização da borracha, atraiu diversos trabalhadores para a região, principalmente, nordestinos que fugiam da seca e que estavam em busca de emprego e melhores condições de vida. A migração gerou transformações culturais e sociais, como também o fortalecimento econômico da região amazônica, acompanhado de significativo desenvolvimento urbano. Muitas cidades surgiram e outras se prosperaram como, por exemplo, Manaus e Belém que, com o avanço do comércio, aumentou a renda dos habitantes, contribuindo para a construção de prédios públicos, estradas e teatros.

Entretanto, cabe ao Ciclo da Borracha também a responsabilidade do primeiro desequilíbrio ecológico, quando ocorreu o avanço sobre os seringais. Como os seringueiros não produziam para subsistência, eles começaram a caçar, a pescar e apanhar tartarugas e respectivos ovos, para se alimentarem. Após a agressão à natureza, visando à sobrevivência, continuou com as derrubadas das madeiras e

com a colheita de outras gomas e produtos naturais, tudo de forma aleatória e sem planejamento.

Todavia, no final da década de 50, a produção da borracha na Amazônia começou a cair e as importações a crescerem, devido à emigração de sementes e mudas dos seringais para a Inglaterra que, utilizando ciência e tecnologia, fizeram a produção da borracha aumentar, tomando conta do mercado mundial, gerando uma crise econômica, social e ambiental na região Amazônica.

Já o segundo padrão tem como marco a implantação da rodovia Belém-Brasília no início da década de 60, representando uma nova direção de ocupação da localidade e integração nacional, agora não ao longo dos rios, mas das rodovias, com atividades voltadas para a exploração econômica da pecuária, agricultura e das atividades minerais. Festa (1986, p.5) afirma que um dos objetivos do governo na época era povoar a Amazônia, por isso, o mesmo ofereceu transporte aéreo e terrestre a centenas de brasileiros, principalmente do Rio Grande do Sul, “para povoar e cultivar as colônias agrícolas à beira das grandes estradas”. Porém, o desenvolvimento da região com rodovias ligando o país ficou no esquecimento e muitas daquelas pessoas foram abandonadas.

É importante ressaltar que as estradas promoveram benefícios sociais e econômicos, no entanto, o asfaltamento das rodovias sem um plano de desenvolvimento sustentável representou uma ameaça às populações locais. A ocupação desordenada, a exploração não sustentável dos recursos florestais, os processos de grilagem e a expulsão da população para áreas isoladas e precárias foram algumas das consequências causadas e, presenciadas até hoje, pelo crescimento desordenado nas rodovias.

As principais estradas que cortam a Amazônia Legal atualmente são Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Porto Velho (BR-364), a Transamazônica PA/AM (BR-230), Porto Velho – Manaus (BR-319) e Cuiabá – Santarém (BR-163). Essa última criada na década de 1970 pelo governo militar, como mais uma maneira de integrar o país, atravessa a região central da Amazônia e deixa sua marca de degradação em uma localidade de extrema importância pela diversidade cultural e biológica. Uma curiosidade é que, até hoje, a estrada não foi totalmente asfaltada (o asfalto só existe no trecho mato-grossense) e sua população continua isolada, abandonada e sem acesso a políticas públicas.

Embora a tentativa de integração não tenha obtido grandes êxitos, o governo começou a investir, na década de 1970, na área das telecomunicações através da Telebrás, instituindo polos de desenvolvimento regionais como Carajás, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, entre outros, e com a criação da Zona Franca de Manaus. O novo polo industrial atraiu, com os incentivos fiscais, cerca de quinhentas empresas de grande e médio porte, fazendo a cidade passar da exclusividade do extrativismo para a industrialização. (BENCHIMOLL, 1999). Com a Zona Franca, Manaus se tornou grande produtora não só de bens de consumo duráveis, como da indústria de duas rodas e de telefonia, com a implantação das redes de telecomunicações, que permitiram articulações locais e nacionais, bem como locais e globais.

Entretanto, com a queda do Regime Militar, muitos projetos da época visando a integração com o restante do país ficaram no esquecimento pelos demais governantes que, conforme Benchimoll (1999) preferiram investir no crescimento econômico de outros estados. Na década de 1990, com o fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) apresentando o discurso de proteger a Amazônia e a sua biodiversidade, o governo brasileiro voltou o seu olhar para a região, contribuindo com assuntos relacionados ao meio ambiente, porém, políticas públicas na área econômica e social continuaram esquecidas.

Atualmente, a Amazônia Legal pode ser caracterizada como um lugar urbano, com elevada concentração das populações nas capitais, mas, com uma forte territorialidade rural representada por povos tradicionais, como índios, seringueiros, ribeirinhos e castanheiros, que lutam pela ocupação de suas terras nesse espaço e com sérios problemas de pobreza rural, devido à intervenção do governo federal em acelerar o processo de desenvolvimento.

A região possui também centros de ensino e pesquisa com atuações fortes e reconhecidas no país, como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA), entre tantos outros, contribuindo para uma sociedade organizada. Contudo, as demandas socioambientais e econômicas são enormes e parece ser longo o caminho traçado na direção da busca pelo desenvolvimento, principalmente, na área da comunicação como veremos a seguir.

1.2 OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO NA AMAZÔNIA

A sociedade atual é da informação, mas, essas tecnologias que servem para difundir informações e conhecimento não estão disponíveis para uma parcela da população devido aos custos altos, à falta de infraestrutura adequada e a ausência de políticas públicas. Esses são alguns dos desafios a se vencer para manter uma comunicação eficaz no Brasil, porém, quando se trata da Amazônia a situação parece ser mais complexa.

A história demonstra que poucas políticas em termos de comunicação foram desenvolvidas no âmbito da Amazônia, mesmo nos últimos tempos. (ALENCAR, 2010). A provável causa para essa realidade pode ser explicada, primeiramente, pelo difícil acesso através dos rios.

Com raras exceções, quase todas as cidades da Amazônia localizam-se às margens do Rio Amazonas e de seus tributários. Por esta razão, a navegação fluvial é de vital importância para toda a região, que conta a dedo as estradas de rodagem e vias férreas que possui e até mesmo os aeroportos. (BARBOSA, 1980, p. 33).

A natureza que contribui de um lado para a vida dessa população acaba se tornando também um fator limitante para a comunicação, pois a mesma enfraquece o alcance dos meios de comunicação. Os obstáculos passam pela dificuldade de acesso e por restrições ambientais, já que atravessar rios e matas para melhorar a estrutura de comunicação seria quase impossível sem gerar impacto negativo ao meio ambiente, sendo necessário mais investimento do governo e das empresas de telecomunicações na comunicação via satélite. Outro fator limitante, de acordo com Alencar (2010), é a falta de interesse das empresas da área em investir capital numa região onde a densidade populacional é baixa, levando-se mais tempo para obter um retorno financeiro.

A falta de comprometimento dos órgãos responsáveis por melhorar a comunicação na Amazônia pode ser percebida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2008, onde 55,89 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade acessaram a *Internet*, pelo menos uma vez, no período de referência de três meses, mas apenas 27,5% eram da região Norte, o equivalente a 3,36 milhões de pessoas (CASTRO; BAÍA, 2012).

Em pesquisa realizada, em 2010, pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic) apenas 10% dos domicílios do Norte possui acesso à *Internet*, sendo que no Sudeste o percentual triplica para 33%. Os principais motivos apontados pelos participantes da pesquisa para a falta de *Internet* é o alto custo (56%) e a indisponibilidade do serviço (30%). (CASTRO; BAÍA, 2012). Isso demonstra o pouco investimento do poder público em ampliar o acesso aos meios de comunicação para a população, excluindo-os do seu direito a democratização do conhecimento e da comunicação.

Essa realidade pode ser percebida também na mídia televisiva, pois enquanto no restante do país estavam surgindo as redes de televisão, com a programação centralizada no Rio de Janeiro e em São Paulo, o Norte continuava isolado. No início dos anos 70, o governo militar começou a colocar em prática seu plano de ação quando chegaram à conclusão que a melhor maneira de integrar o país seria mesmo por meio das telecomunicações.

Amaral e Guimarães (1994) observaram que nessa época a política de telecomunicação tinha como um de seus objetivos oferecerem ao país uma programação única, daí a facilidade para a expansão de muitas redes de televisão, no entanto, hoje, os estudiosos alertam que a proposta é inaceitável porque, com as mudanças ocorridas na mídia, a programação local deve incorporar à regional. Essa integração influenciou os primeiros passos para o desenvolvimento do Norte, principalmente, dos estados do Pará e Amazonas.

Conforme Castro (2012), o sistema comunicacional amazônico atualmente é representado por cinco grandes grupos regionais, com proeminência não apenas midiática, mas também econômica e política, sendo a Rede Amazônica de Televisão o grupo com mais abrangência, possuindo cinco TVs, nas capitais do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá, e ainda a Amazônia Cabo, em Porto Velho, além de uma DTH⁷ e uma TVA⁸ em Manaus, ambas transmitindo a Amazon SAT, uma vitória para a região que com esse canal começou a transmitir programas visando a realidade do Norte fugindo daquela imagem estereotipada da Amazônia relacionada a apenas assuntos ambientais tanto apresentada pelos veículos de comunicação de

⁷O DTH, ou Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite, distribui sinais de televisão, áudio, ou ambos, por meio de satélites, a assinantes localizados na área de prestação.

⁸A TVA, ou TV por assinatura, distribui sons e imagens a assinantes por meio de um único canal UHF (Ultra High Frequency), e por meio de sinais codificados que são transportados por espectro radioelétrico, o mesmo utilizado pelos canais comuns de televisão.

outros estados. Possui ainda cinco rádios, sendo quatro FMs⁹, e uma OT¹⁰, no interior do Amazonas.

De acordo com Castro (2012), os jornais são representados pelos grupos Organização Rômulo Maiorana (ORM) no Pará, com dois jornais em Belém, e Calderaro e Raman Neves, ambos no Amazonas, com um e três jornais, respectivamente. Além desses grupos, existem as médias e pequenas empresas de comunicação que incluem RTV's¹¹, jornais e revistas, com alcance limitado, porém com forte poder de difusão de comunicação e importância na economia e política das localidades, além das organizações de radiodifusão comunitária.

Conforme o autor existem 37 rádios comunitárias no Pará, pouco para alcançar a meta de uma emissora comunitária, ao menos, em cada um dos 144 municípios do estado. O Amazonas conta com 28 emissoras comunitárias, Rondônia possui 20, o Tocantins tem 12, o Amapá com 5, o Acre e Roraima possuem três, cada um. Foi levantado o número de 54 emissoras não legalizadas atuando clandestinamente no Pará, onde a pressão dos movimentos sociais por uma comunicação mais democrática é intensa.

Esses fatores desafiadores para uma comunicação adequada para a Amazônia nem sempre são apresentados pela mídia que insiste em noticiar fatos relacionados apenas aos recursos naturais, como observam Hanan e Batalha (1999), e pouco destaque é dado às necessidades de desenvolvimentos econômicos e tecnológicos. A imagem apresentada pelos meios de comunicação de massa distorce a realidade, fazendo com que os brasileiros de outras regiões, segundo estudo de Bueno (2002) vejam a Amazônia como uma área coberta de floresta com expressivos problemas ambientais, deixando de lado preocupações de caráter econômico e social, tão importantes, quanto, para entender a realidade local.

No entanto, se na zona urbana a situação da comunicação é complexa nas pequenas cidades erguidas no meio da floresta amazônica, que se encontram praticamente em isolamento, a comunicação é mais ineficiente. Nesses locais a distância ainda são medidas pelo tempo que leva uma viagem de barco e a comunicação se faz por meio dos caminhos traçados pelos rios ou por estradas, que

⁹FM, ou Frequência Modulada, é um serviço de radiodifusão de som implantado no Brasil no início dos anos de 1980. Possui boa qualidade de áudio estéreo e é de fácil operacionalidade.

¹⁰OT ou Ondas Tropicais é um sistema de radiodifusão que opera em frequência de 3.200 kHz a 5.060 kHz.

¹¹RTV ou retransmissora de TV é um serviço de radiodifusão de sons e imagens, em VHF (Very High Frequency) e UHF (Ultra High Frequency), que amplia a área de cobertura de sinal, por parte de uma estação geradora.

são poucas e precárias. Devido à dificuldade de acesso a algumas comunidades ribeirinhas, por exemplo, já que os rios são quase sempre o único meio de locomoção, a exclusão dos meios de comunicação é uma realidade para a população que se obriga a utilizar as embarcações como a canoa ou o barco como único meio de comunicação possível para se relacionar com outras localidades.

Entre aqueles que destacam o papel fundamental da natureza no meio amazônico está Leandro Tocantins (1988). Para ele, o meio é fundamental na organização da vida na região, e o homem e o meio ambiente estão tão unidos que não é possível entendê-los separadamente. Isso nos remete aos estudos de Moreira (1989), que afirma que durante muito tempo o homem foi colocado em segundo plano quando o assunto era a Amazônia, contudo, sabe-se hoje que ele também é um fator fundamental para se compreender a complexidade que é estudar a região, pois é quem interfere no meio ambiente e é ele quem se relaciona com outros seres produzindo novas identificações e comportamentos.

Isso nos leva a compreender os fenômenos comunicacionais por meio de uma abordagem que integre as dimensões biológicas, cognitivas e sociais da vida, o que aponta para as ideias de totalidade e complexidade trabalhadas por pensadores como Morin (2007), Capra (2002) e Maturana e Varela (1995). Para esses, os seres vivos são sistemas capazes de produzirem a si mesmos e de se autorregular, o que é primordial para a adaptação ao meio em que vivem já que passam por constantes adequações e reproduções com a finalidade de manter as relações entre os seres.

Essa constante adequação às mudanças provocada pelo meio ambiente faz com que o homem amazônico se reformule constantemente porque o cenário na região muda conforme as estações do ano e, a população, precisa se adaptar para poder sobreviver. Por exemplo, durante as épocas da cheia e da seca, as mudanças ocorridas não são apenas na paisagem dos lugares, muda também a rotina do povo que ali vive, alterando o seu modo de vida, de transporte e até de comunicação.

Por isso, pensar a comunicação no Norte leva à necessidade de incluir as tecnologias da comunicação necessárias para superar as distâncias, as barreiras naturais e, ao mesmo tempo, aprender as diferenças culturais e estilos de vida das populações para viver em ambientes diferentes, sempre levando em conta as particularidades da localidade.

Assim, uma solução para amenizar os problemas de uma comunicação inadequada, principalmente, nas zonas rurais, é investimento na área de telecomunicações, criando estruturas e proporcionando o acesso a essas populações aos meios de comunicação como a rádio, a televisão, o telefone e a *Internet*, com o objetivo de promover a informação, o conhecimento e a comunicação, como também contribuir para o desenvolvimento da região e para o exercício da cidadania da população.

A criação de espaços de acesso público e gratuito como os serviços oferecidos por Telecentros, Bibliotecas Públicas, Centros Culturais, entre tantos outros são a opção para as pessoas que não dispõem de recursos para aquisição de um computador, acesso a *Internet* ou a qualquer outro meio de comunicação.

Entretanto, a falta de investimentos em políticas públicas como, por exemplo, a implantação de energia elétrica é outro fator que prejudica a inclusão dos meios de comunicação na zona rural. Como se pode assistir à televisão se não se tem acesso à eletricidade, já que em muitos desses lugares a energia é produzida apenas por geradores que funcionam poucas horas do dia, e sabemos que a implantação de um sistema de energia solar tem um custo alto? Essa realidade, além de promover uma comunicação fraca e inadequada, gera a exclusão de uma parcela da população, principalmente, das classes baixas, que dependem da boa vontade das autoridades e órgãos responsáveis para expandir o uso das novas tecnologias de comunicação e informação.

Por isso, um dos desafios enfrentados na Amazônia está hoje intimamente relacionado com as contínuas transformações sociais ocasionadas pela velocidade com que têm sido gerados novos conhecimentos tecnológicos e pela falta de infraestrutura nos sistemas de telecomunicações, promovendo o atraso da região. Segundo Castells (1999), informação e conhecimento sempre foram elementos essenciais também no crescimento da economia, e a evolução das tecnologias determinou a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica.

Isso significa que a falta de estrutura para ampliar a comunicação prejudica, não apenas o processo comunicacional, como o desenvolvimento econômico e político da comunidade que é afetado pela exclusão às novas tecnologias. Por esses motivos é que o Norte apresenta a maior desproporção entre as áreas, urbana e rural, com relação ao uso da *Internet*.

Enquanto no total do país a diferença é de 24 pontos percentuais, verificados entre os 47% de usuários na área urbana e 23% na área rural, na região Norte essa diferença é de 30 pontos percentuais resultantes da distância entre os 12% anotados na área rural e os 42% da área urbana. (CASTRO; BAÍA, 2012, p. 407).

Decorrente de todo o crescimento que a *Internet* teve no mundo, a inclusão digital passou a ser vista como um direito humano. As manifestações em torno da luta pela democratização da comunicação tomaram força com a campanha CRIS – Communication Rights in the Information Society, ou seja, Direito à Comunicação na Sociedade da Informação, liderada por organizações não governamentais dos campos da comunicação e dos direitos humanos de diversos países. A campanha não trata apenas de disponibilizar pontos de acesso a *Internet*, mas de amenizar a desigualdade social, de democratizar econômica e comunicacional.

Nesse contexto, estudos de Peruzzo (2007) e Kunsch (2007) mostram que a comunicação comunitária aparece como uma alternativa para popularizar a comunicação, principalmente, para as classes menos favorecidas e excluídas das grandes empresas que dominam de certa forma, até hoje, os meios de comunicação de massa, tornando os sujeitos sociais protagonistas das informações e não mais apenas receptores passivos.

É necessário entender que quanto mais as pessoas têm acesso ao conhecimento, a informação e a comunicação, mais condições terão de participar ativamente na definição de prioridades na sociedade em que vivem. Cidadãos organizados que conhecem o município onde moram podem interferir na distribuição das verbas públicas, definindo quais serão as obras prioritárias, fazer pressão contra as obras de impacto ambiental, urbanístico ou social, valorizando as ações coletivas voltadas à melhoria da qualidade de vida e pelo direito a cidadania.

1.3 COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

Não é simples a tentativa de vincular a comunicação à cidadania. Por isso, é importante, primeiramente, expor o que se entende por cidadania para, posteriormente, analisar a relação pertinente entre as duas. Para Cortina (2005), o fato de o termo cidadania parecer antigo, faz-se presente na atualidade, e suas formas se multiplicam.

Em direito internacional, cidadania diz respeito à nacionalidade, o que significa o direito de uma pessoa pertencer a uma nação. Nos contextos filosóficos, o termo refere-se a uma ideia de participar de uma comunidade política, nesse sentido, ser um cidadão é ser reconhecido como um membro pleno e igual da sociedade, com o direito de contribuir no processo político. Os cidadãos de uma democracia liberal, por exemplo, têm direitos políticos e liberdades religiosas, ao passo que numa monarquia ou numa ditadura militar podem não ter nenhum desses direitos. Assim, ser um cidadão implica ter certos direitos e responsabilidades, mas esses variam de país para país.

A concepção, desenvolvida por Rousseau, no século XVIII, é originada na noção grega de “*polis*” (cidade), derivada de “*politikos*” (político = ser social). Nessa perspectiva, cidadania é vista como um direito coletivo, portanto, é a liberdade que reflete a integração do indivíduo à coletividade política, tendo como suporte uma legislação que procura levar em conta os princípios de igualdade e de liberdade, implicando não só nos direitos das pessoas, mas também nos seus deveres. (PERUZZO, 2002).

Para além dessa noção, de acordo com Kunsch (2007, p. 63), a cidadania “implica recorrer a aspectos ligados a justiça, aos direitos, à inclusão social, a vida digna para as pessoas, ao respeito aos outros, a coletividade e à causa pública no âmbito de um Estado-nação”. Em sua essência, a cidadania funda-se em concepções de sociedade e, como tal, são essas concepções que a orientam.

No entanto, o conceito clássico de cidadania é dado por Thomas Marshall (1967) em sua obra *Cidadania, classe social e status* quando propôs a primeira teoria sociológica da cidadania desenvolvendo os direitos e obrigações inerentes às condições de cidadão, ancorada no exercício civil, político e social. Para esse, o elemento civil é composto pelos direitos necessários à liberdade individual, ou seja, liberdade de ir e vir, liberdade de se expressar, de pensamento e fé, o direito a propriedade e a justiça. Tais direitos estão sob o controle do poder judiciário.

Por elemento político deve-se entender o direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo ou como eleitor, e as instituições correspondentes são o parlamento e o governo local. O elemento social da cidadania refere-se a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar na herança social e de levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As

instituições ligadas a ele são o sistema educacional e de serviços sociais. Para o autor, ao garantir direitos civis, políticos e sociais a todos, o Estado assegura que todos os membros podem participar plenamente na vida comum da sociedade.

Em suma, cidadania inclui direitos do campo da liberdade individual, igualdade e justiça; direitos de participação política em todos os níveis; direitos sociais relacionados ao usufruto de um modo de vida digno, por meio do acesso ao patrimônio social ligado ao lazer, leis do trabalho, moradia, educação, aposentadoria, saúde etc. Mas não só de direitos se constroi a cidadania, os deveres como cidadão também fazem parte desse processo e ambos precisam andar juntos.

Logo, cidadania inclui ao cidadão cumprir as leis, votar em governantes, respeitar os direitos sociais de outras pessoas, educar e proteger seus semelhantes, cuidar o patrimônio público e social entre tantos outros. Porém, vale ressaltar a diferença entre cidadania e direitos humanos que, de acordo com Moretti (1999), a primeira é regulada pelo Estado e pode variar de uma sociedade para a outra, já os direitos humanos são universais e extrapolam os limites de uma nação.

Segundo Carvalho (2003), o período de formação de cada um dos elementos que compõe a cidadania está atribuído há séculos diferente, iniciando, por exemplo, na Inglaterra, pelo direito civil no século XVIII, o direito político no século XIX e, por último, o direito social, no século XX. No Brasil, a construção da cidadania ocorreu de forma invertida comparada com a Inglaterra, já que o direito social precedeu os outros, num período de omissão dos direitos políticos e civis gerados pelo Regime Militar que durou de 1964 a 1985. Apesar dos direitos sociais serem ampliados nessa fase, ocorreu à restrição dos direitos políticos e, conseqüentemente, dos civis, pois eles foram os que mais sofreram com a Ditadura Militar.

O Regime pôs em prática diversos Atos Institucionais, que não passavam de decretos para manter na legalidade o domínio dos militares sobre o país. Além disso, houve a suspensão da Constituição de 1946, que contrariava os ideais do novo governo, que pretendia acabar com a liberdade individual e criar um código penal que dava plenos poderes ao Exército e à polícia militar. Com a queda do Regime Militar, em 1985, aumenta a participação popular pela luta por seus direitos caçados. Esses movimentos sociais foram fundamentais para que houvesse uma ampliação dos direitos sociais, políticos e civis, promovendo mudanças expressivas na busca pela cidadania.

Uma dessas mudanças acontece em 1988 quando é aprovada a nova Constituição Brasileira, chamada também de Constituição Cidadã, considerada a mais liberal e democrática, adotando o modelo de um Estado Democrático de Direito, ampliando os direitos dos cidadãos em todos os seus campos. A nova Constituição incorpora a concepção de cidadania introduzida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e reiterada pela Conferência Mundial de Direitos Humanos, de 1993, em Viena, que tem na dignidade da pessoa o pilar universal dos direitos humanos.

Esse período foi histórico, pois a Constituição Cidadã derrubou a herança que o país trazia da época colonial aonde era negada a cidadania a uma grande parcela da população, mudando essa situação a partir da inclusão dos negros e analfabetos no direito ao voto. Conforme Carvalho (2003), a escravidão e o coronelismo foram dois fatores predominantes para inibir por tanto tempo a cidadania no país. Apesar da abolição da escravatura em 1888, os direitos ainda não eram adquiridos porque não eram dadas as condições mínimas de subsistência aos libertos como a educação e a saúde. O coronelismo também negava o exercício da cidadania porque o mesmo impedia a participação política, já que a lei era criada e executada pelos coroneis, que também controlavam o direito de ir e vir das pessoas.

Com a Constituição de 1988 veio a universalização do voto, a ampliação dos direitos sociais e a expansão dos direitos civis. Apesar de mudanças relevantes, a cidadania no Brasil até hoje está longe de ser a ideal pelo fato de que algumas pessoas são mais cidadãs que outras, devido à desigualdade social, consequência do modelo fracassado de desenvolvimento adotado pelos governos. Esse é um fator negativo para a conquista da cidadania, pois, para Marshall (1967), não há cidadania sem a construção da relação entre o Estado e o cidadão. Para o autor, isso significa que “as pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado”. (MARSHALL, 1967, p. 12).

Contudo, é verificável que, mesmo a passos lentos, a sociedade civil está assumindo o papel de protagonista à procura das mudanças necessárias para a conquista de seus direitos, deixando para trás aquela postura pacata e conformista de séculos. Para Arendt (2008), essa atitude preponderante é fundamental, e o movimento básico para o início da busca pela cidadania é a percepção de que as pessoas têm direito a ter direitos, e pressupõe a igualdade, a liberdade e a própria existência e dignidade humanas. Para Peruzzo (2007, p. 46), “o desenvolvimento de

uma sociedade pode ser medido pelo grau com que esses princípios são expressos e exercitados na forma de direitos e deveres”. Assim sendo, a educação, a arte e, inclusive, os meios de comunicação devem ser desfrutados pelos cidadãos com liberdade e igualdade, promovendo dessa forma o exercício da cidadania.

No entanto, no Brasil, a realidade é diferente. Na prática a desigualdade e injustiça social são enormes, apesar da população ter o direito, conquistado após muito esforço, mas não o exerce por desconhecimento ou porque seu direito é vetado. Carvalho (2003) observa que os ideais de uma cidadania podem ser semelhantes, porém, são distintos. Por isso, o conceito clássico de cidadania dado por Marshall, em 1967, como o conjunto dos direitos civis, políticos e sociais de uma comunidade não é exercido plenamente na prática.

Essa realidade, para o autor, pode ser observada em comunidades pobres, onde a cidadania tem uma conotação diferente daquelas localizadas em lugares desenvolvidos criando os termos cidadão e o subcidadão, sendo excluído, esse último, da cidadania plena que prevê uma participação social ampla e qualificada. A cidadania não pode ser apenas um estatuto, definido por um conjunto de direitos e responsabilidades, ela precisa ser partilhada, ser comum a diversos grupos, tendo uma função integradora. Alargar os direitos contribui para integrar grupos excluídos da sociedade.

Infelizmente, vivemos numa sociedade na qual as pessoas são classificadas por grupos e, determinados grupos como, por exemplo, os negros, os povos indígenas, os gays, as minorias étnicas, os ribeirinhos, entre tantos outros são excluídos da sociedade e dos direitos comuns, apesar de possuírem direitos iguais de cidadania. Para esses grupos devem ser incorporadas políticas não apenas enquanto indivíduos, mas também políticas coletivas, visando a integração dos mesmos na sociedade.

Analisando essa realidade, quando uns são mais cidadãos que outros, a comunicação aparece como alternativa para amenizar essa diferença, já que na história ela sempre foi tomada como essencial nos processos de modernização de um país, encaixando-se como difusora no processo de participação ativa da população pela busca por seus direitos. No entanto, o papel da comunicação para a formação da cidadania deve ser analisado conforme as necessidades apresentadas na comunidade, aonde há alguns elementos universais, mas, para além deles,

também existe outras práticas específicas, que podem ser observadas e utilizadas como instrumentos de consolidação da democracia e da emancipação social.

De acordo com Peruzzo (2002), algumas noções também são fundamentais para entender e conquistar a cidadania com a ajuda, por exemplo, dos meios de comunicação. Primeiro, o cidadão tem direitos e deveres como participação na política, a responsabilidade pelo conjunto da coletividade e o cumprimento das normas de interesse público. Segundo, a cidadania é histórica, varia no tempo e no espaço, ou seja, ela muda conforme o contexto vivido e é preciso acompanhar esta mudança. Terceiro, a cidadania é sempre uma conquista do povo, e a ampliação dos direitos depende da capacidade política dos cidadãos e da qualidade participativa desenvolvida. E por último, a cidadania não se encerra nas suas dimensões da liberdade individual e participação política, mas inclui os direitos sociais e coletivos. Para tanto, é preciso criar essa consciência de responsabilidade e participação na sociedade, educando a mesma para a convivência social.

Partindo do pressuposto de que não se aprende apenas nas instituições de ensino, mas também por intermédio dos meios de comunicação, o acesso e a participação ativa aos mesmos torna-se questão fundamental para conscientizar a população de seus direitos e deveres. Como afirma Barros (1997), a formação do conhecimento contemporâneo se dá para além da educação formal devido o potencial poder de influência que os meios de comunicação de massa, principalmente, a televisão, têm sobre as pessoas.

Logo, a comunicação se coloca no espaço da educação informal, que ocorre nas dinâmicas sociais do dia a dia enfocando a questão das relações entre comunicação e educação, não só a partir do papel da mídia, mas também da comunicação dialógica que surge em consequência dos movimentos populares e comunitários objetivando os interesses coletivos. Esses movimentos são fundamentais para desenvolver formas próprias de comunicação, criando sujeitos cientes de seus direitos e deveres visando a transformação local.

Para Castro (2012) há alguns elementos universais para a consolidação da democracia e da emancipação social através dos meios de comunicação. Por exemplo, os vetores comunicativos que indicam o grau de cidadania de uma sociedade são os direitos de acesso aos meios de comunicação, não apenas como receptor, mas também como protagonista, o direito à mídia comunicativa, à tecnologia e à inclusão digital. De acordo com o autor, ocorre que a relação entre a

comunicação e a cidadania possui duas dimensões, sendo uma delas representada pela técnica e condição de acessibilidade e democratização do processo comunicativo e outra representada pelo capital social do grupo, onde os espaços públicos nos quais há maior capital social possibilitam melhores condições estruturais para a construção da cidadania.

Por isso, vale lembrar Arbex Jr (2003) quando o autor fala também sobre a relevância de tornar acessíveis os meios de comunicação, principalmente, para as minorias sociais que diversas vezes são excluídas do acesso aos meios de comunicação. Nesse contexto, a comunicação deve ser acessível e trabalhada de forma integrada para criar espaço que dê visibilidade pública aos movimentos sociais, realizando um processo comunicativo estratégico e unificado que resultará em uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo para a construção da cidadania.

Assim, autores como Castro (2012) e Souza (2003) ressaltam que o conceito de cidadania deve ser analisado conforme a dinâmica social na sua realidade, fugindo dos conceitos clássicos que não representam a realidade de algumas comunidades. Por isso, a partir da leitura que se faz das sociedades de exclusão social nas periferias do mundo, a cidadania não se opõe totalmente à ideia clássica defendida por Marshall (1967) como defesa de direitos individuais e coletivos, ela assume o combate pela conquista de direitos, inclusive pelos direitos a ter direitos e de construir novos direitos.

Paiva (2003) ressalta que analisando essa realidade os modelos de comunicação começam a se configurar no momento em que os grupos excluídos começam a trabalhar em um modelo próprio de comunicação, ou seja, como protagonistas no processo comunicacional. Acredita-se que a conjugação cidadania e comunicação impõem à compreensão do método comunicativo uma atuação além do seu formato midiático, pois no momento em que evoca a questão da cidadania, a comunicação resgata o seu sentido original, que é a busca pelo bem comum. Portanto, pode-se afirmar que a conquista da cidadania faz-se também a partir do exercício da comunicação.

Na comunicação não há sujeitos passivos. A comunicação implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Então é indispensável

ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre sujeitos, reciprocamente comunicantes, criando um ambiente propício ao exercício da cidadania. (FREIRE, 1977, p. 67).

A partir dessa ideia, Freire (1983) inclui a educação como instrumento para promover a transformação social, exercendo a comunicação um papel fundamental nesse processo. A chamada educomunicação¹² surge como um campo de intervenção social que consiste num conjunto de ações para criar e fortalecer ecossistemas comunicativos tanto no ensino formal (escolas), como em ambientes de desenvolvimento não formal (emissoras de rádio, televisão comunitária, centros culturais).

Para Martín-Barbero (2000), é estratégico pensar a relação da educação e da comunicação além da dimensão instrumental, como um simples conjunto de dispositivos tecnológicos, pois o que torna relevante nas tecnologias não é a ferramenta em si, mas o tipo de mediação que pode favorecer para a ampliação de diálogos sociais e educativos. Por isso, a educomunicação pode possibilitar a criação e melhoria dos fluxos comunicativos entre os diversos públicos, proporcionando o rompimento dos fluxos unilaterais, uma vez que instituem processos capazes de converter receptores também em emissores, realizando os princípios da comunicação dialógica.

Paiva (2003, p. 157) lembra que “o fluxo informacional é considerado elemento decisivo para o exercício real da cidadania, assim como imprescindível instrumento democrático”. A construção para a cidadania se dá por meio do comprometimento dos cidadãos sobre os interesses coletivos da sociedade, que se baseia numa participação ativa, fundamentada na educação e na informação. É nesse contexto que a comunicação comunitária aparece como instrumento para fomentar o processo de comunicação visando o exercício da cidadania, principalmente, das populações excluídas das grandes mídias.

Comunicação e cidadania são conceitos interligados, cujo crescimento e aperfeiçoamento reforçam a existência mútua. Assim, de acordo com Duarte (2009), a comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização e

¹²Educomunicação é o encontro da educação com a comunicação, ela propõe o uso de recursos tecnológicos e técnicas da comunicação na aprendizagem através de meios de mídia.

mobilização dos sujeitos que consistirá em última instância, na concretização de uma cidadania ativa, fruto do aprendizado, da produção coletiva de saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminhos e modelos próprios de organização da vida coletiva.

Logo, cidadania é a luta pela conquista dos direitos e dos valores sociais. Ela existe se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, de fazer valer os direitos do cidadão e, nesse sentido, a comunicação comunitária aparece como um instrumento fundamental para difundir processos de participação relacionados a direitos sociais, políticos e civis, promovendo práticas comunicacionais na perspectiva da realidade local. A proposta é de pensar esses espaços dentro de uma perspectiva do Pensamento Complexo de Morin (2007), onde todas as coisas estão interligadas e conseqüentemente sofrem interferência umas das outras.

Por isso, se no século XVIII a cidadania estava relacionada ao sentido de participação política e de igualdade de todos, hoje ela está vinculada à situação jurídica, expressa em direitos e deveres. E para colocar em prática aquilo que nos é garantido juridicamente ou reivindicar novos direitos, já que não podemos pensar a cidadania como algo estático, mas dentro de um processo histórico, precisamos refletir sobre os espaços de discussão sejam eles no âmbito público ou privado, sendo a comunicação comunitária uma peça fundamental nesse processo.

1.4 A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

No Brasil, entre as primeiras publicações acadêmicas sobre o tema destacam-se as de Peruzzo (2007) e Festa (1986), que trouxeram importantes contribuições para o desencadeamento na linha de pesquisa. Esses estudos podem ser verificados com intensidade a partir da década de 1970, quando o termo era associado à mobilização das classes menos favorecidas devido ao descontentamento do povo em relação à situação de desigualdade social e à falta de participação política gerada pela Ditadura Militar que durou de 1964 a 1985.

Nessa época, o Estado Militar mantinha o controle sobre os meios de comunicação através da censura que teve duas vertentes. Uma era repressora, onde o governo proibia a produção e distribuição de determinadas notícias, visando

impedir a veiculação de críticas ao governo. A outra vertente era incentivadora quando se tratava de contribuir para a propagação da boa imagem do governo e das ações do regime ditatorial.

A televisão e a rádio foram os veículos de comunicação de massa que serviram também como instrumentos de controle do governo sobre a sociedade, pois a melhoria dos meios técnicos para ampliar a popularização, por exemplo, da televisão em todo o país, foi financiada pelo Estado, já que os donos de emissoras não tinham recursos suficientes. Essa “parceria” serviu para o governo alcançar seu objetivo que era controlar a opinião pública, pois tendo o domínio sobre os meios de comunicação de massa os mesmos só noticiariam o que fosse de interesse do Estado, não sendo contestados pela sociedade. (ORTIZ, 2001).

Para lutar contra esse domínio exercido pelo Estado sobre os meios de comunicação de massa, as classes populares uniram-se em movimentos quando houve o entendimento de que era preciso ter direito aos meios de comunicação de massa, não apenas como receptores passivos, mas como protagonistas, para contribuir dessa maneira para a construção de uma sociedade mais justa.

De acordo com Peruzzo (2004), foi nesse período de reivindicações sociais que a comunicação comunitária, assim como a popular, surgiu com o intuito de combater a desigualdade socioeconômica. Esse é um dos motivos para o termo ser confundido diversas vezes com a comunicação popular, já que ambas apresentavam características similares como, por exemplo, serem direcionadas às classes excluídas dos poderosos meios de comunicação de massa.

Para Festa (1986, p. 250), “a comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas, sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo, e se refere ao modo da expressão das classes populares”. Ela caracteriza-se como um instrumento para o povo exigir melhores condições de vida e participação política.

Já a comunicação comunitária, conforme Sardinha (2010), entre 1970 e 1980, tinha o propósito de agir contra o desequilíbrio político e provocar denúncias. No entanto, com a restauração da democracia, após o término do Regime Militar em 1985, a mesma incorporou no processo comunicativo, além da luta pelos direitos políticos, o interesse da comunidade e dos movimentos sociais por assuntos relacionados também à educação, à cultura e ao lúdico tornando-se um importante instrumento para a mudança social.

Embora diferencie os termos comunicação alternativa, popular ou comunitária, eles são comumente utilizados como sinônimos, por ser uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. Porém, Peruzzo (2004) alerta que os termos “comunicação popular” assim com “alternativa” são apropriados por outros tipos de mídia que não possui, necessariamente, o objetivo de colocar o povo como protagonista do processo comunicacional.

Assim, na forma como vem se desenvolvendo nos últimos tempos, a comunicação comunitária significa:

O canal de expressão de uma comunidade, por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local. (DELIBERADOR; VIEIRA, 2005, p. 8).

Ela é baseada nas experiências de vida de grupos sociais, que são repletos de diversidades, de desejos de mudança e de esperança, por isso, na prática, os meios de comunicação comunitária podem retratar melhor a realidade da comunidade, contribuindo na divulgação de temas locais e motivando as pessoas a acompanharem de forma direta os acontecimentos, podendo ainda opinar e confrontar os fatos noticiados. A participação popular nos meios comunitários potencializa a participação do cidadão, ampliando o *status* da cidadania, já que esses estão mais fáceis ao alcance da população, comparado as grandes mídias, promovendo assim o sentimento de pertencimento.

Segundo estudos de Paiva (2003), podemos citar, por exemplo, as rádios comunitárias que exercem papel fundamental na difusão da informação, educação e prestação de serviço com o objetivo de integrar a comunidade por meio da participação que pode ser como um simples ouvinte, leitor ou espectador até os níveis mais avançados de envolvimento como na participação da produção de matérias e programas, representando um processo comunicativo que requer o envolvimento das pessoas não apenas como receptoras de mensagens, mas como protagonistas dos conteúdos e da gestão dos meios de comunicação.

Esse processo comunicacional é fundamental para a busca da descentralização da informação e da comunicação, podendo contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e para a construção da cidadania, representando um avanço significativo na democracia comunicacional. A centralização da informação e dos veículos de comunicação cria e reproduzem cidadãos passivos, pessoas que simplesmente recebem a informação sem criarem uma consciência crítica ou opinião sobre os fatos.

Sabe-se que no Brasil e em outros países da América Latina ter direito a educação e aos bens de consumo coletivo, assim como ter acesso aos meios de comunicação, não faz parte da realidade de uma parcela da população. Esse cenário é visível em localidades de difícil acesso, como é o caso das comunidades ribeirinhas, que são relegadas a uma situação de carência devido à falta de políticas públicas como assistência educacional, sanitária e trabalhista que garanta a qualidade de vida da população. Devido à postura fracassada do Estado frente à implantação de políticas públicas nessas comunidades, surge a comunicação comunitária que, de acordo com Festa (1986), cumpre um dos seus fundamentais papéis que é ser direcionada para as classes menos favorecidas, contribuindo dessa maneira para a promoção da cidadania.

Peruzzo (2007) e Kunsch (2007) identificam a comunicação comunitária como estratégia para o desenvolvimento da cidadania, constituída pelos próprios cidadãos. Portanto, o uso correto dos meios de comunicação a serviço da população, criando acesso às informações e à educação, proporcionará o desenvolvimento social e a cidadania, direito de todo ser humano.

No entanto, a cidadania também tem como base a educação, assim, seus pilares devem ser delineados de forma que essa possa se erguer sobre uma estrutura forte e constituída, o que implica pensar em um sistema educacional que ajude na formação de um cidadão não apenas por meio da leitura de livros, mas também através dos meios de comunicação. “O cidadão de hoje pede ao sistema educativo que o capacite a ter acesso à multiplicidade de escritas, linguagens e discursos nos quais se produzem as decisões que o afetam, seja no campo de trabalho como no âmbito familiar, político e econômico”. (MARTÍN-BARBERO, 2000, p.58).

Nesse sentido, a Educomunicação vem se configurando como importante instrumento para o conhecimento e para a formação da cidadania que, de acordo

com Soares (2011), essa favorece a democratização do processo educativo por meio da comunicação. Contudo, para Martín-Barbero (2000), há uma defasagem muito grande entre o modelo de comunicação que vigora fora do espaço escolar, na sociedade da comunicação, e o modelo ainda hegemônico de comunicação no qual se baseia o saber escolar. É preciso que a estrutura educacional contemporânea perceba a necessidade de novas linguagens para o campo educacional e a relação fundamental que se faz indispensável entre comunicação e educação.

Transportando-se para a realidade Amazônica, onde o tema em evidência no mundo é sempre o meio ambiente, são poucas as iniciativas que contemplam a vida da população. A rede educacional funciona de maneira insatisfatória, onde algumas cidades contam com escolas funcionando precariamente, e boa parte dos estudantes não consegue concluir o segundo grau. Nas zonas rurais a situação é inferior porque apresentam Escolas com ensino apenas da primeira a quarta série e a desistência do ensino é numerosa. O sistema público tem pouco alcance na área rural, em função das longas distâncias, dificuldade de comunicação e transporte, deixando essas pessoas muitas vezes isoladas e sem acesso ao mínimo dos bens coletivos.

É nesse contexto que a prática da comunicação comunitária na região Norte, entre outros instrumentos, pode se configurar em uma vertente de suporte ao processo de desenvolvimento comunitário, tanto no aspecto educativo-cultural, como no político-social. Na perspectiva de Paulo Freire, a comunicação democrática está intrinsecamente relacionada à educação libertadora, pois “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1979, p. 69).

Segundo Soares (2011), a participação das pessoas no processo de produção midiática traz como consequência a busca por encontrar possibilidades de produção de sua cultura, da transformação da realidade local e o interesse em participar de uma sociedade mais justa e democrática ao mesmo tempo em que a participação leva ao maior conhecimento e interesse pela comunidade. Conforme Gramsci (1987) é preciso lutar contra o domínio que as classes dominantes exercem sobre as dominadas através do sistema educacional e dos meios de comunicação.

Por isso, podemos considerar a comunicação comunitária como uma prática social, desenvolvida em uma e para uma comunidade com o objetivo de fomentar o

exercício da cidadania, firmando-se como um instrumento relevante no processo pela democratização da comunicação. Vale ressaltar que a comunicação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Ela aparece como o ponto inicial para a busca da transformação social, criando sujeitos ativos na conquista pelos seus direitos de cidadãos.

Analisando essa realidade, algumas Organizações Não Governamentais surgem com propostas de trabalhar a comunicação comunitária com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento social em comunidades carentes, como é o caso do Projeto Saúde e Alegria, que realiza diversos trabalhos em comunidades ribeirinhas no estado do Pará.

*“Saúde, alegria do corpo.
Alegria, saúde da alma”.*

Projeto Saúde e Alegria

2. AS ONGs E O PROJETO SAÚDE E ALEGRIA

2.1 AS ONGS NO MUNDO

Diante das diferenciadas instituições que se reconhecem enquanto Organizações Não Governamentais (ONGs) no Brasil e no mundo tornou-se difícil estabelecer um conceito amplo o suficiente para englobar todas elas. Porém, no Brasil, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, fundada em 1991, apresenta no art. 2º do seu estatuto a seguinte definição:

[...] são consideradas Organizações Não-Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Apesar dos diversos conceitos existentes, é notável que as mesmas tornaram-se um fenômeno mundial, relativamente recente, que surge dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. A expressão aparece pela primeira vez em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), no final da década de 40, com o objetivo de designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público (VIEIRA, 2001; LANDIM, 1998).

O termo referia-se, principalmente, as organizações de cooperação internacional, formada por Igrejas, órgãos de solidariedade ou governos de vários países, associados aos movimentos sociais, que surgiram após a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) e que visavam estabelecer espaços capazes de garantir a paz entre as nações por meio do diálogo e da cooperação econômica. Seu papel, de acordo com Landim (1998), pode ser visto como produto de uma carência conjuntural, quando surgiam e se desenvolviam para dar conta das problemáticas

sociais que o Estado não conseguia resolver, ou como um fenômeno institucional específico, quando sua constituição transcendia uma necessidade imediata e situacional.

Foi nesse período que surge a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas, consideradas organismos multilaterais, são formadas pelos governos de um determinado número de países, por meio de cotas, sendo os Estados Unidos o principal definidor das políticas por possuir o maior número de cotas.

Por esse motivo, o principal foco na época se encontrava na política desenvolvimentista dos Estados Unidos, abrangendo tanto as instituições que atuavam por meio de projetos de desenvolvimento local para os setores carentes dos países pobres, quanto às entidades americanas que dispunham de fundos de assistência para o desenvolvimento na forma de fundações públicas ou privadas como, por exemplo, a Fundação Interamericana, mantida pelo Congresso Americano e a Fundação Ford, de origem privada, e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*USAID*), considerada uma das maiores financiadoras de programas de assistência econômica e humanitária do mundo.

Segundo Wanderley (1998), esse desenvolvimento significava atingir o modelo das sociedades modernas e o crescimento econômico estava relacionado à aceleração da industrialização que, por sua vez, eliminaria o atraso e a pobreza dos países chamados subdesenvolvidos. Apontava-se para a possibilidade de mudanças estruturais e, por isso, uma das metas era mobilizar vários grupos da sociedade para se organizarem em defesa das reformas agrária, urbana, tributária, entre outras. Mas essa estratégia de desenvolvimento também se devia ao temor do comunismo porque, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário internacional vivia o que ficou conhecido como Guerra Fria, uma fase da história em que se contrapunham dois blocos de países, os capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e os socialistas, liderados pela União Soviética.

Em vista disso, para o sistema capitalista era imprescindível que os países mais desenvolvidos contribuíssem com o avanço dos países subdesenvolvidos, como tentativa de impedir que esses países se tornassem socialistas. No âmbito social, uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar

movimentos de promoção social nos países do Terceiro Mundo. Para tanto, as agências de cooperação internacional, originárias de países dos Estados Unidos e de parte da Europa necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanharem a sua execução e prestar contas, surgindo assim as ONGs latino-americanas, como parceiras de cooperação internacional no apoio às ações comunitárias e aos movimentos de promoção social. (FERNANDES, 1994).

Na década de 70, as ONGs reaparecem relacionadas com o ciclo social de conferências da ONU, por ocasião da I Conferência sobre o Meio Ambiente, agora com as práticas fortemente relacionadas com a área ambientalista, o que se estende até a década de 1990, quando na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio-92), elas ganham visibilidade no mundo, principalmente, no Brasil.

A partir da metade dos anos 90 e início do ano 2000, as organizações são impactadas pelas mudanças ocorridas pela globalização tendo agora que se submeterem à outra lógica, priorizando trabalhos em parceria com o Estado e mantendo relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital, como é o caso das Fundações *Rockefeller*¹³, *Kellogg*¹⁴, *MacArthur*¹⁵, entre outras, para manterem vivos seus projetos.

Devido o rápido crescimento das ações desenvolvidas por grandes ONGs mundiais como, por exemplo, as de preservação ambiental como a *Conservation International* (CI), a *Nature Conservancy* (TNC) e o *World Wide Fund For Nature* (WWF), essa última desenvolve 40 projetos no Brasil sendo suas duas principais linhas de atuação a conservação da Amazônia e do Pantanal Matogrossense, o que começou a chamar a atenção foi a crescente soma de dinheiro envolvendo as transações entre essas organizações e seus “colaboradores” e o desenvolvimento acelerado das mesmas num período curto de tempo.

A TNC, por exemplo, transformou-se no mais rico grupo ambientalista do planeta, reunindo três bilhões de dólares com a finalidade de salvar florestas, mas, contraditoriamente, a mesma desmatou florestas para liberar a construção de casas e perfurou petróleo sob a última área de criação de reprodução de espécies

¹³ É uma fundação criada em 1913 nos Estados Unidos da América, que define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, o ensino, a pesquisa e a filantropia. É caracterizada como associação beneficente e não governamental, que utiliza recursos próprios para realizar suas ações em vários países do mundo, principalmente os subdesenvolvidos.

¹⁴ A Kellogg Company é uma multinacional americana, produtora de cereais, criada em 1930 por W. K. Kellogg. É considerada uma das maiores fundações privadas do mundo.

¹⁵ É uma das maiores fundações independentes dos Estados Unidos que promove melhorias das políticas públicas pelo mundo.

ameaçadas, negócio esse fechado em 54 milhões de dólares. Outro fato curioso é que seu conselho governativo e consultivo, assim como a de outras ONGs, inclui executivos e diretores de companhias petrolíferas, indústrias químicas e de automóveis, grupos de mineradoras, de madeireiras e usinas elétricas movidas a carvão.

De acordo com Diegues (2008), algumas dessas corporações pagaram milhões em multas ambientais, no entanto, doou também na mesma época em torno de 225 milhões para a *Conservancy* investir no meio ambiente. Deve ser por isso que, na década de 80, a renda da TNC aumentou de 58 milhões de dólares para 222 milhões de dólares, e sua equipe passou de 77 para 933 empregados.

Atualmente, a organização possui cerca de 3.200 funcionários em 528 escritórios espalhados pelos estados norte-americanos e 30 em outros países. Uma estimativa recente indica que a renda combinada dessas três maiores ONGs em 2002 para trabalhar em países do Terceiro Mundo chegou a mais da metade dos 1.5 bilhões de dólares disponíveis para a conservação naquele ano, e o investimento das mesmas na conservação aumentou de aproximadamente 240 milhões de dólares em 1998 para cerca de 490 milhões de dólares em 2002.

A maioria das grandes ONGs que recebem fundos é financiada pelas chamadas agências de ajuda e desenvolvimento que por sua vez recebem recursos dos governos dos países desenvolvidos, do Banco Mundial, da ONU e de algumas cooperações internacionais como a norte-americana *USAID*. Porém, mesmo com a quantidade de organizações trabalhando em prol da humanidade a extrema disparidade entre ricos e pobres no mundo continuam.

Estudos como de Camely (2009) e Diegues (2008) discutem essa contradição, levantando suspeitas sobre o real objetivo de trabalho das mesmas como organizações sem fins lucrativos, justificando que a cada dia que passa as mesmas se afastam mais do compromisso público de contribuir com o desenvolvimento social em troca do aumento do capital em suas contas bancárias.

De acordo com Landim (1998), até mesmo o nome “Organização Não Governamental” gera polêmica, devido à pressuposição de independência com relação ao governo, fato que na prática não se efetiva para um grande número de instituições. Entretanto, em relação à atuação das mesmas, não seria correto estender essa opinião a todas ONGs, já que muitas possuem formas e objetivos variados, mantendo relações e vínculos diferentes com as instituições financiadoras,

conservando uma relação aberta referente os seus gastos financeiros, por meio de auditorias e relatórios anuais.

Apesar da contradição levantada por esses autores não se pode negar que a atuação de algumas organizações, de acordo com Landin (1998) e Teixeira (2003), resultou em melhorias para muitas comunidades, o que fez com que elas por meio da promoção do desenvolvimento se firmassem pelo mundo, incluindo o Brasil, como veremos a seguir.

2.2 SUA HISTÓRIA NO BRASIL

Embora as entidades assistenciais ou filantrópicas presentes entre os anos de 1960 e 1970 não se autodenominassem ONGs, Landim (1998) afirma que muitas delas foram se autodenominando organização não governamental a partir da década seguinte. Conforme a autora, ainda que o termo tenha se popularizado entre as próprias instituições nos anos de 1980, muitas já existiam, elas apenas não tinham um nome que as reconhecesse, o que faz com que autores como Gohn (2000) afirmem que as mesmas só nasceram no Brasil nos anos de 1980.

Independentemente da data exata, podemos identificar as primeiras com origem na Igreja Católica, aquelas discordantes do modelo de exclusão social e política, e na atuação de movimentos sociais formado por grupos de pessoas comprometidas com o desenvolvimento de projetos de assistência social. Seu trabalho, na América Latina, está ligado a três áreas de atuação: ao assistencialismo, ao desenvolvimentismo e ao campo da cidadania.

A primeira área é a mais antiga, no entanto, a maior parte das ONGs latino-americanas que surgem nos anos 70 enquadra-se na categoria desenvolvimentista, e o campo da cidadania parece ser sua área mais recente na atuação. (GOHN, 2000). Entretanto, essas áreas não possuíam limites muito definidos, podendo abranger várias vertentes de atuação como de filantropia e assistencialismo e, em outros casos, poderiam também ser confundidas com organizações associativas do tipo representativo, como sindicatos ou associações de moradores.

Para Landin (1998), num primeiro momento, elas vão se constituir em grupos de resistência e denúncia a questões ligadas ao regime ditatorial vigente no país no período de 1964 a 1984, e que lutavam por uma sociedade mais justa, reivindicando

os direitos de cidadão e por um país mais democrático. O termo não governamental aqui assume um papel com ênfase política, de oposição ao que seria governamental e com influência norte-americana.

Num segundo momento, no final da década de 1980, as organizações aumentam consideravelmente em número relacionado ao contexto de abertura política e de avanço das organizações populares, oriundas do fim da Ditadura Militar. Tal processo viria a ser consolidado com a volta dos exilados políticos, que acabaram contribuindo para renovar as ações, passando a abranger outras dimensões da vida social como, por exemplo, a luta contra a discriminação de negros, mulheres e índios. Foi nesse período que grandes ONGs, atuantes até hoje, ganharam força devido às propostas de significativos trabalhos, a exemplo da Campanha Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, liderada pelo já falecido sociólogo Herbert de Sousa (o Betinho) e que contribuiu para amenizar a pobreza no país. Nesse processo de restabelecimento da democracia veio juntamente o aumento do número de organizações e a criação da ABONG.

Na década de 1990, seu crescimento e diversificação são indissociáveis do contexto econômico, social e político, caracterizado pelo fenômeno da globalização dessa década, tendo seu marco para a sua popularização, como já comentado, na Rio-92 quando começou a priorizar trabalhos em parceria com o Estado e empresas, proclamando-se cidadãos e exaltando o fato de atuarem sem fins lucrativos, desenvolvendo um perfil de filantropia empresarial.

Com o evento a mídia passa a reconhecer a importância do fenômeno devido à repercussão causada pelos grupos que denunciavam os modelos vigentes de tratamento dos ecossistemas e apresentavam propostas alternativas concretas para o desenvolvimento autossustentado. Para Paz (1997) e Camargo et al (2001), o termo passa então a referir-se a um tipo peculiar de organização da sociedade, organizada na defesa dos direitos humanos e ambientais, tendo como objetivo contribuir para a consolidação de uma sociedade mais justa, democrática, cidadã, valorizada na participação e na solidariedade.

Analisando seu histórico, podemos afirmar que as mesmas surgiram pautadas pela luta por direitos e pela constituição de novos direitos, especialmente os chamados direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais. Entretanto, com o conceito fortalecido e o lugar conquistado na sociedade, estudos de Teixeira (2002) mostram que elas passam a ser consideradas por uns como um

espaço privilegiado de construção democrática e de participação cidadã e para outros têm a função de prestar serviços, assumindo responsabilidades maiores na execução das políticas públicas, substituindo, assim, o papel do Estado.

O que acontece é que com o seu desenvolvimento, o Estado, sem eximir-se de sua responsabilidade, transfere algumas de suas obrigações a essas instituições, que passam a assumir ações sociais que possibilitam oferecer a população melhores condições de vida e o direito ao exercício da cidadania. Essa reestruturação acontece no momento em que o país vivencia a transição para o regime político democrático, período que se define os direitos sociais apresentados na Constituição de 1988, ampliando a atuação das ONGs que, de acordo com Fernandes (1994), é uma característica de trabalhar diretamente com as comunidades por melhores condições de vida que fez com que a sociedade aceitasse e respeitasse o trabalho das mesmas no Brasil.

No entanto, apesar da questão da afirmação da autonomia ser recorrente na luta desses grupos, as relações das ONGs com o Estado foram se tornando cada vez mais frequentes, seja pela necessidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos nesse campo em espaços de negociação com o Estado, seja pela própria necessidade de sobrevivência das organizações, visto à carência de recursos e o afastamento dos grupos internacionais de cooperação (TEIXEIRA, 2002).

Essa intenção de estimular a parceria com as organizações está no discurso político das autoridades brasileiras e na prática de alguns programas nacionais e alguns governos estaduais, que reconhecem o insucesso do Estado como promotor das políticas de desenvolvimento social e a necessidade de estimular a participação da sociedade civil nesse trabalho. Osborne e Gaebler (1992) foram pioneiros em sua obra, ao apontarem essa tendência de transformação do modelo burocrático de governo, ao mesmo tempo em que, no Brasil, alguns governos locais já assumiram a experiência prática para tentar com essa parceria diminuir os problemas da miséria.

Conforme Montañó (2003) e Landim (1998), diversas instituições são financiadas por órgãos ligados direta ou indiretamente ao governo, por meio de parcerias, o que acaba gerando uma ambiguidade de autonomia e dependência com relação a outras organizações com as quais se relacionam, pois aquelas que são financiadas pelo Estado conquistam maior credibilidade da sociedade do que as que não mantêm esse vínculo.

Porém, observam que essas parcerias são responsáveis também pela submissão e pela perda da independência que era tão valorizada na luta das mesmas na época de sua institucionalização, além de provocarem, entre a categoria, debates acerca do tema. Para Teixeira (2003, p. 121), o contato com o Estado é uma realidade e traz implicações importantes, “os fatores fundamentais que determinam o tipo de relação que será estabelecido são: o projeto político que perpassa essa relação, o poder efetivo de cada uma das partes e o grau de empenho por parte das pessoas envolvidas”.

As que não recebem recursos do Estado acabam travando uma luta diária buscando a sustentabilidade para garantir a continuidade das ações por meio de parcerias, apoios, financiamentos e doações feitas por voluntários. Todavia, a relação com a comunidade também tem seus riscos e limitações, pois uma ONG não é o Estado e o seu compromisso segue até o momento em que houver recursos para prosseguir com o atendimento.

Essa situação reflete a complexidade da parceria Estado-sociedade-ONG. De um lado, o mais necessitado, está a sociedade, que sofre com a falta de políticas públicas e, muitas vezes, são vetadas ao acesso aos seus direitos, tornando-se as organizações não governamentais um representante pela luta dos direitos humanos. Do lado do Estado, as organizações que o constituem e representam e que se deparam muitas vezes com a impossibilidade de conciliar a técnica e a política e, de outro lado, encontram-se as ONGs que tentam implantar sistemas para o atendimento das demandas sociais, com uma lógica de resultados empresariais, mas com preocupações públicas.

O conflito com as organizações estatais é frequente e mostram as fragilidades dessa relação, situação essa também vivenciada pelo Projeto Saúde e Alegria (PSA), organização que atua em centenas de comunidades ribeirinhas no Estado do Pará. Devido às características peculiares da região amazônica, como as longas distâncias, dificuldades de transporte e comunicação, a exclusão dos serviços públicos nessas comunidades é uma realidade. Diante dessa situação, o PSA promove ações com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos ribeirinhos, já que o sistema público tem pouco alcance na área rural, deixando essas populações mal assistidas.

2.3 O PROJETO SAÚDE E ALEGRIA

O Projeto Saúde e Alegria (PSA) é uma instituição sem fins lucrativos que atua, desde 1987, em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal promovendo processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável, que contribuem no aprimoramento das políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania. Conta com aproximadamente 60 funcionários em sua sede em Santarém e, para fins de integração regional estabeleceu, em 2002, uma base institucional na cidade de São Paulo, articulando o PSA e outras iniciativas da Amazônia junto ao principal centro econômico do país. Isso facilitou processos de captação, divulgação, comercialização de produtos comunitários e o intercâmbio com outros atores, sobretudo, os relacionados à responsabilidade socioambiental das empresas. Sua estrutura programática e operacional está representada na Figura 1.

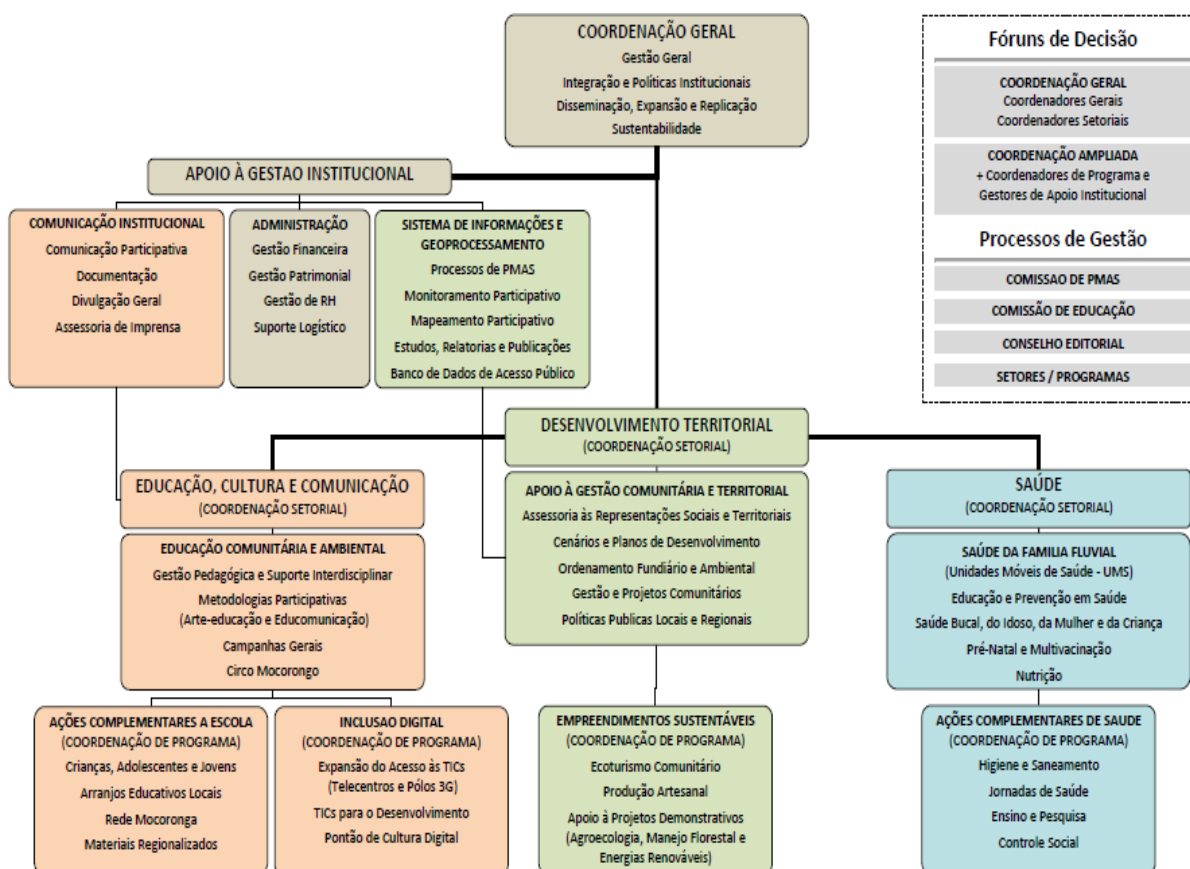


Figura 1: Imagem da Estrutura organizacional do PSA

Fonte: www.saudeealegria.org.br/relatorioanual2010

Seu trabalho abrange comunidades ribeirinhas nos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns, distribuídas nos municípios de Santarém, Belterra, Juruti, Aveiro, Rurópolis e Placas (Figura 2), nas modalidades territoriais: Floresta Nacional (Flona), Reserva Extrativista (Resex), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) e Território Indígena (TI), atendendo cerca de 200 comunidades e aproximadamente 30 mil pessoas por meio de programas integrados nas áreas de direitos humanos, saúde, saneamento, geração de renda, meio ambiente, educação, cultura e comunicação.

Com o slogan “Saúde, alegria do corpo. Alegria, saúde da alma”, trabalha a arte, o lúdico e a comunicação como seus principais instrumentos de educação e mobilização social.

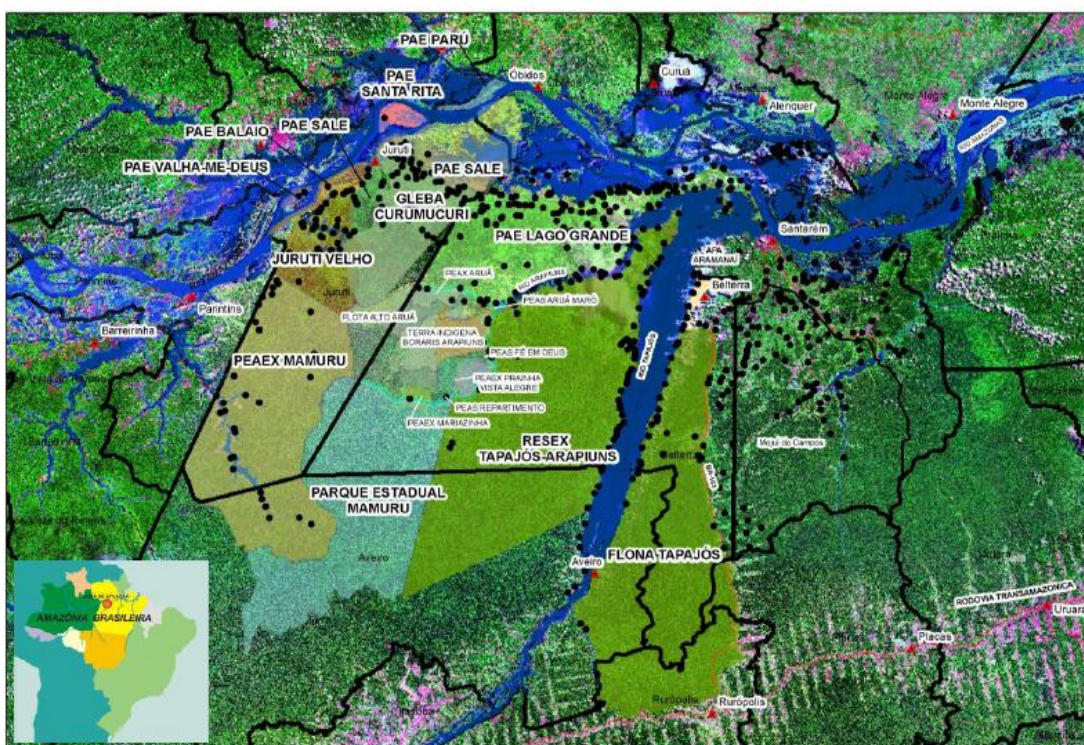


Figura 2: Mapa da área de atuação do PSA

Fonte: www.saudealegri.org.bra/Planejamento Estratégico 2010-2015

A população rural assistida são povos tradicionais em sua maioria caboclos¹⁶ que produzem para subsistência. Vivem de caça, pesca, coleta de produtos da floresta como sementes, frutas, óleos, restos de madeira, cipós, remédios naturais entre outros. Praticam agricultura itinerante com média de 1

¹⁶ Mistura do homem branco com o índio.

hectare anual por família, há pouco excedente e pouca comercialização da produção, ficando baixa a circulação de moeda, sendo o sistema de trocas ainda muito presente.

Apesar de as comunidades estarem situadas em uma região extremamente rica em recursos, elas se encontram submetidas a um processo de empobrecimento crescente, principalmente, porque suas potencialidades não são aproveitadas de modo adequado, faltando basicamente apoio técnico, incentivo e auxílio institucional para que se desenvolvam, além disso, a distância torna-se o principal fator de exclusão de comunicação e políticas públicas entre as comunidades. Diante desse contexto, o Projeto Saúde e Alegria surgiu com o objetivo de apoiar essas comunidades para criarem juntos oportunidades de desenvolvimento local.

Sua história começa a partir da experiência do médico Eugênio Scannavino Netto, coordenador geral do PSA e da arte educadora Márcia Gama. Em 1984, os dois foram contratados pela prefeitura de Santarém para atuar na área ribeirinha, Eugênio como médico e Márcia como artista. Após algum tempo nas comunidades perceberam que muito da demanda encontrada na área de saúde poderia ser minimizada por meio de atividades ligadas à educação em saúde, assim, incorporaram ações de prevenção, treinando voluntários e realizando gincanas educativas que pudessem melhorar as condições de higiene e reduzir os altos índices de desnutrição e mortalidade infantil.

Nessa época, trabalhando para uma prefeitura filiada ao partido direitista PDS, chegou o ano das eleições e começaram as pressões para que Eugênio e Márcia fizessem campanha eleitoral a favor do candidato do governo em exercício. Diante de sua resistência em fazê-lo, acabaram sendo demitidos. Com o término de seu contrato com a prefeitura, nasce à ideia de criar uma ONG como forma de dar continuidade aos projetos criados nas comunidades. Em 1985, o irmão de Eugênio, Caetano Filho, juntou-se à causa e para dar seguimento às ações foi fundado o Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental, órgão executor do Projeto, permitindo a institucionalização da proposta e a viabilização de parcerias, nascendo nesse momento o Projeto Saúde e Alegria.

Com a viabilização de um primeiro convênio de cooperação junto ao FINSOCIAL/BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), os trabalhos puderam começar efetivamente em 1987. No início foram selecionadas 16 comunidades-piloto da área rural de Santarém e entorno de acordo com a carência

econômica, concentração populacional, ausência de apoio institucional e participação na experiência do trabalho anterior.

A elaboração de um Diagnóstico Participativo nessas comunidades, identificando as prioridades de curto, médio e longo prazo, apontou a saúde como um dos principais desafios a ser trabalhado. A partir daí se desencadearam as atividades dos seus demais programas, realizando um processo de educação e participação comunitária para execução de ações básicas que trouxessem respostas imediatas para toda a população assistida. Conforme os resultados eram alcançados, os moradores se sentiam estimulados para ampliar a mobilização em torno de seu próprio desenvolvimento, o que possibilitou a organização de grupos multiplicadores em cada uma das localidades envolvidas.

Ao longo de três anos de trabalho, os resultados já eram bastante expressivos, contudo, com a crise econômica brasileira no início dos anos 90 e a extinção do FINSOCIAL/BNDES pelo “Plano Collor”¹⁷, o PSA perdeu repentinamente sua fonte de financiamento, ingressando em um período de instabilidade financeira. O momento de crise coincidiu com a Rio-92, quando a Amazônia esteve em grande evidência internacional.

Nessa época, o Saúde e Alegria se inseriu no movimento ambientalista, participando da fundação e coordenação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA14). Esse contexto aproximou-o de uma diversidade de organizações nacionais e internacionais, sendo selecionado como uma das seis experiências para representar oficialmente o Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Foi nesse período que a Fundação Konrad Adenauer¹⁸, em conjunto com a União Européia, assinou um contrato com o PSA, parceria que dura até hoje. Organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Embaixada do Reino Unido entre outras começaram a apoiá-los, possibilitando a sua reestruturação.

A partir daí uma maior interação com o Poder Público permitiu que monitores capacitados fossem contratados pelas Prefeituras como Agentes Comunitários de

¹⁷ Nome dado ao conjunto de reformas econômico e plano para estabilização da inflação criada durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992).

¹⁸ Fundação política com perfil cristão democrático. Através de educação política e de assessoramento, ela se engaja em defesa da paz, liberdade e justiça no mundo.

Saúde, postos de Saúde foram implantados em áreas isoladas, assim como novas temáticas ligadas à educação, produção econômica, defesa do meio-ambiente e gestão comunitária. Conforme o PSA, os melhores resultados qualitativos foram a mobilização social e o capital humano obtido por meio do trabalho de agentes multiplicadores e voluntários capacitados e das organizações comunitárias, pois dessa forma as comunidades passaram a atuar como corresponsáveis, e não apenas como beneficiárias das ações.

Atualmente, O Saúde e Alegria trabalha com quatro programas de desenvolvimento integrados (Figura 3) com o objetivo de promover e apoiar processos participativos de crescimento comunitário, contribuindo para o melhoramento de políticas públicas e o exercício da cidadania da população.

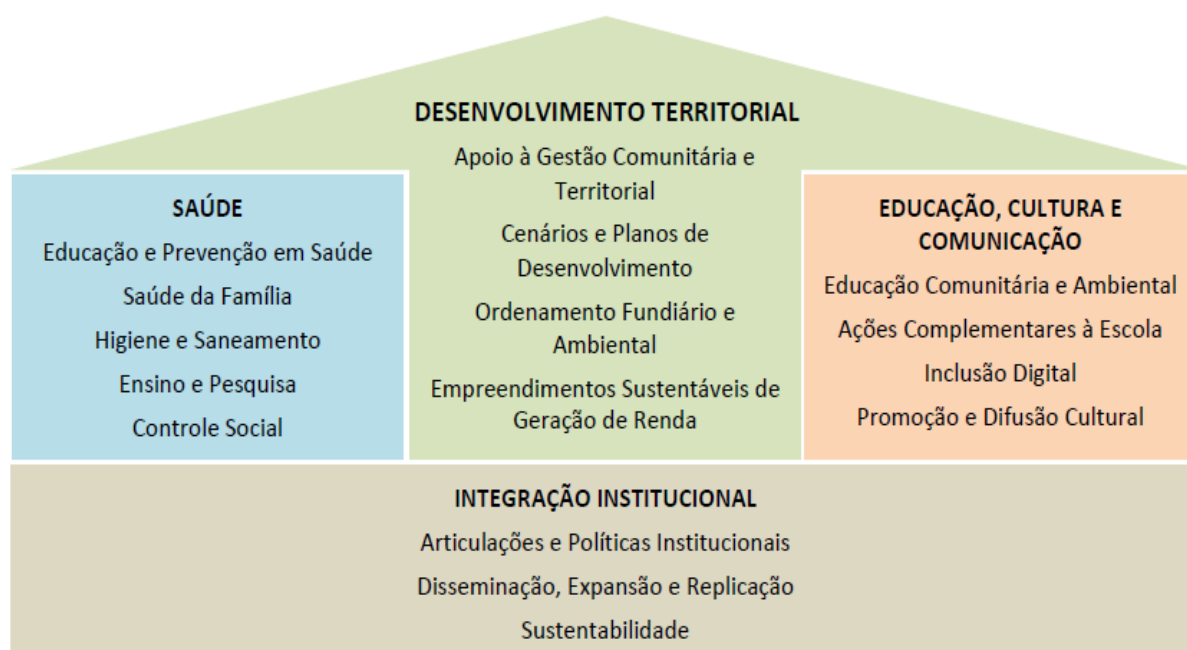


Figura 3 – Programa de Desenvolvimento Integrado

Fonte: www.saudealegria/relatorio2010-2015

Em 2000, a realização de um diagnóstico socioeconômico da região, executado pelo Saúde e Alegria, permitiu comparar dados entre as áreas atendidas e integradas no Programa de Desenvolvimento e as não atendidas. Sobre as localidades assistidas pode-se perceber que na área de Saúde foi dado um passo significativo para construção de um modelo de atenção primária adaptado à realidade ribeirinha e integrado ao Poder Público. Um programa de saneamento iniciado em 2004 culminou na implantação de mais de cinco mil sanitários com

fossas rústicas, distribuição de filtros de água para mais de 500 famílias, introdução de sistemas de água encanada nos polos de maior concentração populacional e perfuração de poços semiartesianos em localidades menores.

Ações Complementares à Escola foram realizadas com o objetivo de fomentar a educação e criar metodologias participativas de acordo com a cultura local, assim como convênios fechados com instituições de ensino que enviavam seus alunos de diversas áreas, por meio de estágios, para contribuírem com os projetos comunitários. Grupos de artesãos foram apoiados em empreendimentos de geração de renda para confecção e comercialização de artesanatos, para o manejo florestal comunitário, constituindo uma alternativa econômica sustentável para os Assentamentos e Unidades de Conservação.

Rádios Comunicadores foram instalados em polos estratégicos da área rural, permitindo a notificação de emergências e a remoção de pacientes através de uma “Ambulancha” (lancha transformada em ambulância) introduzida pelo PSA em 2005. No ano seguinte, entrou em funcionamento a Unidade Móvel de Atendimento, o barco-hospital “Abaré”¹⁹, com financiamento de R\$ 2,6 milhões doados pela organização não governamental holandesa Terre des Hommes, prestando serviços em parceria com as prefeituras a mais de 70 comunidades do rio Tapajós nos moldes do Programa Saúde da Família, embora de modo itinerante.

A equipe de trabalho, que realiza atendimento às comunidades, é composta por médicos, enfermeiros, dentistas, arte-educadores, pesquisadores, estagiários e a equipe de apoio do barco. Em média, a cada 50 dias, o Abaré retorna às comunidades levando atendimento médico, odontológico e alegria, por meio do grupo de teatro, o Gran Circo Mocarongo.

Para dar suporte a todo esse trabalho, o círculo de relacionamento do PSA com organizações da sociedade civil é bem diversificado e engajado, participando ativamente de uma série de grupos de trabalho, comitês, conselho municipal, fóruns de discussão, além de apoiar a ação das lideranças comunitárias através de suas associações comunitárias, intercomunitárias e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com quem mantém um forte vínculo, já que possuem em seu quadro de funcionários dois ex-presidentes desse sindicato que atualmente coordenam o Núcleo de Organização Comunitária. O Conselho Intercomunitário do PSA, formado

¹⁹O nome “Abaré”, sugerido pelos próprios comunitários, significa “amigo cuidador” em tupi.

por representantes das comunidades em que atua, é também o que garante essa grande proximidade do PSA às bases, legitimando seu trabalho nas comunidades.

Embora o PSA receba apoio de órgãos vinculados ao governo federal, são recentes os esforços de reaproximação entre o Projeto e as prefeituras municipais das localidades em que atua. O fato é que sem vínculos de parceria com os governos locais, dificilmente o PSA conseguiria concretizar sua missão institucional, que enfatiza a integração das ações do Projeto com as políticas públicas. Da mesma forma, a execução das estratégias de ampliação da atuação do PSA depende fortemente de um vínculo sólido com o poder público (o PSA atua em 200 comunidades em uma região onde existem aproximadamente 800).

Essa situação reflete bastante a complexidade da parceria Estado-sociedade-ONG, comentado anteriormente. De acordo com um dos coordenadores do Projeto, Caetano Filho, eles atuam em conjunto com outras organizações e atores sociais, sendo fundamental ter a clareza da sua natureza específica para poderem somar esforços com outros, já que conta com diversificadas parcerias financeira, tanto no Brasil quanto no exterior.

No entanto, ele afirma que nem sempre é fácil administrar essas relações, uma vez que cada organização possui interesses distintos e às vezes até conflitantes, surgindo a contradição entre desenvolvimento integrado comunitário e monitoramento voltado apenas às solicitações dos financiadores. Isso remete a outra questão crucial, a da interpretação equivocada do termo “parceria”, frequentemente utilizado de forma inadequada, e muitas vezes escondendo relações desiguais de poder entre o financiado e o financiador.

Todavia, um dos aspectos da missão institucional do PSA é justamente a relação entre as ações do PSA e as políticas públicas. A dúvida é se a organização pretende estar onde o Estado não está ou apenas cria mecanismos que estimulem o Estado a atuar aonde ainda não chegou? Estudos de Gohn (1998; 2000) caracterizam as ações de ONGs, na área da Saúde, como voltadas para o assistencialismo, por meio da filantropia e relativamente desarticulada do sistema público com o objetivo de ajudar, no entanto, sem a pretensão de transformar a realidade.

Porém, para Junqueira (2000), a lógica assistencialista atualmente deixa de ocupar um lugar de centralidade para fortalecer a capacidade de pessoas e comunidades de satisfazer suas necessidades a partir de uma postura mais

participativa e consciente na busca pela construção do desenvolvimento social. Corroborando o autor, Eugênio Netto, afirma que o papel do PSA é servir como laboratório de novos modelos de desenvolvimento comunitário para que possam ser adotados em maior escala por governos locais, estaduais e quem sabe até nacional. Sua atuação não tem como objetivo substituir o Estado, mas atuar em parceria com os governos municipais, estadual e federal, de forma interativa às políticas públicas deixando claro que o seu compromisso segue até o momento em que houver recursos para prosseguir com o atendimento.

Este, afirma que o alicerce da proposta de trabalho do PSA é apoiar processos participativos e integrados de desenvolvimento comunitário global e sustentado, geridos pela própria população, interativos e alternativos às políticas públicas e capazes de se multiplicar espontaneamente a partir das dinâmicas e realidades locais, contribuindo de maneira demonstrativa com experiências concretas na constituição de políticas sociais e ambientais na Amazônia.

Foi verificado durante as entrevistas que a partir da realidade das comunidades, a ONG busca soluções simples e adaptadas aos recursos disponíveis nas próprias localidades, onde são treinados agentes locais para atuarem como multiplicadores das ações como acontecem nos Telecentros de Comunicação Popular. Esse projeto foi criado a partir do momento que o Saúde e Alegria percebeu que era preciso trabalhar a educação e a comunicação para reduzir o isolamento geopolítico das comunidades, além de promover o acesso aos conhecimentos universais e contribuir para o desenvolvimento e valorização sociocultural da região.

O trabalho com os jovens constituiu uma rede de comunicação popular – a Rede Mocaranga – estruturada em sucursais rurais e aparelhada com rádio comunitária, editoração de impressos e *Internet*, apoiando as Escolas, o resgate da cultura tradicional e o intercâmbio de informações e conhecimentos entre as comunidades, além de promover a comunicação deles com o mundo e contribuir para o exercício da cidadania da população ribeirinha.

2.4 UMA REDE DE COMUNICAÇÃO POPULAR

Muito se fala da Amazônia e da sua rica biodiversidade, mas poucas iniciativas permitem que a Amazônia seja apresentada pelos próprios moradores da

de computadores movidos à energia solar, com softwares livres e acesso à *Internet* via satélite.

A inclusão digital tem como objetivo oferecer aos ribeirinhos o acesso ao conhecimento da informática e à *Internet*, permitindo a incorporação das mídias digitais nas dinâmicas de produção por meio de *blogs* criados pelos comunitários, onde a realidade local ganha o mundo, disseminando a cultura cabocla. As matérias produzidas pelos grupos de repórteres comunitários para o *blog* de suas comunidades são publicadas também no *site* da Rede Mocaronga (Figura 5), disponível no endereço <http://redemocoronga.org.br/>.

Em cada comunidade são oferecidas oficinas para que os comunitários aprendam a utilizar o computador, assim como as ferramentas da *Internet*. Além de aprenderem durante as oficinas a produzir conteúdos comunitários com o objetivo de difundir a cultura local para o mundo, os ribeirinhos têm a oportunidade de discutir o que é comunicação comunitária e a sua relevância para o desenvolvimento da região.



Figura 5: Imagem do *site* da Rede Mocaronga

Fonte: <http://redemocoronga.org.br/>

Em cada comunidade, os grupos animam ainda rádios locais (rádio poste) com matérias ao vivo ou pré-gravadas mantendo uma programação conforme a identidade de cada local. Nas rádios, a educomunicação permite a comunidade

trabalhar não só o ato de comunicar algo, mas, a informação no contexto amplo para difundir as notícias locais, fazendo uma ligação com a educação comunitária levando dicas de saúde, meio ambiente, política, esporte e cultura.

A central da Rede Mocaronga (em Santarém) organiza o intercâmbio do material produzido nas sucursais e apresentam no programa semanal da Rádio Rural AM de Santarém (Figura 6) difundido as produções comunitárias, assim como dá suporte aos empreendimentos comunitários de geração de renda, com a divulgação de seus produtos. Oficinas de rádio jornalismo também são ministradas aos ribeirinhos para que os mesmos possam aprender as técnicas visando melhorar a qualidade e o conteúdo produzido.



Figura 6: Imagem do site da Rede Mocaronga/rádio
Fonte: <http://redemocaronga.org.br/category/radio/>

Em Parceria com o Projeto Puraquê, grupo de ativistas da inclusão digital e do software livre, a Prefeitura Municipal de Santarém e o Projeto Saúde e Alegria implantaram o Pontão de Cultura Digital do Tapajós que é uma iniciativa articulada ao Programa de Pontos de Cultura do Ministério da Cultura, que tem como estratégia a articulação entre iniciativas da Amazônia na área de cultura digital, visando criar um polo de referência para a experimentação e elaboração de variadas formas de expressão cultural com o estímulo das novas tecnologias e da *Internet*.

Com essa parceria, o PSA planeja aumentar o número de Telecentros em áreas ainda não assistidas.

O Departamento de Vídeo da Rede Mocaronga atua nas áreas de capacitação, produção e exibição. Durante as visitas nas comunidades, a equipe técnica, juntamente com os grupos comunitários, produz o material que é roteirizado, gravado, editado e exibido na própria comunidade. Na TV Mocaronga, (Figura 7), os vídeos produzidos pelos núcleos de cineclube das comunidades são exibidos regularmente no programa de variedades “Mexe com Tudo” da Rede Mocaronga e depois apresentados em mostras e telões montados nas próprias comunidades e exibidos em TVs parceiras. Os grupos elaboram ainda documentários e vídeos com caráter educativo que são enviados também às comunidades vizinhas, promovendo o fluxo intercomunitário, e aproveitados como material didático para as Escolas comunitárias. O aparelho celular, além de promover a comunicação, é utilizado também para a captação das imagens para os documentários.

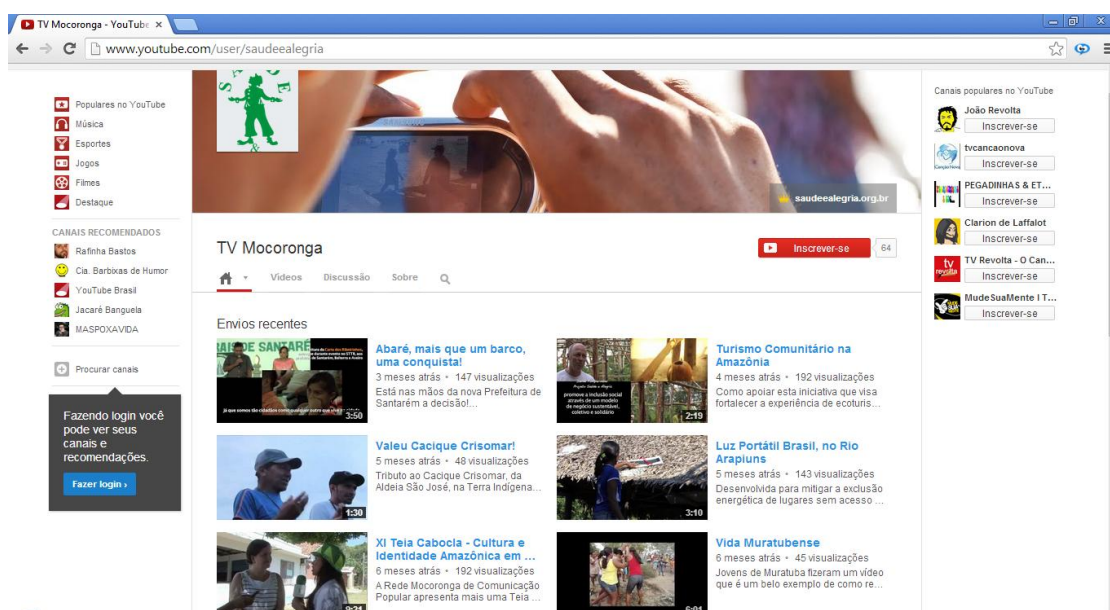


Figura 7: Imagem do site da TV Moroconga
Fonte: <http://www.youtube.com/user/saudeealegria>

Cada sucursal²² produz um jornal comunitário para a distribuição local com matérias que abordam assuntos de interesse da própria comunidade como, por exemplo, saúde e educação ambiental. Os repórteres enviam regularmente uma

²² Sucursais são grupos locais de jovens repórteres organizados nas escolas e comunidades, sendo o PSA responsável pelo acompanhamento pedagógico e apoio na difusão do material produzido.

cópia de cada edição para a Central, que efetua reproduções e as distribui para as demais localidades assistidas pela Rede Macoronga. Paralelamente, a Central edita trimestralmente o Jornal “O Macoronga”, (Figura 8) contendo informações do Saúde e Alegria e uma seleção das principais matérias dos jornais comunitários, difundindo a cultura local para outras regiões.



Figura 8: Imagem dos Jornais Comunitários e “O Macoronga”

Fonte: www.redemacoronga.org.br/publicacoes

O Telecentro apoia ainda às Escolas realizando campanhas educativas em favor dos direitos das crianças e adolescentes. Utiliza a dimensão lúdica e a educomunicação como formas para sensibilizar a comunidade sobre a importância da cidadania para melhorar a qualidade de vida na comunidade. Nessa experiência, a comunicação possui um forte tom de ludicidade, com a participação do Gran Circo Macoronga, sempre se aproximando do universo cultural da região.

Seminários, oficinas e campanhas servem como ferramentas para que o projeto leve informações, educação e para que consiga mobilizar as comunidades em torno dos direitos das novas gerações. Agentes multiplicadores da própria comunidade são capacitados para realizar atividades envolvendo assuntos relacionados à saúde, ao meio ambiente, cidadania na infância e ações de prevenção e controle social, promovendo o aprendizado sobre os direitos e deveres da população.

Oficinas de informática e *Internet* na Educação para professores comunitários também são realizadas pela Rede Macoronga com o objetivo de aproveitar a

tecnologia disponível nos Telecentros e nas Escolas para inseri-las nos trabalhos pedagógicos e assim dinamizar as aulas. Os professores, mobilizados e continuamente capacitados, são importantes agentes motivadores, melhorando a qualidade do ensino ao utilizarem os instrumentos de comunicação comunitária em suas aulas. Ao mesmo tempo, a parceria das Sucursais com as Escolas estabelece a identidade de um Centro Cultural e a difusão dos conhecimentos formais e populares.

Com a visibilidade do trabalho e o impacto social alcançado nas comunidades ribeirinhas, o PSA, por meio da Rede Mocaronga, começou a assessorar outras organizações e órgãos públicos para compartilhar suas experiências. Em Belterra, município vizinho, com mais de 14 mil habitantes, o PSA, desde 2004, vem ajudando a gestão municipal em diversas áreas sociais como educação e comunicação, implantada em parceria com a Prefeitura, por meio da criação de um Telecentro comunitário, beneficiando 53% da população.

A participação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) no conselho gestor do Telecentro fortaleceu o espaço como um centro de referência para alunos e professores. Alunos de outras escolas o utilizam também para suas atividades, uma vez que ele é ainda o único lugar de acesso gratuito à *Internet* e única Biblioteca Pública do município de Belterra. Outra ação realizada é a educomunicação ambiental realizada nas Escolas com o objetivo de descrever o retrato socioambiental da instituição e da comunidade. Na cidade de Santarém, foram capacitados professores no uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), para que as mesmas sejam utilizadas ao seu favor no processo de ensino e aprendizagem. Atualmente, 12 escolas, 40 professores e mais de 1.000 alunos foram beneficiados. (SAÚDE E ALEGRIA, 2010).

A arte e o lúdico são os principais instrumentos de educação e comunicação. Com base nos temas trabalhados durante as visitas, os técnicos e comunitários apresentam o Gran Circo Mocarongo de Saúde e Alegria, onde todos participam, pois o lúdico desperta o desejo pelo aprendizado, por meio de apresentações educativas e culturais, os valores locais são resgatados e os conteúdos são amplamente difundidos com a própria linguagem comunitária. De acordo com materiais institucionais do PSA, a situação socioeconômica das comunidades atendidas melhorou significativamente depois da implantação dos Telecentros de Comunicação Popular porque essas comunidades já vivenciam uma realidade

privilegiada se comparada com a situação das demais localidades distribuídas na mesma área. Com a contribuição dos Telecentros, são criados empreendimentos de geração de renda para confecção e comercialização de artesanatos, promovendo mais uma alternativa econômica nas comunidades.

Para avaliar o trabalho anual da Rede Macoronga nas comunidades e contribuir para o fortalecimento do movimento juvenil ribeirinho foi criado a Teia Cabocla, que trata de um grupo de jovens engajados em ações comunitárias que se reúnem periodicamente para juntos avaliarem e planejarem as ações desenvolvidas em suas comunidades. É também um espaço para a formação de novas lideranças buscando a sustentabilidade social das iniciativas implantadas pelo Saúde e Alegria. Ao mesmo tempo, promove o protagonismo do ribeirinho como sujeito capaz de expressar e negociar suas demandas nos espaços públicos.

De acordo com dados fornecidos no último relatório anual do PSA, lançado em 2010, as atividades da Rede Macoronga abrangendo as áreas da comunicação, educação e cultura, gerou expressivos resultados nesse ano. Foram mais 47 produções de jornais locais e informativos impressos produzidos de forma autônoma pelos grupos de jovens participantes do projeto; 11 comunidades com *blogs* em funcionamento, difundindo conteúdos locais e a cultura das comunidades; 06 novas comunidades com Telecentros em funcionamento e conselhos de gestão formados, 16 oficinas de capacitação técnica e 192 agentes capacitados.

As caravanas de educação popular realizaram 87 oficinas locais de arte-educação e educomunicação relacionados ao cuidado com a saúde e direitos da infância, beneficiando mais de duas mil crianças e adolescentes e envolvendo cerca de 800 adultos, tendo as Escolas como palco principal das atividades. Foram realizadas 38 apresentações temáticas do Circo Macoronga de Saúde e Alegria levando informação, dinâmicas de arte-educação para as comunidades ribeirinhas e aprovação do projeto piloto para expansão da rede de Inclusão Digital por meio do uso de dispositivos móveis que permitirá a ampliação da rede para 10 novos pólos comunitários até 2015.

O PSA acredita que desenvolvendo essa experiência na Amazônia é possível demonstrar o potencial da comunicação comunitária, adequando-a as peculiaridades regionais e integrando-a as políticas públicas no desafio de melhorar a educação e a comunicação em lugares distantes como são as comunidades ribeirinhas. Sendo fundamental numa localidade praticamente isolada, a apropriação popular da

comunicação vem reduzindo o isolamento geopolítico e disseminando a voz do caboclo para outras regiões, já que o acesso facilitado às informações externas e aos conhecimentos é útil aos ribeirinhos para a compreensão do contexto da Amazônia e para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania, além de promover o processo de comunicação nas/entre as comunidades, o que permite constituir um intercâmbio permanente de conteúdos que beneficiam o cotidiano dos comunitários, havendo uma troca de informações, estimulando as relações coletivas como veremos, na próxima seção, quando apresentaremos a comunidade de Suruacá e o Telecentro de Inclusão Digital Japiim.

*Sejam bem vindos, grandes amigos,
aqui em nossa Suruacá.
A vocês todos viemos saudar.*

Dona Martinha Bentes

3 COMUNIDADES AMAZÔNICAS. UM ESTUDO DO AMBIENTE COMUNICACIONAL EM SURUACÁ

3.1 COMUNIDADES RIBEIRINHAS

Quando falamos da Amazônia, lembramos sempre de sua extensa floresta, seus recursos naturais e seus primeiros habitantes, os índios. Da rica diversidade social que a compõe, interessam-nos aqui os ribeirinhos, povos tradicionais, em sua maioria cabocla, distribuídas em comunidades às margens dos rios, que possuem um modo de vida e cultura diferentes dos centros urbanos. A formação histórica dessas comunidades é consequência do encontro de culturas, é fruto de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. Uma comunidade tradicional ribeirinha é caracterizada da seguinte maneira:

Pela dependência em relação aos recursos naturais com os quais constroem seu modo de vida; pelo conhecimento aprofundado que possuem da natureza, que é transmitido de geração a geração oralmente; pela noção de território e espaço onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência, mesmo que em algumas comunidades a produção de mercadorias esteja mais ou menos desenvolvida; pela importância dos símbolos, mitos e rituais associados às suas atividades; pela utilização de tecnologias simples, com impacto limitado sobre o meio ambiente; pela autoidentificação ou pela identificação por outros de pertencer a uma cultura diferenciada, entre outras. (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27).

No que corresponde a sua estrutura física, Wagley (1988, *apud* FRAXE, 2011) afirma que as comunidades amazônicas em geral são compostas por moradias simples de madeira ou palha, casas de fabricação de farinha, uma casa comunitária, onde são realizadas as reuniões e eventos comunitários, e canoas que são utilizadas como meio de transporte, além dos barcos de pesca.

As comunidades são habitadas por populações constituídas basicamente por pescadores e agricultores que plantam, geralmente, mandioca, havendo um princípio de pecuária e de criação de animais domésticos. Segundo Batista (2007), a prática da agricultura é menos expressiva devido às condições naturais de alagamentos e de cultivos de solos que não é favorável.

A pesca, realizada com instrumentos retirados da própria natureza, serve para comércio e subsistência, principalmente, no período da seca, já que durante a cheia os cardumes se escondem em igapós, dificultando a atividade. A farinha é um dos produtos mais produzidos nas comunidades e comercializados em cidades próximas, sendo também o alimento indispensável à mesa do caboclo ribeirinho. Conforme Fraxe (2004, p. 191), “a farinha acompanha tudo o que o caboclo come. Tudo tem farinha”.

Característica marcante é a existência de formas de manejo dos recursos naturais determinado pelos ciclos da natureza. Esse conhecimento é adquirido na convivência diária que o povo tem com o meio ambiente e é por meio da observação das variações sazonais que eles constroem o modo de vida da comunidade determinando o período de pescar, caçar e plantar. Sem causar danos à natureza, o ribeirinho explora da floresta plantas, que são utilizadas para fabricação de chás, remédios, aromatizantes entre outros produtos, assim como a madeira, palha e semente para a produção de artesanato.

Podemos citar a copaíba, leguminosa usada como cicatrizante de feridas, e o urucu, planta usada para a pintura dos índios e tida ainda como antídoto do veneno da raiz da mandioca-brava. Quando os jovens participam aprendem os processos de realização do trabalho com a natureza até assumirem as funções que antes eram realizadas por seus pais, e assim é passado de geração para geração, perpetuando a cultura da comunidade.

O patrimônio cultural dessas comunidades é manifestado por mitos, lendas, crenças religiosas e danças. Incluem-se também na cultura os alimentos, a linguagem, as casas, os barcos, a floresta e o rio. Tudo isso faz parte da cultura ribeirinha relacionando-se harmoniosamente. Wagley (1988), explica que as crenças em seres sobrenaturais podem influenciar as comunidades a utilizarem plantas e outros recursos para tratar os males do corpo e do espírito, assim como influenciar na atividade de pesca e caça.

Para García Canclini (1983), as festas tradicionais podem ser definidas como uma tentativa de ruptura do tempo normal, caracterizadas por uma necessidade de expressão coletiva, que tende a reunir diferentes tipos de elementos (jogos, danças, músicas, celebrações), o que pode ser observado a partir da utilização de grandes espaços abertos, como os campos de futebol. A festa não perde seu caráter ritualizado e sagrado porque a festa tradicional, para o autor, é indissociável da religião, e na maioria das vezes é o momento de homenagear o santo padroeiro da comunidade.

Nas comunidades amazônicas, a Igreja Católica representa o núcleo social dos seus moradores, uma vez que grande parte das atividades realizadas na comunidade é organizada na Igreja, considerando que os cultos constituem o momento no qual os moradores obtêm informações sobre a comunidade e discutem sobre os assuntos importantes. De acordo com Galvão (1976, p. 10), quando se pretende estudar a vida religiosa na Amazônia, não se pode esquecer os outros dois componentes que se integraram à religião local, o africano e o indígena. Segundo o autor, “a integração dos elementos religiosos processou-se de modo desigual e por etapas que dependeram de fatores diversos, porém, específicos ao ambiente amazônico”. Embora as crenças católicas tenham exercido grande influência nas ideologias religiosas adotadas na região Amazônica, modificando e muitas vezes extinguindo princípios religiosos indígenas e africanos, as instituições religiosas de origem indígena complementaram e se tornaram parte integrante do sistema religioso local.

A organização sociopolítica é constituída no contexto da gestão comunitária que, de acordo com Chaves (2001), mesclam-se forças políticas, econômicas, sociais e culturais instituídas na trajetória da constituição da comunidade. A partir de um processo participativo é estabelecida a divisão de responsabilidades com o objetivo de construir alternativas viáveis à melhoria da qualidade de vida da população.

Apesar de as comunidades estarem situadas em uma região extremamente rica em recursos naturais, elas se encontram submetidas a um processo de empobrecimento crescente, principalmente, porque suas potencialidades não são aproveitadas de modo adequado, faltando basicamente incentivo do Estado para que se desenvolvam. Dados do IBGE (2012) mostram que a saúde é a principal reivindicação dos moradores, já que a maioria das comunidades não possui posto

de saúde, apenas agentes que fazem o contato da comunidade com a assistência hospitalar da cidade mais próxima. As condições de higiene são precárias e as águas fluviais estão contaminadas por dejetos lançados nos rios. Doenças simples tornam-se graves devido à falta de atendimento efetivo e adequado.

Embora a mortalidade infantil esteja diminuindo consideravelmente, em algumas comunidades, doenças como diarreia, infecções respiratórias e outros males imunizáveis, que poderiam ser prevenidos facilmente, ainda ocorrem com frequência. A desnutrição infantil está associada à época das cheias, quando o peixe se torna escasso. Não é comum as gestantes realizarem pré-natal, e a maior parte dos partos é feita em casa, elevando os índices de mortalidade materna e fetal.

É comum também não existir a preocupação com a coleta de esgoto e de lixo, que é encontrado ao ar livre e nos rios. O saneamento básico de algumas comunidades limita-se apenas as fossas secas. Nas comunidades mais organizadas, como a de Suruacá, o lixo é queimado, enterrado ou enviado para Santarém, no entanto, a comunidade está negociando há muito tempo com a Prefeitura para que recebam o seu lixo, uma vez que os produtos são comprados na cidade e a comunidade fica localizada numa área de unidade de conservação. A falta de energia elétrica é outro problema enfrentado pelos comunitários que sem luz são obrigados a comprar sacos de gelo para armazenar os alimentos.

Djalma Lima, agente de Saúde de Suruacá, explica que a falta de abastecimento de água potável é outro fator que eleva o aumento das doenças na região. “O uso do cloro é comum e distribuído gratuitamente por agentes comunitários de saúde da prefeitura de Santarém, contudo, ainda se percebe comunitários que utilizam a água do rio para cozinhar, assim como para lavar a roupa suja, sem nenhuma preocupação com a saúde”. O sistema público ainda tem alcance insuficiente na área rural devido às grandes distâncias (o que gera dificuldades de comunicação e transporte) e à baixa arrecadação de impostos. A rede assistencial é precária, operando com capacidade esgotada, deixando essas populações praticamente excluídas. O quadro social é bastante crítico e o êxodo rural aumenta aceleradamente.

A rede educacional também enfrenta grandes desafios, já que na maioria das comunidades só tem escolas de primeira a quarta série, o que dificulta a conclusão do ensino por parte dos alunos que não podem abandonar a comunidade para continuarem os estudos. De modo geral, as instalações não atendem toda a

demanda, o currículo segue padrão nacional ainda pouco apropriado ao universo cultural local, e muitos professores são obrigados a dedicar boa parte do seu dia a outras atividades econômicas, como a agricultura, devido à baixa remuneração. A transmissão do conhecimento nas comunidades se dá, além das escolas, oralmente de geração a geração. É um saber alicerçado no saber do cotidiano e nas relações sociais e com a natureza.

O rio é considerado a “estrada” que faz a conexão do ribeirão com outras localidades, por meio de barcos. Existe também o barco recreio, utilizado como transporte coletivo, é o “ônibus fluvial”. Estudos de Batista (2007) e Barbosa (1980) identificam que durante séculos esse foi o único veículo de comunicação no Norte do Brasil, já que os barcos não transportavam apenas produtos como também pessoas de uma comunidade a outra. Esse transporte promovia a comunicação que era realizada oralmente ou por meio de cartas entregues aos barqueiros.

O rio, que faz parte da vida do homem ribeirão, proporciona o alimento, o lazer e o transporte, além de ser também a entrada e saída de conhecimento, informação e comunicação. Esse é o meio natural de conexão entre as comunidades e das mesmas com a cidade, que segundo descrição de Barbosa (1980) eles são as estradas líquidas da Amazônia. Além dessa conexão, os transportes fluviais fazem a circulação do homem e de sua economia, criam os fatos sociais e as interações sociais.

Entretanto, a dificuldade de acesso as comunidades ribeirinhas, já que o mesmo se dá por meio de barco, levando-se horas e muitas vezes dias de viagem para chegar ao destino, gerou a exclusão de políticas públicas, relegando as populações a uma situação de carência. O homem produz porque é da própria vida esse desejo de trabalhar para sobreviver, porém, lhe é negado o acesso a direitos básicos como saúde, educação, água potável, luz e, inclusive, acesso aos meios de comunicação, privando-os dessa maneira dos direitos de cidadão. No entanto, com a chegada do Projeto Saúde e Alegria, algumas comunidades no estado do Pará começaram a reescrever a sua história, como é o caso de Suruacá.

3.2 SURUACÁ. UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA AMAZÔNICA

Suruacá, fundada em 1890, é considerada pelos moradores da região como uma das comunidades ribeirinhas mais organizadas do município de Santarém e que tem o seu nome inspirado em uma grande quantidade de árvores chamadas “iocára” que formam ilhas em frente à comunidade. Ela está localizada na área de abrangência da Reserva Extrativista Tapajós – Arapiuns²³, vinculada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), na margem esquerda do rio Tapajós. (Figura 9). Segundo Djalma Lima, Agente de Saúde, a permanência no local foi uma conquista da população que participou intensamente do processo de negociação para manter seu território. Santos (2006) aponta que um dos caminhos para mostrar a territorialidade de seus locais está exatamente na luta e na participação das pessoas.

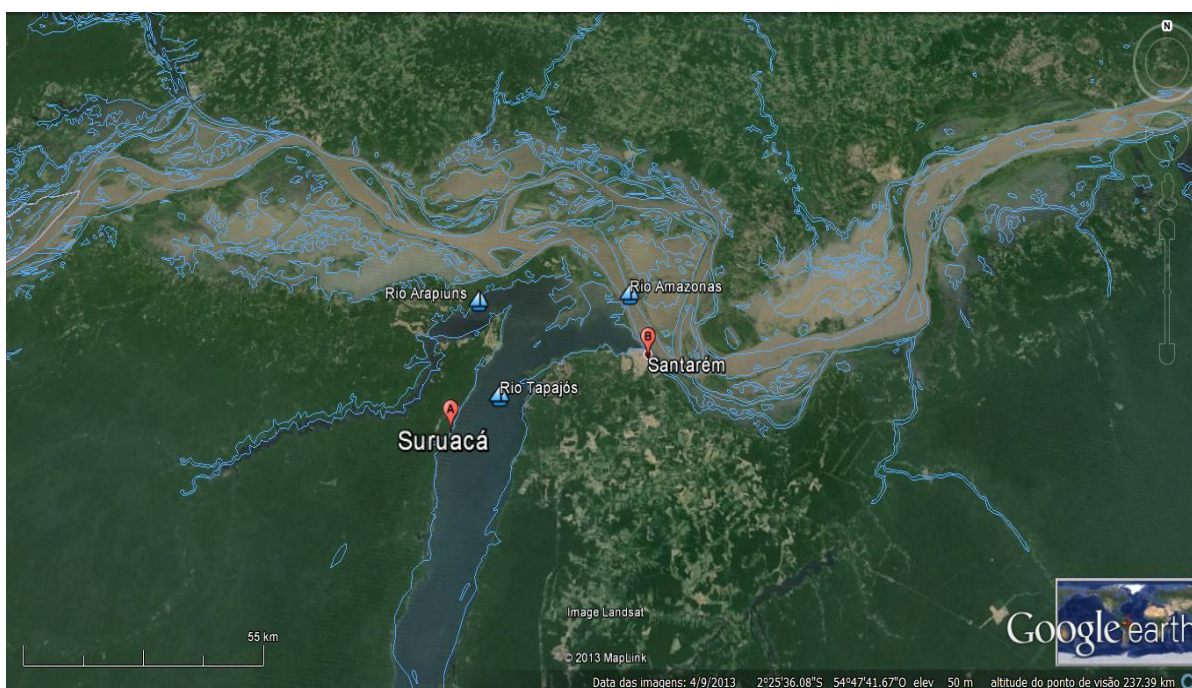


Figura 9 – Mapa da localização da Comunidade de Suruacá

Fonte: Google Earth 2013

²³ O Estado do Pará conta com diversas unidades de conservação, dentre as quais 14 florestas nacionais (FLONA) e 15 reservas extrativistas (RESEX) administradas pelo IBAMA.

Diferentemente do que aconteceu na RESEX, algumas comunidades localizadas na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA/Tapajós)²⁴ tiveram que migrar para outras regiões²⁵, porém, com a pressão das comunidades locais, diversos conflitos entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), mais tarde substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Prefeitura ocorreram na região, sendo esse problema resolvido após a promulgação do Decreto nº 1298, de 27 de outubro de 1994, quando foi conquistado o direito de permanência de populações tradicionais no local, como, por exemplo, as comunidades ribeirinhas. (IBAMA, 2006).

Para chegar a Suruacá, o único meio de acesso é por via fluvial, percurso esse realizado em aproximadamente 4 horas de viagem de barco, saindo do Porto de Santarém. A viagem pode ser efetuada em um barco da própria comunidade, cujo valor é de R\$ 15,00 ou em um barco de propriedade privada que cobra R\$ 18,00, sendo o bilhete negociado dentro do próprio barco direto com o proprietário. A partida para qualquer comunidade ocorre às terças-feiras e sextas-feiras, pela parte da manhã, e retorna para o Porto às quartas-feiras e domingos a partir das 12h, transportando pessoas e mercadorias.

Para quem nunca viajou de barco pelos rios da Amazônia, pode se surpreender um pouco com a estrutura das embarcações que, na sua maioria, são antigos, precários e que, além de pessoas (que logo ao embarcarem demarcam seu espaço amarrando redes para deitarem durante a viagem, ocupando grande espaço do pouco que tem) transportam também animais e mercadorias. No entanto, a viagem pelo rio Tapajós²⁶ encanta qualquer pessoa pela sua beleza natural, de águas cristalinas, que culmina com a chegada a Suruacá.

Sua população preza pela receptividade e simpatia, pois todos os recém-chegados são recebidos com festa e música, cantada por uma das moradoras mais antigas da comunidade, dona Martinha Bentes, de 75 anos. Atualmente, Suruacá possui 120 famílias com uma população de aproximadamente 500 pessoas e, em sua maioria, as pessoas que moram no local têm ligação de parentesco. De acordo

²⁴ A FLONA é gerida por um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, em certos casos, das populações tradicionais residentes.

²⁵ Por tratar-se de uma área de proteção ambiental, a legislação da FLONA vetava o direito de propriedade da população local dentro de seus limites territoriais.

²⁶ O rio Tapajós nasce no estado de Mato Grosso, banha parte do estado do Pará e deságua no rio Amazonas ainda no estado do Pará.

com Jefferson Lima, secretário da Escola da comunidade, para alguém morar lá precisa ser parente ou casar com um morador, costume esse herdado dos antepassados e que é mantido até hoje. A nossa presença na comunidade, por exemplo, só foi autorizada porque passaríamos poucos dias hospedados na casa do Sr. Djalma Lima e porque foi liberada pelas lideranças durante uma reunião do Conselho Comunitário. Já os moradores ficaram sabendo da visita por meio de notícias vinculadas no programa de rádio do Telecentro Japiim.

A população local se autodenomina simplesmente como ribeirinhos, porém alguns moradores afirmam que muitos são descendentes dos índios que habitavam a região na época e que se negaram a ser catequizados pela Igreja Católica. Inclusive, muitos contam que quando os primeiros moradores, da família Melo, chegaram para residir no local ainda havia índios Tapuias que, logo após, deslocaram-se para outras áreas.

No que concerne à infraestrutura e acesso a bens e serviços sociais, a comunidade é bem estruturada e organizada comparada a outras da região. Ela é composta por uma Igreja Católica (apenas uma família se apresentou durante as entrevistas sendo da religião Espírita, porém sem sede), e é onde as mulheres se reúnem para organizar as festas e eventos. A maioria das casas é de alvenaria, cobertas com telhas e construídas no sistema de mutirão, as poucas que restam de estrutura simples como as de madeira com tetos de palha estão passando por um processo de reestruturação.

As casas onde entramos independente de ser a mais simples ou a mais sofisticada, apresentava um aspecto bem cuidado e limpo, com jardins cobertos de plantas medicinais e ornamentais, assim como as ruas da comunidade, todas de terra, organizadas e sem lixo. Um fato curioso é que nenhuma das ruas possui nome, elas são identificadas como sendo a casa onde mora determinado morador.

O lixo em Suruacá é queimado ou enterrado e, todo mês, é realizado o Puxirum, nome dado ao sistema em mutirão para fazer a limpeza das ruas. De acordo com os moradores, a comunidade está negociando junto à prefeitura de Santarém para que a mesma faça o recolhimento do lixo, já que a comunidade está localizada dentro de uma RESEX. A Escola também participa realizando atividades, como no Dia do Meio Ambiente, por meio de campanhas de educação ambiental, pelas ruas, onde os alunos fazem a coleta do lixo e conversam com os moradores

visando incentivar os mesmos a não jogar resíduos em qualquer ambiente ou desmatar as florestas.

As moradias em geral possuíam poucos móveis, no entanto, as redes faziam parte da decoração de todas elas, seja para relaxar nos momentos de lazer ou utilizadas como camas. Outro fato que chamou nossa atenção é que poucas casas apresentavam aparelho de televisão, porém o rádio estava presente em todas elas, com exceção de uma que o aparelho encontrava-se quebrado. Isso talvez comprove o motivo da rádio ser indicada como o veículo mais importante transmissor de informações para o ribeirinho, identificado durante as entrevistas.

Morar na comunidade também é sinônimo de segurança e tranquilidade. Segundo o Sr. Djalma Lima, havia na comunidade um agente de segurança que fazia parte do quadro de funcionários da Polícia Militar do Governo do Estado do Pará, e que tinha como principal função manter a ordem e dar segurança para os comunitários. “Nessa época era comum brigas entre os moradores que acabavam bebendo um pouco além da conta, porém, depois de um trabalho intenso do Saúde e Alegria, para combater o álcool e o tabaco, isso parou de acontecer, não sendo mais necessária a presença do segurança” (DJALMA LIMA, 2012). Atualmente, é a própria comunidade, por meio de suas lideranças, que fazem a manutenção da ordem pública.

Para melhorar a saúde da população foi construído um posto de saúde, de gestão municipal em Santarém, onde trabalham o Sr. Djalma, como agente de saúde e um auxiliar de enfermagem, ambos residentes em Suruacá. No local, o profissional de enfermagem atende os casos de doenças mais leves e o agente de saúde, diariamente, passa nas casas para fazer o acompanhamento dos pacientes, sendo os casos mais urgentes encaminhados aos hospitais da cidade por meio de barcos recreios ou na “ambulância”, uma espécie de barco-ambulância equipada para os primeiros socorros.

Em média, a cada 50 dias o barco Abaré, do Projeto Saúde e Alegria em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Santarém e da empresa holandesa, Terres des Hommes, visita também Suruacá. Funcionando nos moldes de um Programa de Saúde da Família, eles oferecem atividades de saúde da criança, imunizações, pré-natal, planejamento familiar, saúde oral, exames de rotinas, ambulatoriais e pequenas cirurgias, além de muita alegria transmitida pelo grupo de teatro, Gran Circo Mocarongo, que promove ações integradas e

complementares às assistenciais, o que gerou a redução da mortalidade infantil e de doenças facilmente tratáveis, porém antes difícil de curar devido à falta de assistência médica.

Suruacá também é equipada com sistema de abastecimento de água tratada que funciona usando uma tecnologia que não degrada o meio ambiente. O mecanismo é movido à energia solar, com um dispositivo que automaticamente aciona a bomba da água para a caixa sem que precise ligar o motor a óleo diesel. A comunidade possui dois geradores de energia, que funcionam três vezes por semana durante 4 horas do dia abastecendo toda a comunidade, inclusive a Escola João Franco Sarmiento. As faturas de água e luz possuem uma taxa fixa no valor de R\$ 15,00 cada e quem deseja utilizar os dois serviços paga R\$ 20,00 direto na Sede do Sistema de Água da comunidade, sendo o morador quem define a data do vencimento das contas. O dinheiro arrecadado é utilizado para compra do diesel e para manutenção do local.

A Escola, que foi construída há menos de dez anos, oferece o ensino de alfabetização, com apenas uma sala de aula com 45 alunos, e o ensino fundamental, que possui quase 200 alunos distribuídos em quatro salas, contribuindo para que o ribeirinho conclua os estudos na própria comunidade. Os que decidem seguir estudando precisa mudar-se para a cidade mais próxima. Os professores que lecionam até a quarta série residem em Suruacá, os outros vêm de Santarém e passam 40 dias ensinando um módulo (uma disciplina) e voltam para a cidade para a chegada dos próximos professores, sendo que todos passam uma vez por mês por um curso de reciclagem na cidade para aperfeiçoar a qualidade do ensino. A Escola possui o seu próprio gerador de energia fornecido e mantido pela Prefeitura do Município.

As lideranças comunitárias se organizam politicamente por meio da formação de grupos de produção como, por exemplo, a presidência comunitária, atualmente o cargo é exercido por uma mulher, e sua principal atribuição é representar a comunidade para conseguir benefícios e recursos para a melhoria da vida de toda a comunidade. Junto com ela estão as lideranças da associação geral da comunidade; do sindicato dos pescadores; da associação da Igreja; da coordenação do Telecentro Japiim; da coordenação do Conselho Escolar; da coordenação de Saúde e da coordenação dos times de futebol.

Sendo o futebol o esporte mais importante para os ribeirinhos, a comunidade tem dois clubes, o Norte Brasil Clube e o Santos Futebol Clube, cada um com a sua sede e seu campo, onde juntos disputam partidas para animar a comunidade que se faz sempre presente. Frequentemente, ambos participam de campeonatos com times de comunidades vizinhas, eventos que mobilizam e agitam os finais de semana na região. A paixão pelo esporte é intensa que existe time feminino, assim como no vôlei, segundo esporte preferido, e que tem também times de ambos os sexos.

As festividades são um forte da sua cultura. Eles organizam três grandes eventos por ano, sendo o primeiro realizado sempre no dia 21 de janeiro para comemorar a festa do Santos Futebol Clube, quando a comunidade se reúne para jogar e celebrar a data. O segundo evento é a festa do Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da comunidade, comemorado no mês de junho e que dura em média 10 dias. E a última festividade acontece no terceiro sábado do mês de julho quando é a vez do Norte Brasil Clube comemorar a data da sua fundação. Além dessas, são realizadas festas da cultura da mandioca, festa junina, festival folclore da Escola, geralmente em agosto, e o carnaval, quando o povo realiza a piracaia (assar o peixe na praia e comer com farinha e pimenta).

Por ser uma comunidade modelo na região, devido a sua estrutura, organização e beleza (Suruacá fica ao lado de Santa Quitéria, praia de águas claras e cristalinas), o Ecoturismo está começando a ser desenvolvido. No entanto, a comunidade não desenvolveu ainda atrações que possa gerar renda, pois os pontos turísticos são apenas naturais, como as praias e igarapés. Mesmo sabendo que o local tem potencial, eles não criaram, por falta de capacitação, uma sede para vender seus produtos como, por exemplo, a farinha, os remédios medicinais e o artesanato. Inclusive, o trabalho das artesãs encontra-se parado por falta de organização do grupo que fabricava produtos com palha de tucumã. No entanto, a comunidade já começa a se mobilizar junto ao PSA para criar ações visando reverter essa situação.

Em relação à economia do povo de Suruacá, a produção de farinha é a principal atividade de renda da população que, após a colheita da mandioca, vende o produto na cidade de Santarém, sendo também a farinha o principal prato na mesa do ribeirinho, assim como a variedade de tipos de banana. Eles possuem uma casa de farinha, localizada mais ou menos à uma hora de distância da comunidade,

sendo necessário usar bicicleta ou moto para chegar (esses são os únicos veículos utilizados em Suruacá). A Bolsa - Família e as aposentadorias são os Programas do governo mais presentes, contribuindo com a renda familiar.

A comunidade desenvolve ainda as atividades de pesca (as espécies mais encontradas na região são o Pescado, o Tucunaré e o Jaraqui) e de extrativismo, no entanto, mais para subsistência do que para o comércio. A explicação pode ser porque eles não possuem um sistema de energia com tempo suficiente para armazenar o pescado até ser vendido nas cidades mais próximas. O peixe é abundante na região, sendo um dos alimentos consumidos em grande quantidade pelos ribeirinhos e o processo da pesca se dá na comunidade pela linha e anzol ou pela tarrafa, chamada também de rede.

Outro alimento consumido é a carne que é comprada em Santarém, em alguns casos, as verduras e os legumes também são comprados na cidade, apesar do espaço disponível nos quintais das casas para a construção de hortas. A carne de caça também é consumida (atividade exercida apenas para os ribeirinhos maiores de 18 anos), no entanto, a mesma é controlada e tem época certa para caçar determinados animais, já que a comunidade encontra-se dentro de uma Reserva.

As mulheres de Suruacá têm participação ativa na gestão da comunidade e na família, procuram envolver os jovens nas atividades comunitárias, mostrando assim que a união é repassada de geração para geração, perpetuando a cultura local. Em várias ocasiões, elas acompanham os homens para a colônia e ajudam na preparação da farinha. A ocupação principal dos homens é o trabalho na colônia, no plantio da mandioca para a produção de farinha e do tucupi, além de serem os responsáveis pelas compras em Santarém, já que na comunidade não existe comércio, como mercearia ou supermercado. O único estabelecimento é uma precária padaria, de propriedade da família do Sr. Djalma Lima.

Geralmente, os ribeirinhos acordam ao nascer do sol e já partem para a lida diária, retornam para o almoço e deitam-se cedo, com o pôr-do-sol. As crianças frequentam a Escola diariamente e ajudam os pais nos afazeres do lar. Nas horas de lazer, os ribeirinhos praticam seu esporte preferido, o futebol, ou brincam no rio, e as ações da Igreja e da Escola também são consideradas lazer. Contudo, depois da instalação do Telecentro de Inclusão Digital Japiim, em 2003, criado pela Rede Mocaranga do PSA, a comunidade ganhou uma alternativa a mais de lazer, já que o

local promove festas, eventos de educação e comunicação, mostras de cinema, além dos veículos de comunicação que servem, não só para promover a comunicação da população, como também a educação, a diversão e o desenvolvimento da comunidade. Não é em vão que a comunidade estreita laços fortes com a ONG que atua na localidade desde 1980. Durante as entrevistas, conseguimos identificar que o Saúde e Alegria é reconhecido pela maioria dos comunitários como o principal apoiador, diferente do IBAMA, muito criticado pela postura que desenvolve nas raras vezes em que visita Suruacá.

De acordo com a equipe da Rede Mocaronga de Comunicação Popular, o objetivo da criação de um Telecentro, como o de Suruacá, é ampliar os níveis de conhecimento da população, despertando o aprendizado, a cidadania e a consciência ambiental para o desenvolvimento, com especial atenção às gerações mais novas, resgatando a cultura e a identidade locais, e procurando fazer da Escola Comunitária um centro de difusão do conhecimento e da educação popular. A seguir, descreveremos o trabalho realizado pelo Telecentro Japiim e a sua contribuição para a melhoria na qualidade de vida e para a promoção da cidadania da população ribeirinha.

3.3 O TELECENTRO DE COMUNICAÇÃO POPULAR

Suruacá foi à primeira comunidade ribeirinha a receber do Projeto Saúde e Alegria um polo de comunicação avançado, denominado primeiramente de Telecentro Cultural Comunitário Japiim mudando em 2009 para Telecentro de Inclusão Digital Japiim. O prédio, que foi construído pela própria comunidade em sistema de mutirão, foi inaugurado no dia 14 de dezembro de 2003, promovendo a comunicação que antes se dava apenas boca a boca.

O espaço físico conta com arquitetura regional (Figura 10), dispondo de oito computadores com *software* livre e acesso à *Internet* via satélite, movido a energia solar, que foi doado pelo PSA em parceria com entidades ligadas ao desenvolvimento das comunidades ribeirinhas como a Agência de Cooperação dos Estados Unidos (*USAID*) e a Rede de Informação para o Terceiro Setor (RITS). A equipe de trabalho é formada por comunitários que participam dos cursos de comunicação, oferecidos pela Rede Mocaronga de Comunicação Popular, com o

objetivo de formar jovens repórteres atuantes no Telecentro como protagonistas das informações.



Figura 10 – Foto do Telecentro de Inclusão Digital Japiim
Fonte: Priscila Rabassa (2012)

Para fomentar a comunicação comunitária, o local abriga a Rádio Japiim que, inicialmente, funcionava com duas cornetas (rádio poste), e que desde 2010 passou a atuar nas ondas da FM, promovendo diariamente pelo trabalho da radialista, Carla Maiara Melo Vasconcelos, (Figura 11) notícias ao vivo ou pré-gravadas, com temas de interesse da comunidade relacionados à saúde, educação, meio ambiente, trabalho, cultura, além de muita música. O alcance da Rádio abrange a RESEX Tapajós – Arapiuns e a FLONA/Tapajós, sendo a primeira rádio comunitária FM implantada pelo Projeto Saúde e Alegria na área em que atua.



Figura 11 – Foto da Radialista da Rádio Japiim
Fonte: Priscila Rabassa (2012)

O Jornal, impresso, Japiim surgiu ainda na época da máquina de escrever, depois foram chegando os computadores e a equipe teve que participar de cursos de informática para aprender a produzir os textos nos novos equipamentos e, mais atualmente, com a chegada da *Internet*, foi criado o *blog* de Suruacá, onde novamente a equipe precisou aprender a editar as matérias agora *online*. As melhores matérias podem entrar ainda no Jornal “O Mocarongo”, da Rede Mocaronga. Os jornais depois de impressos são distribuídos em todas as comunidades assistidas pela ONG, maneira essa de disseminar o que acontece em cada uma delas porque alguns Telecentros não possuem acesso a *Internet*.

Infelizmente, durante nossa pesquisa de campo, foi detectado que o Jornal Japiim encontrava-se inativo por falta de uma equipe de trabalho, pois os jovens que participavam tinham se mudado para Santarém para continuarem seus estudos ou trabalhar. No entanto, foi verificado que uma nova equipe está se reunindo para recomeçar o trabalho, depois de alguns anos sem funcionar. A volta do jornal comunitário se faz necessária devido à importância que o mesmo tem para a localidade, beneficiando a população por meio de matérias informativas, campanhas de saúde, educação e promoção da cultura local, como foi verificada durante a pesquisa.

A *Internet* é outra realidade na comunidade, que não se limita a usá-la apenas para o envio de mensagens, *chat*, jogos ou música, mas utilizam também para pesquisas de alunos da Escola e demais comunidades vizinhas, para digitação de documentos, além de ser útil para as publicações no *blog* (Figura 12), contribuindo para o desenvolvimento da comunidade, pois uma das características das redes sociais, por exemplo, é a sua capacidade de difundir informações de forma mais rápida e interativa, por meio de conexões existentes entre as pessoas, o que acaba por transformar os fluxos de informação, quebrando a distância física e geográfica. (RECUERO, 2009).



Figura 12: Imagem do blog de Suruacá
 Fonte: www.suruaca.redemocoronga.org.br

Para que os ribeirinhos aprendessem a utilizar as ferramentas e tudo que as tecnologias podem proporcionar foram realizados cursos e oficinas, tanto para a equipe de trabalho, quanto para os moradores que quisessem aprender, pois o mais importante na execução de qualquer projeto de TIC não é apenas a disponibilidade do computador, mas sim as pessoas saberem usá-lo e, sobretudo, permitir que as pessoas atuem como provedores ativos de conteúdos que circulam na rede.

Para Martini (2005, p. 2), a inclusão digital “objetiva o uso livre da tecnologia da informação e da comunicação, com a ampliação da cidadania, o combate à pobreza, a inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local”. Assim, para o ribeirinho, inclusão digital é fazer uso de políticas públicas, tendo acesso aos meios de comunicação; é ser incluído socialmente, direito de qualquer cidadão.

Entretanto, foi verificado que diversas vezes ocorre da comunidade ficar sem acesso à *Internet*, sem que os responsáveis resolvam o problema de imediato. Há pouco tempo a comunidade ficou sem acesso por mais de seis meses, prejudicando o trabalho desenvolvido no Telecentro e na Escola, como também a nossa comunicação com a comunidade durante esse período da pesquisa. É bom lembrar, que a exclusão digital não se dá apenas pela falta de acesso físico a computadores,

alunos que fazem pesquisas escolares, sendo a Escola e a Rádio Japiim parceiras na divulgação e no incentivo dos comunitários pela leitura.

A iniciativa de criar o Telecentro na comunidade possibilitou estabelecer uma parceria com as empresas Vivo e Ericsson para a construção de antenas de telefonia, a doação de celulares e a instalação de *Internet* 3G, contribuindo para a melhoria da estrutura e da comunicação no local, que antigamente contava apenas com um orelhão que raramente funcionava. Essa mudança pode ser percebida durante um passeio pela comunidade quando vimos diversos moradores utilizando o celular, assim como os jovens que ficavam baixando músicas e utilizando as Redes Sociais.

De acordo com Dorenilson Lima, de 14 anos, o ambiente comunicacional estabelecido na comunidade com a instalação do Telecentro Japiim só trouxe benefícios. “Hoje a comunicação é fácil e rápida com o uso do telefone celular e da *Internet*, porém, o mais importante foi descobrir que toda essa tecnologia que o Telecentro dispõe não alterou negativamente a cultura da nossa comunidade”. Esse relato demonstra como os meios de comunicação se configuraram numa vertente de suporte ao processo de desenvolvimento, respeitando os costumes e a história de Suruacá.

Por isso, o que podemos perceber durante o tempo em que passamos na comunidade é que o trabalho realizado pelo Telecentro Japiim trouxe a possibilidade do ribeirão atuar de forma mais eficiente na preservação da sua história, transitando entre a cultura tradicional e as novas tecnologias, além de reafirmar a sua própria identidade, pois a comunicação promove o conhecimento, fazendo com que o ser humano questione mais tudo que faz parte da sua vida. Pessoas informadas são preparadas para lutarem por seus direitos e deveres, e isso não seria diferente nem mesmo numa comunidade no meio da floresta Amazônica.

Para complementar o que foi apresentado nessa seção, no final desse estudo procuramos mostrar, por meio de registros fotográficos (Anexo A), a comunidade de Suruacá e o cotidiano dos ribeirinhos, assim como a sede da Rede Mocaranga (Anexo B).

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Essa pesquisa surgiu com o intuito de analisar o processo de comunicação comunitária na comunidade de Suruacá e a sua contribuição para a promoção da cidadania da população ribeirinha. Portanto, para poder analisar esse processo, primeiramente, foi necessário entender o objetivo proposto pela Rede Macoronga ao instalar o Telecentro de Comunicação Comunitária e depois descobrir em Suruacá se o objetivo foi alcançado e se o mesmo contribuiu ou não para a promoção da cidadania da população.

Nesse estudo foi empregada a pesquisa quali-quantitativa que de acordo com Malhotra (2001) vem se sustentando com firmeza como uma alternativa de investigação mais global para a descoberta e compreensão do que se passa dentro e fora dos contextos organizacionais e sociais estruturadas por meio de Estudo de Caso. Para isso, na Rede Macoronga, a coleta de dados, realizada no mês de fevereiro de 2013, deu-se através da técnica de entrevista semiestruturada, com um formulário apresentando 38 questões (Apêndice B), além das conversas informais, registros fotográficos e relatórios da ONG. O formulário foi aplicado com seis colaboradores, dos dez que atuam no local.

Analisando os dados coletados durante as entrevistas foi possível identificar que o objetivo geral do trabalho desenvolvido pela Rede Macoronga é ampliar os níveis de conhecimento da população, despertando o aprendizado, a cidadania e a consciência ambiental para o desenvolvimento, com especial atenção às gerações mais novas, resgatando a cultura e a identidade locais, e procurando fazer do Telecentro um centro de difusão do conhecimento e da educação popular, contribuindo também para uma comunicação mais ampla e eficaz.

Nesse sentido, as oficinas de educomunicação com os comunitários foram identificadas como estratégicas para obter os resultados propostos pela Rede Macoronga que, ao instalar o Telecentro, conseguiu promover o protagonismo dos ribeirinhos, criando pessoas mais conscientes dos seus direitos e deveres.

Durante as oficinas, os grupos aprenderam a produzir programas de rádio e televisão, aprenderam as técnicas jornalísticas para escrever matérias para jornais e conteúdos para o *blog*, criando pessoas aptas para alimentar a circulação de informações e campanhas educativas, difundindo a realidade e a sua cultura. A apropriação dos veículos de comunicação comunitária proporcionou o acesso ao

conhecimento e a inserção do ribeirinho no mundo, assim como o mundo pode conhecer a realidade da comunidade, reduzindo o isolamento geopolítico. Isso é fundamental numa região praticamente isolada como Suruacá.

Por meio da comunicação comunitária foi possível também criar atividades em parceria com a Escola, gerando oportunidades de aprendizagem e inclusão digital, colocando a comunidade na sociedade da informação e da comunicação, contribuindo também para a educação à distância por meio dos cursos de informática e *Internet*, além de gerar acesso a literaturas diversas por meio da Biblioteca Comunitária, incentivando o hábito da leitura.

O acesso as tecnologias dinamizaram ainda os processos de desenvolvimento local, dando suporte aos empreendimentos comunitários de geração de renda com a divulgação dos seus produtos, promoveu campanhas educativas, além de difundir notícias sobre a cultura e realidade da comunidade. A implantação da torre de telefonia móvel 3G contribuiu de forma significativa com o desenvolvimento local, promovendo e facilitando a comunicação com outras localidades, processo que antes levaria dias e até semanas para ser realizado.

Dessa maneira, é possível afirmar que o projeto inovador proposto pela Rede Macoronga vem gerando resultados positivos, no entanto, muita coisa ainda precisa ser melhorada. Durante a entrevista e conversas informais com os colaboradores foi possível identificar falhas no processo das atividades desenvolvida sendo a disponibilidade da Rede Macoronga às vezes incompatível com a rotina da comunidade, já que a ONG atende quase 60 comunidades na região, ficando às vezes muito tempo sem visitar Suruacá. A distância também atrapalha, pois nem sempre é possível para a equipe viajar nos dias em que tem barco disponível para a comunidade.

Outro fator negativo são os problemas técnicos que às vezes ocorre em Suruacá, como a falta de *Internet* devido a falhas nos equipamentos e que dessa última vez levou seis meses para ser resolvido, dificultando o contato com a comunidade, além de prejudicar os trabalhos desenvolvidos pelo Telecentro e pela Escola.

No entanto, analisando esses fatores que dificultam as atividades realizadas em Suruacá e em todas as outras comunidades assistidas foi que em 2002 o PSA criou a Teia Cabocla, evento que reúne anualmente todas as comunidades para discutir junto às ações realizadas em cada comunidade, levantando os problemas e

criando soluções. De acordo com o coordenador de comunicação, Fábio Pena, é o momento de planejar as atividades, é um espaço para reflexão, diálogo, capacitação e troca de experiência. Durante a Teia os grupos desenvolvem também atividades para os Telecentros com o objetivo de produzir e circular informações entre as comunidades sobre diversos temas fortalecendo o trabalho em grupo.

Conseguimos identificar também que os programas desenvolvidos com os ribeirinhos procuram envolver todos os segmentos e faixas etárias, capacitando-os como multiplicadores das ações e estimulando a autogestão. Partindo da realidade local, das necessidades e da contrapartida dos moradores, buscam-se soluções simples e adaptadas que tragam benefícios à população e sirvam como referências de tecnologias socioambientais apropriadas e replicáveis. A Rede Macoronga não simplesmente implantou um Telecentro de Comunicação, ela deu suporte e apoiou os comunitários, por meio das oficinas, encontros e diagnósticos participativos, para que os mesmos se tornassem sujeitos ativos na comunidade.

Todavia há um longo caminho a percorrer. A preocupação segue sendo a busca de um futuro sustentável nas diversas dimensões (social, cultural, econômica, ambiental e política) e o papel do Saúde e Alegria e da Rede Macoronga nesse processo é continuar promovendo o exercício da cooperação entre as comunidades e a construção de boas práticas que possam se multiplicar e contribuir no enfrentamento dos desafios que se apresentam diariamente para lutar por uma vida melhor para a população ribeirinha.

Após identificar o objetivo do trabalho da Rede Macoronga, começamos a análise dos dados de Suruacá para descobrir se realmente o que foi proposto pela ONG foi alcançado. Para isso, a coleta de dados foi realizada, no mês de agosto de 2012, por meio de técnica de entrevista semiestruturada com 93 ribeirinhos, sendo 54 do sexo masculino e 39 do sexo feminino. O formulário contou com 23 perguntas (Apêndice A) e a amostra foi determinada pelos recursos disponíveis (tempo, recursos humanos e financeiros).

Portanto, foram selecionadas 60 famílias, das 120 existentes, sendo 30 casas próximas e 30 casas distantes do Telecentro de Comunicação porque dessa maneira foi possível atingir um público heterogêneo. Em cada moradia foram entrevistadas pessoas acima de 14 anos, pois de acordo com os comunitários, essa é a idade que os ribeirinhos começam a se envolver nos processos da comunidade,

criando uma consciência da realidade local. Essa informação foi essencial para determinar o público para a entrevista.

O instrumento de coleta de dados para pessoas menores de 14 anos foi a observação participante e o Diário de Campo, por entender que o formulário de entrevista aplicado aos comunitários exigia uma maturidade e noção de interpretação não desenvolvida completamente nas crianças. Registros fotográficos e conversas informais também foram utilizados como instrumentos para coleta de dados.

Após a coleta de dados, passamos para a análise dos dados iniciando pelo trabalho realizado pela Rádio Japiim que produz matérias, ao vivo ou pré-gravada, mantendo uma programação conforme a identidade de Suruacá, e que sempre tem como objetivo apresentar assuntos relacionados ao interesse da população como forma de fidelizar seu público. Podemos perceber que a equipe da rádio costuma participar ativamente das ações da comunidade, principalmente, divulgando as festividades, reuniões e campanhas educativas. Durante os eventos na comunidade os repórteres transmitem do local as notícias, entrevistando pessoas e informando os acontecimentos.

Durante uma conversa informal, na sua própria casa, a coordenadora da rádio Japiim, Carla Maiara Melo Vasconcelos, relatou que os locutores se preocupam em retratar o cotidiano do ribeirão nos programas, além de dar autonomia para a própria população intervir na produção da informação. Foi enfatizado que os ouvintes exercem notável influência na construção da programação, o que implica a ausência de qualquer autoritarismo por parte dos seus dirigentes, pois conforme relato da coordenadora, a sobrevivência do veículo depende exclusivamente da participação da população.

Uma situação que demonstra a importância e o alcance das informações repassadas pelo veículo foi a nossa chegada à comunidade. No mesmo dia que chegamos, fomos convidadas a participar de uma entrevista para relatar o motivo da nossa presença. No dia seguinte, quando iniciamos as visitas para coleta de dados, a população já tinha conhecimento do motivo que nos levou a Suruacá, pois tinham escutado a entrevista pelo rádio.

Assim, é possível afirmar que o interesse em divulgar fatos da localidade e de interesse da população, com uma linguagem acessível, sejam um dos principais

elementos da garantia de audiência dos programas da rádio comunitária e da sua contribuição para o desenvolvimento local, como comenta Carla Maiara.

A rádio, assim como os outros meios de comunicação disponíveis no Telecentro, proporciona uma comunicação veloz, as campanhas de saúde e educação promovidas por ela contribuíram para o desenvolvimento de Suruacá. Mas sabemos que ainda precisamos melhorar a estrutura do Telecentro, precisa ter mais equipamentos, mais oficinas e pessoas envolvidas nos projetos. Mas a realidade é que a comunidade mudou muito e foi para melhor. (Carla Maiara, 30 anos, radialista da Rádio Japiim).

Deve ser por isso que quando questionados durante as entrevistas sobre a contribuição da Rádio Japiim para o desenvolvimento da comunidade, ela apareceu com o meio de comunicação mais importante pra promover a comunicação e o desenvolvimento local por abordar assuntos relevantes, apresentados no Gráfico 1. Dos 93 entrevistados, 40 pessoas tinham o aparelho em casa, o que representa 27,6%.

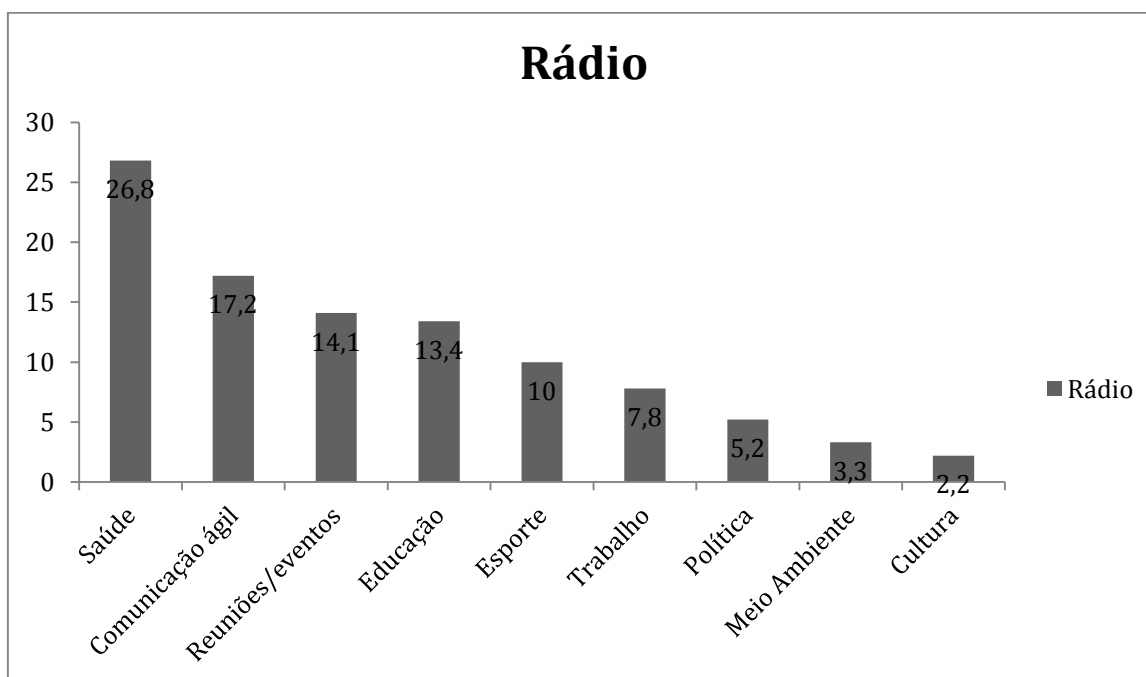


Gráfico 1: Contribuição da Rádio.

A Rádio Japiim que é a única rádio FM dentro de uma comunidade ribeirinha na região voltou a funcionar, durante a nossa pesquisa, como rádio poste, devido a problemas no gerador de energia. Porém, conseguimos descobrir através do *blog* da

comunidade que há pouco tempo o problema foi resolvido com a chegada de um novo equipamento. No entanto, foi verificado por meio de conversas informais e nas entrevistas, que essa situação é constante, o que prejudica o bom andamento das atividades desenvolvidas.

A Rádio FM funciona com energia solar ou com gerador, no entanto, a placa que temos é pequena e uma maior é muito cara, e o gerador às vezes não é suficiente, por isso acabamos voltando para a rádio poste para não deixar a população sem acesso as notícias. (Djalma Lima, 48 anos, Agente de Saúde).

A falta de energia ainda é um problema. O gerador é pequeno para a comunidade, daí ficamos muitas vezes sem rádio, internet e televisão. Isso é muito ruim, gostamos de saber o que está acontecendo pelo mundo. (Raimunda Alves, 55 anos, aposentada).

O Jornal Comunitário Japiim, apesar de estar fora de circulação há mais de três anos, foi identificado pelos ribeirinhos como importante veículo para o desenvolvimento da comunidade por abordar assuntos de interesse da comunidade, como mostra o Gráfico 2, assim como citado por todos os entrevistados como forte incentivador do hábito da leitura.

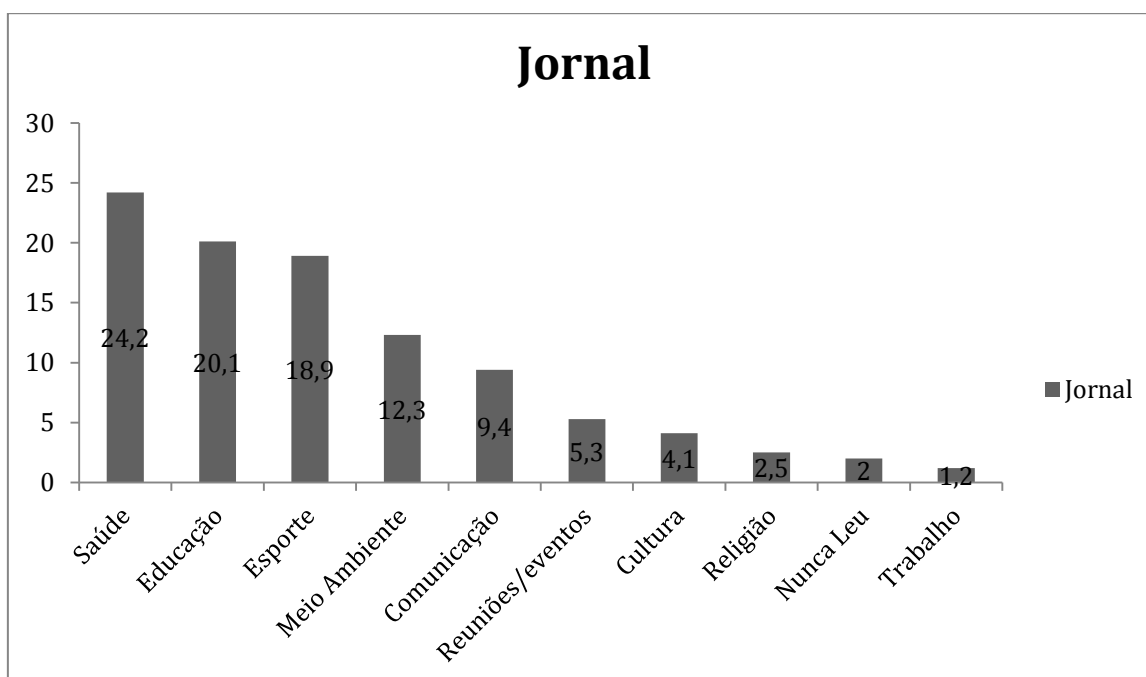


Gráfico 2: Contribuição do Jornal .

Suruacá não possui TV comunitária, entretanto, cria matérias por meio de vídeos roteirizados e gravados pela própria comunidade, sempre com temas relevantes para a população. O material produzido é enviado a RMCP que apresenta no programa Mexe com Tudo da TV Mocoorongó. Os vídeos documentários e educativos são exibidos na comunidade por meio de telões instalados na rua.

Quando questionados sobre a importância do vídeo para a comunidade, os entrevistados não hesitaram em responder que este contribuiu para promover a cultura local, seguido pela educação ambiental, campanhas de saúde e educação, melhor comunicação e assuntos relacionados ao esporte, como mostra o Gráfico 3.

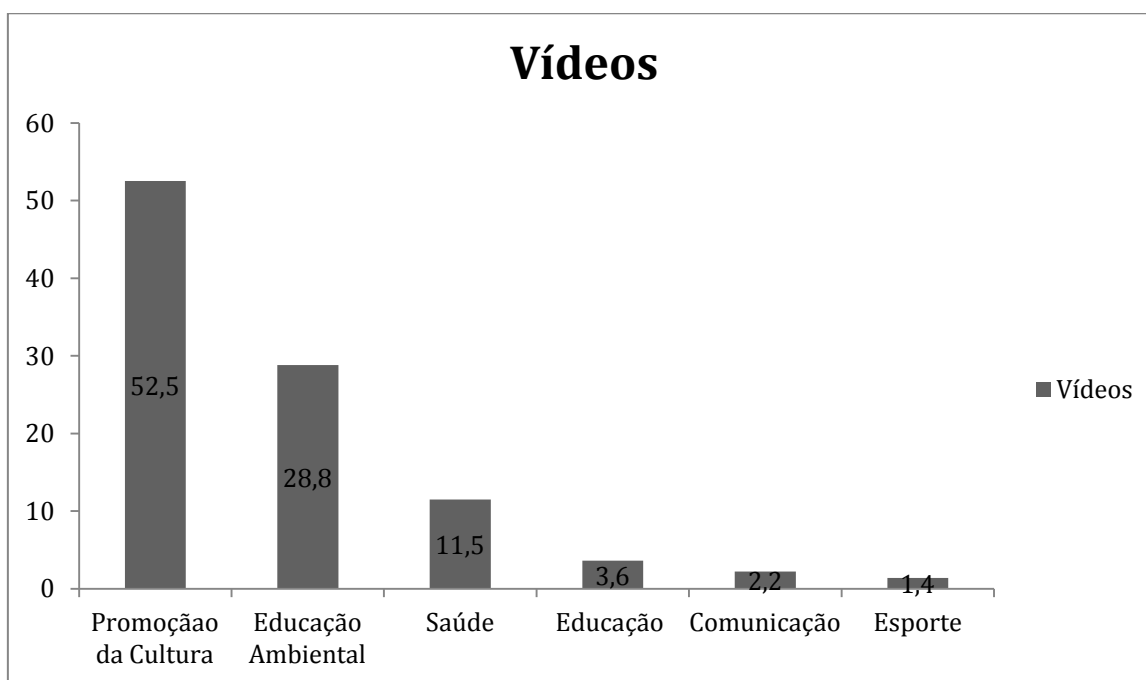


Gráfico 3: Contribuição dos Vídeos.

Porém, foi identificado durante as entrevistas que há pouca produção de vídeos devido à falta de equipamentos e de estrutura para editá-los, sendo necessário enviar o material para a sede da Rede Mocoorongó, o que preocupa alguns moradores, como o Sr. Miguel Lima.

É preciso produzir mais vídeos porque eles são importantes para o desenvolvimento local e para a educação da nossa população. Os vídeos mostram a nossa cultura para o povo de Suruacá e para outras comunidades, assim como contribui muito para ensinar as crianças e os jovens a cuidarem da saúde, da floresta e dos rios. Os vídeos contribuem muito para a educação e para o conhecimento,

sem contar que todo mundo gosta de se ver nos vídeos. (Miguel Lima, 45 anos, agricultor).

Em relação à *Internet*, esta é utilizada pelas crianças e jovens para pesquisas da Escola, para baixar músicas e jogos, porém os adultos começaram a criar também o hábito do uso, após as oficinas do Telecentro ou por meio de “aulas” ministradas pelos próprios filhos, para pesquisar documentos, mandar mensagens e até mesmo para usar as Redes Sociais, como o *Facebook*. Além disso, por meio do *blog*, criado pelos repórteres comunitários, a comunidade é apresentada para o mundo. De acordo com Kucinski (2005) e Gomes (2002), a democratização da *Internet* não deve privilegiar apenas a forma física, mas também o conteúdo, permitindo a participação ativa das pessoas na produção da informação. Essa participação viabiliza a prática da cidadania digital pela qual o cidadão cumpre suas obrigações e exerce seus direitos.

Logo, a *Internet*, como veículo que contribui com a promoção da educação apareceu em primeiro lugar na resposta dos entrevistados, como mostra o Gráfico 4. É importante ressaltar que ela é uma ferramenta muito utilizada para pesquisas e para troca de informações e comunicação, tanto no Telecentro, que possui oito computadores, como na Escola que recebeu, há menos de um ano, também oito computadores para pesquisas de trabalhos escolares.

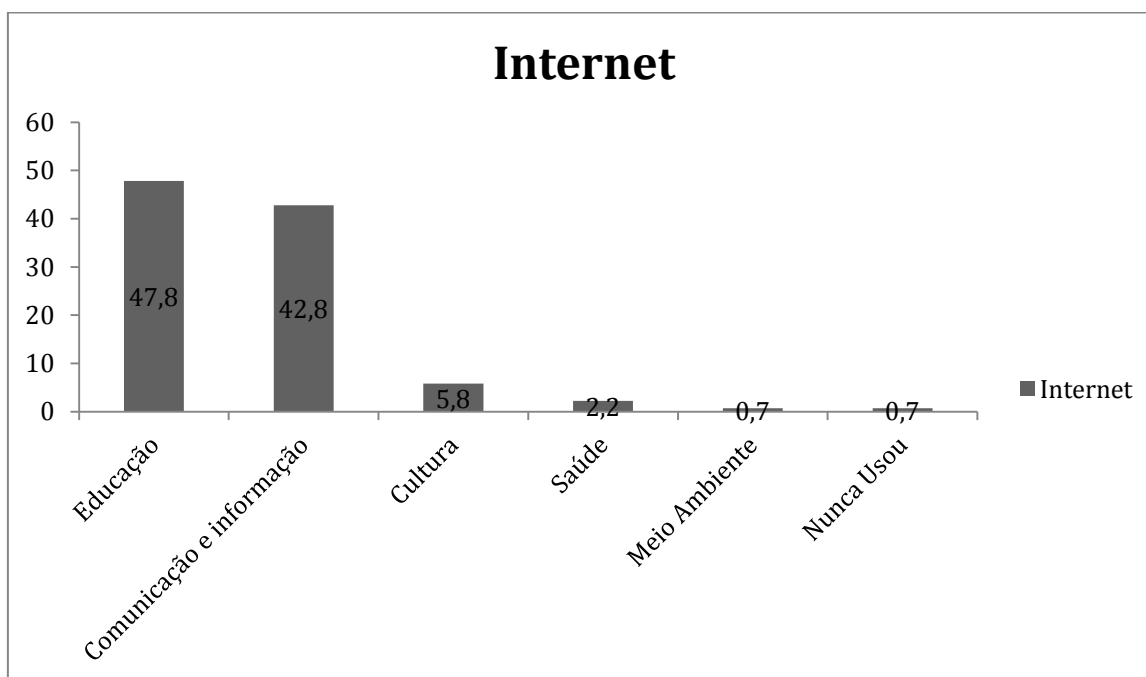


Gráfico 4: Contribuição da Internet.

Com 42,8%, a *Internet* apareceu em segundo lugar como veículo facilitador da comunicação e da informação. Sabe-se que devido à distância e dificuldade de acesso gerada pelos rios, ela introduz o local para o global, e vice-versa, pois facilita a comunicação com outras localidades, além de promover informações e conhecimento que seria quase impossível chegar ao alcance dos ribeirinhos.

Para Silveira (2003, p. 30) “a liberdade de expressão e o direito de se comunicar seriam uma falácia se fossem destinados apenas à minoria que tem acesso à comunicação em rede. Hoje, o direito à comunicação é sinônimo de direito à comunicação mediada por computador”, portanto, trata-se de uma questão de cidadania. Para Delgadillo et al (2002, p.8) os Telecentros Comunitários são iniciativas que utilizam as tecnologias digitais como instrumentos para o desenvolvimento humano em uma comunidade.

Sua ênfase é o uso social e a apropriação das ferramentas tecnológicas em função de um projeto de transformação social para melhorar as condições de vida das pessoas. (...) Nos telecentros comunitários formam-se facilitadores/as e promotores/as comunitários/as não só em aspectos técnicos de informação e comunicação como também em usos estratégicos das tecnologias digitais para a mudança social. Os telecentros comunitários são locais de encontros e intercâmbio, espaços de aprendizagem, crescimento pessoal e mobilização para resolver problemas e necessidades da comunidade.

Suruacá possui ainda telefonia móvel, implantada pelas empresas Vivo e Ericsson, em parceria com a ONG Saúde e Alegria, que instalaram uma torre com o objetivo de ampliar a comunicação na comunidade. Inclusive, é quase impossível não notar a paixão do ribeirinho pelo telefone celular, pois os mesmos passam horas do dia utilizando o aparelho, seja para se comunicar com outras pessoas por meio de ligações ou mensagens de texto, seja para escutar músicas ou acessar a *Internet* para utilizar as Redes Sociais.

Por meio da observação participante conseguimos identificar a forte influência que as Redes Sociais, principalmente, o *Facebook*, exercem sobre os jovens comunitários. Lembrando Recuero (2011), a comunicação digital ampliou a capacidade de conexão, permitindo que redes sociais fossem criadas e expressas nesses espaços.

Quando questionados de que forma o telefone celular contribuiu para o desenvolvimento da comunidade, 100% dos entrevistados, Gráfico 5, responderam que o veículo, além de promover, facilitou a comunicação entre os comunitários e dos mesmos com pessoas de outras localidades, promovendo ainda contatos de trabalho fora da comunidade, demonstrando dessa forma a importância do celular para a vida do ribeirinho. Dos 93 entrevistados, 58 pessoas tinham o aparelho celular, o que representa 40%.

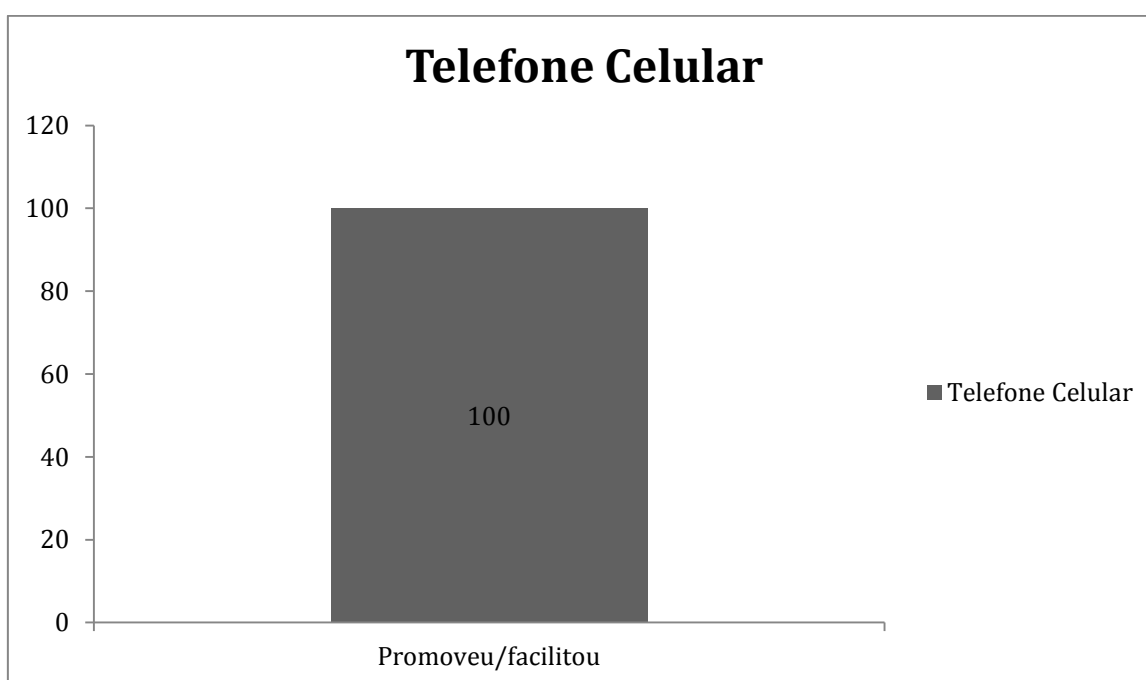


Gráfico 5: Contribuição do Telefone celular.

Dona Martinha Bentes, lembra que antes da chegada do telefone as pessoas se comunicavam mais por cartas enviadas por meio de barqueiros, as quais levavam dias para chegar ao destinatário e dias para o barqueiro voltar com a resposta “Agora é só colocar créditos e ligar para os parentes e amigos que moram longe de Suruacá. Ficou tudo mais fácil e rápido”. (Martinha Bentes, 72 anos, aposentada).

Outro meio de comunicação lembrado por 6,2%, Gráfico 6, dos entrevistados como meio de comunicação e difusor da cultura local foi o Teatro. A comunidade possui um grupo de teatro chamado 5 Estrelas que, através do lúdico, desenvolve apresentações com o objetivo de abordar temas relacionados à cultura da comunidade, à educação ambiental, à política e à saúde, difundindo assim assuntos importantes e promovendo a interação entre a comunidade.

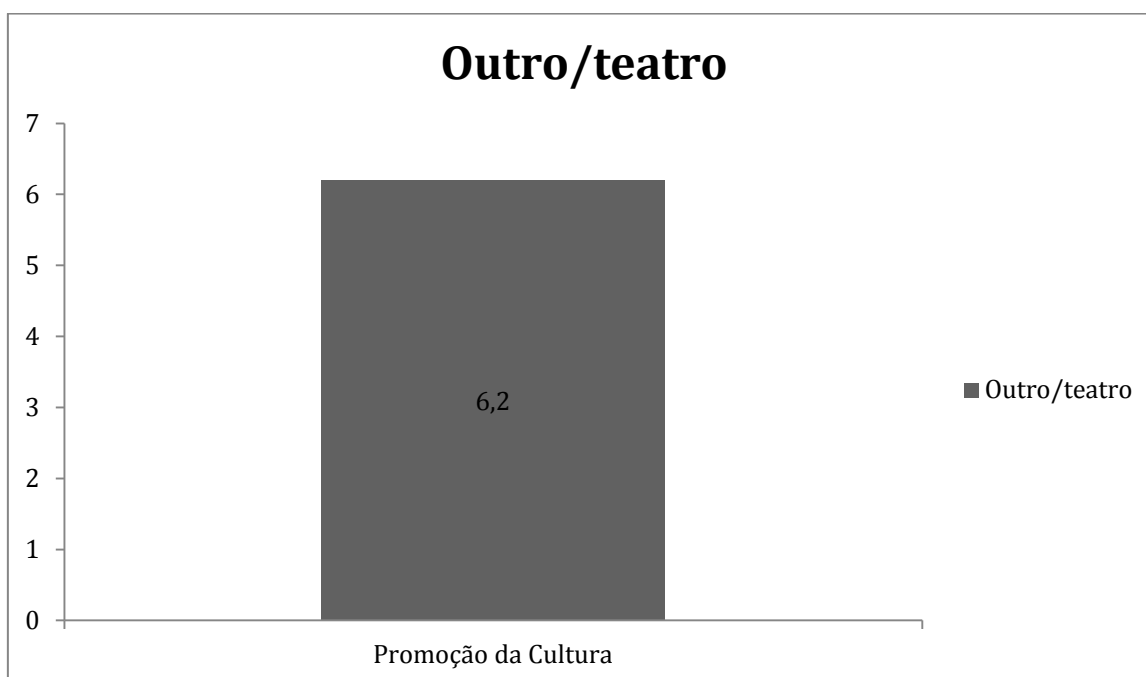


Gráfico 6: Contribuição do Teatro.

Para finalizar a entrevista, foi perguntado aos comunitários o que mudou na comunidade com a chegada do Telecentro de Comunicação. A “comunicação mais eficaz” apareceu em primeiro lugar com 42,2%, seguido pela melhoria na saúde, com 22,6%, já que a mortalidade infantil foi erradicada após a chegada da ONG e das oficinas e campanhas de saúde realizadas pelos integrantes do Telecentro em parceria com a Rede Mocaronga de Comunicação Popular.

A educação com 22,1% apareceu em terceiro lugar, pois o Telecentro abriga a Biblioteca Comunitária, promove campanhas na Escola e oficinas para incentivar a leitura, o desenvolvimento das crianças e jovens, diminuindo significativamente o índice de reprovação escolar. Promoção da cultura local, mais informações sobre reuniões e eventos na comunidade, educação ambiental, esporte e educação política foram lembrados também como melhorias fomentadas pelo trabalho do Telecentro de Inclusão Digital, apresentados no Gráfico 7.

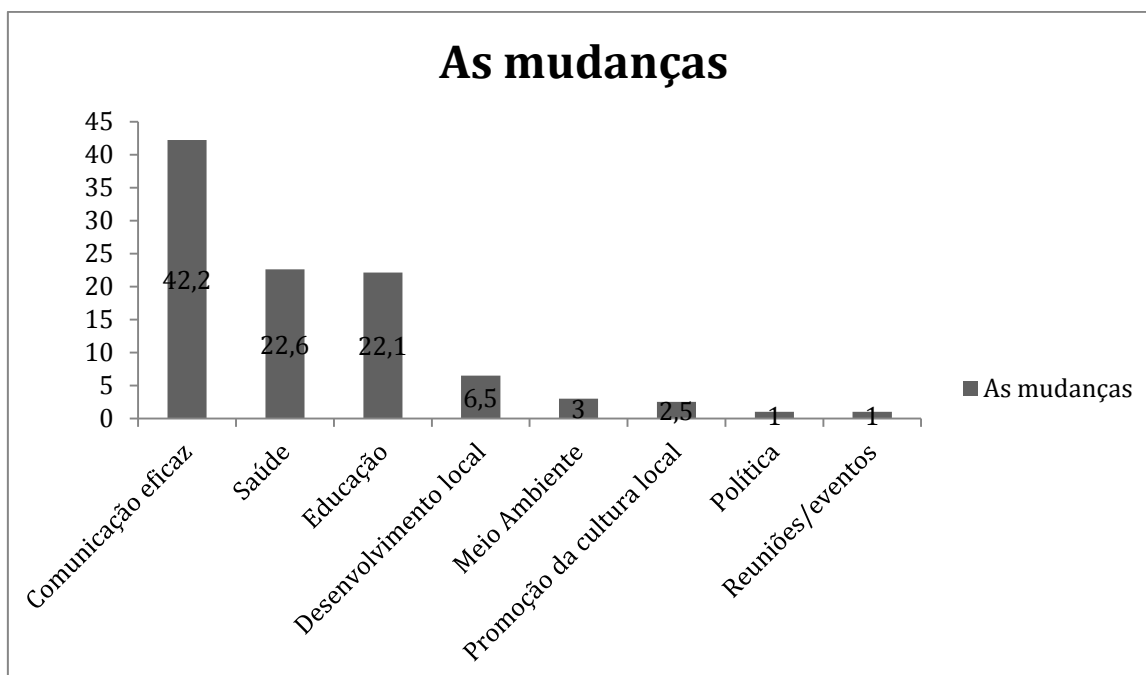


Gráfico 7: As mudanças na comunidade.

Verificamos durante a pesquisa que o Saúde e Alegria, por meio da Rede Mocaronga, desenvolvendo essa experiência na Amazônia, conseguiu afirmar o potencial da comunicação comunitária, adequando-a sempre as peculiaridades regionais e integrando-a as políticas públicas no desafio de melhorar a vida dessas populações que moram em lugares distantes como a comunidade de Suruacá.

Porém, fica o registro de que apesar de toda contribuição que o Telecentro trouxe à comunidade, os moradores reivindicam algumas melhorias nos equipamentos, mais colaboradores nas equipes de trabalho, mais cursos e a volta do Jornal Comunitário Japiim como podemos verificar nos depoimentos a seguir.

É preciso mais computadores e mais oficinas para ensinar as pessoas a utilizarem os equipamentos. Tenho certeza que assim as pessoas terão menos receio de usar o computador e a comunidade participará mais das atividades do telecentro. (Terezinha Carmo de Sousa, 72 anos, aposentada).

Fui monitora da Saúde da Criança de 1988 a 1994 e pude perceber que com o trabalho desenvolvido no Telecentro a mortalidade infantil diminuiu, as pessoas ficaram mais conscientes e aprenderam a proteger o meio ambiente. Porém, o Telecentro está muito parado, era mais animado no início. Acho que os jovens deveriam participar mais, falta incentivo das lideranças. (Alíria Costa dos Santos, 63 anos, aposentada).

A falta de energia prejudica o trabalho do Telecentro que contribui bastante com campanhas de saúde, saneamento, separação do lixo e palestras educacionais na Escola. Hoje é muito mais fácil e rápido se comunicar ou descobrir o que acontece em Santarém e até no mundo. (José Maria Melo, 41 anos, professor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conteúdos identificados e, sucintamente, analisados indicam que a comunicação comunitária possibilita a atuação dos comunitários como agentes comunicativos e transformadores da sua realidade. Tendo em vista a potencialidade da comunicação comunitária para a difusão de informações, conhecimento e comunicação, não seria errado afirmar que a mesma contribui significativamente para a promoção da cidadania, principalmente, de populações ribeirinhas que sofrem com a exclusão por falta de políticas públicas devido às barreiras geográficas e desinteresse do Estado.

Em razão da dificuldade de acesso à comunidade de Suruacá, por muito tempo o intercâmbio de informações com outras localidades foi prejudicado gerando transtorno, principalmente, quando o assunto era o contato com pessoas que habitam as regiões mais distantes. Impedidos pelos obstáculos naturais e, principalmente, pela falta de uma política desenvolvimentista, muitas das vezes, levava-se dias para as mensagens enviadas chegarem a seus destinatários, além disso, a comunicação dentro da própria comunidade também era precária e lenta, pois era realizada, nos moldes da tradição oral, isto é, boca a boca, sendo necessário visitar a casa de todos os moradores para comunicar uma simples reunião.

Com a implantação do Telecentro de Inclusão Digital Japiim o processo comunicacional sofre mudanças significativas, melhorando o fluxo das informações e da comunicação, sendo o mesmo considerado pelos comunitários como um espaço para fomentar o conhecimento, a informação, a comunicação e a cultura, proporcionando o desenvolvimento e a promoção da cidadania na comunidade. Isso confirma o que Schramm (1976, *apud* PERUZZO, 2007) diz sobre a importância dos meios de comunicação para a promoção do desenvolvimento, disseminando informações, proporcionando oportunidade de participação das pessoas e ensinando técnicas que resultam na transformação social.

A comunicação comunitária desenvolvida no Telecentro é também um processo de educação informal no sentido de que contribui com o desenvolvimento intelectual dos ribeirinhos ao incluí-los na produção do jornal comunitário, ao apresentar um programa de rádio ou televisão, ao selecionar conteúdos ou discutir a

linha editorial dos veículos de comunicação. Além disso, é um meio para a construção da cidadania, pois os cidadãos envolvidos nesse processo desenvolvem o seu conhecimento, mudam o seu modo de ver a sociedade e os próprios meios de comunicação, adquirindo uma visão mais crítica, tornando-se pessoas aptas e conscientes na luta por seus direitos. A educomunicação se configura numa importante vertente de suporte ao processo de desenvolvimento comunitário, contribuindo para a construção da cidadania da população ribeirinha.

Se a capacidade de se comunicar faz parte da nossa condição de ser humano, é preciso que esse direito seja devidamente exercido. Não existe saúde sem educação, política sem cultura, educação ambiental sem comunicação. São fatores inseparáveis e interdependentes. Nesse sentido, pensar a comunicação comunitária em lugares de difícil acesso é uma maneira de contribuir para a construção de um ambiente comunicacional onde os agentes são a própria comunidade, onde a comunicação será criada e recriada conforme sua cultura, suas necessidades, contribuindo para novas formas do exercício da cidadania e da ampliação da comunicação, exigidas pelo mundo globalizado, onde o local e o global se entrecruzam a todo instante.

Portanto, o que podemos perceber durante o tempo em que passamos na comunidade é que o ambiente comunicacional estabelecido na comunidade, por meio do trabalho realizado pelo Telecentro Japiim, trouxe a possibilidade do ribeirinho atuar de forma mais eficiente na preservação da sua história, transitando entre a cultura tradicional e as novas tecnologias, além de reafirmar a sua própria identidade, pois a comunicação promove o conhecimento, fazendo com que o ser humano questione mais tudo que faz parte da sua vida, atingindo os objetivos propostos pelo Saúde e Alegria ao implantar o Telecentro. Pessoas informadas são preparadas para lutarem por seus direitos e deveres, construindo junto à cidadania, e isso não seria diferente nem mesmo numa comunidade no meio da floresta Amazônica.

A comunicação é um direito de qualquer ser humano, entretanto, é preciso que esse direito seja devidamente exercido até mesmo pelos ribeirinhos. Por isso, esse trabalho aponta para a importância da comunicação comunitária como instrumento para a mudança social e para o desenvolvimento da comunidade, utilizando estratégias para mobilizar, agir, educar, transmitir informação e conhecimento, promovendo dessa maneira o exercício da cidadania da população,

além de ser uma alternativa para democratizar a comunicação para essas populações, sempre respeitando a cultura e a identidade local. Ela aparece como o ponto inicial para a busca da transformação social, criando sujeitos ativos na conquista pelos seus direitos de cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Marcelo. **História, tecnologia e legislação de telecomunicações**. Campina Grande: Ed. do Autor, 2010.

AMARAL, Roberto e GUIMARÃES, César. ¿Qué television, qué democracia? Una reforma mínima de la TV brasileña. **Voces y Culturas: Revista de Comunicación**. Barcelona, n. 6, p. 63-85, I Semestre de 1994.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2003.

ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Florense, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. **Conceito de ONG**. Disponível em: <<http://abong.org.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **O regatão e suas relações de comunicação na Amazônia**. 1980. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação USP/ECA), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BARROS, Laan Mendes de. Comunicação e educação numa perspectiva plural e dialética. **Revista de Estudos de Educação e Comunicação**. São Paulo: Universidade. Anhembi/Morumbi, p. 19-38, 2 semestre. 1997.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2.ed. Manaus: Valer;Edua;Inpa. 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer, 1999.

BOTÃO, Paulo Roberto. Comunicação comunitária e Internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: Intercom, 2002, v. 2, n. 2.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAMARGO, M. F. et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.

CAMELY, Nazira. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o Estado do Acre**. 2009. 284 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel A. **A sociedade em Rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **A constituição aberta e os direitos fundamentais: ensaios sobre o constitucionalismo pós-moderno e comunitário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira; BAÍA, Dayane C.P. Uma experiência de inclusão digital na Amazônia. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 390 – 409, maio/ago. 2012.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

DELGADILLO, Karin; GÓMEZ, Ricardo; STOLL, Klaus. **Telecentros comunitários para o desenvolvimento humano: lições sobre telecentros comunitários na América Latina e Caribe**. Quito: Fundação Chasquinet. 2002. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056044.PDF>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

DELIBERADOR, Luzia M.Y.; VIEIRA, Ana C. R. **Comunicação e educação para a cidadania em uma cooperativa de Assentamento do MST**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005. 16 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001. 176p.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

FESTA, Regina. Movimentos sociais: comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina; LINS, Carlos Eduardo. (Orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Editora Paulinas, 1986.

FIGUEIREDO, Thiago Antônio. **Rede Ribeirinha de Comunicação: estratégia de gestão participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável**. **Inovcom – Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 9-17, 2007.

FRAXE, Therezinha de J.P. **A Amazônia: cultura material e Imaterial**. São Paulo: Annablume; Manaus: UFA, 2011.

FRAXE, Therezinha de J.P. **Cultura Cabocla-Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GALVÃO, E. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. São Paulo, Editora Nacional, 1976.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES, Elisabeth. **Exclusão digital: um problema tecnológico ou social?** Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Tradução de Noênio Spínola. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HANAN, Samuel Assayag; BATALHA,, Bem Hur Luttembarck. **Amazônia: contradições no paraíso ecológico**. 5. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia**. Disponível em: <<http://www.globalgeo.com.br/globalgeo-news/ibge-disponibiliza-dados-de-solo-e-recursos-minerais-da-amazonia-legal/>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Perseu Abramo; Unesp, 2005.

KUNSCH, Margarida M. krohling. Sociedade civil, multidadania e comunicação social. In: KUNSCH, Margarida M. krohling.; KUNSCH.; Waldemar Luiz. (Orgs.). **Relações Públicas Comunitárias: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

LANDIM, Leilah. **Ações em sociedade militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: NAU, 1998.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ensanchando territórios en comunicación/educación. In: VALDERRAMA, Carlos. **Comunicación & Educación**. Bogotá: Universidad Central, 2000.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. **Revista Inclusão Social**. Brasília: IBICT, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTEIRO, Gilson Vieira. Ecossistemas comunicacionais amazônicos. In: MONTEIRO, Gilson Vieira; Abbud, Maria Emília de Oliveira; PEREIRA, Mirna Feitoza. (Orgs). **Estudos e Perspectivas dos Ecossistemas na Comunicação**. Manaus: Edua, 2011.

MOREIRA, Eidorfe. Amazônia: o conceito e a paisagem. In: CHAVES, Maria Annunciada (Org.). **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: Conselho Estadual de Cultura; Seduc; Cejup, 1989.

MORETTI, Sergio L. A. A escola e o desafio da modernidade. **Revista ESPM**, São Paulo. Referenda, v. 6, jan./fev. 1999.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: ENAP/MH Comunicação, 1992.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PAZ, R. D. O. O que é ONG? **Revista Serviço Social & Sociedade**. v.17, n. 53, p. 176-177, mar. 1997.

PERUZZO, Cicília M. K. Cidadania, comunicação e desenvolvimento social. In: KUNSCH, Margarida M. K.; KUNSCH, Waldemar Luiz. (Orgs). **Relações públicas comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Artigo apresentado no V Simpósio em Comunicação do Centro-Oeste, da Faculdade de Educação da UFG, Goiânia: 20 de maio de 1999.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARDINHA, Antonio Carlos. A comunicação comunitária no contexto da política pública de comunicação: indicações e delineamentos. COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE A ESCOLA LATINO – AMERICANA DE COMUNICAÇÃO, 19., 2010, São Paulo, **Anais...** São Paulo: editor, 2010. 11 p.

SAÚDE E ALEGRIA. **Relatório Anual 2010**. Disponível em: <http://www.saudeealegria.org.br/upload/psa_relato_anual_2010.pdf> Acesso em: 10 jun. 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A. inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; CASSINO, João. (Org.). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003. p. 17-47.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora fg, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.

TEIXEIRA, Ana Claudia C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida:** uma interpretação da Amazônia. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 1988

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

WAGLEY, Charles Walter. **Uma comunidade amazônica:** estudo do homem nos trópicos. Tradução: Clotilde da Silva Costa. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade.** 2.ed. São Paulo:Cortez, 1998.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina:** estrutura social de uma área urbana pobre degradada. Tradução: Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 390 p.

APÊNDICES

Apêndice A – Formulário da entrevista em Suruacá

Formulário aplicado na Comunidade de Suruacá, como instrumento de coleta de dados para a pesquisa de mestrado, de Priscila Rabassa de Souza, intitulada “A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá/PA – No: _____

Dia:

Casa:

Dados Gerais:

1. **Nome do entrevistado:** _____

2. **Número de pessoas na família que mora na casa:** _____

Nome dos integrantes da casa acima de 14 anos:

3. **Sexo:**a. () Masculino b. () Feminino

4. **Idade:** _____

5. **Estado Civil:**a. () Solteiro b. () Casado c. () Viúvo d. () Divorciado

6. **Escolaridade:**

a. () Sem Escolaridade b. () Primário c. () PC d. () E. F.I e. () E. Fundamental
f. () E. Médio Incompleto g. () E. Médio h. () Superior Incompleto i. () Superior

7. **Benefícios:**a. () Bolsa Família b. () Bolsa Floresta c. () Seguro Defeso

d. () Aposentadoria e. Outro: _____ f. () Nenhum

8. **Atividade (s) econômica desenvolvida (em ordem de importância):**

9. **Renda familiar:** _____

Informações sobre o processo comunicacional:

10. **Na comunidade existe alguma Instituição que desenvolve ou desenvolveu algum projeto comunitário?**a () Não b () Sim. Qual(is)

11. **Você conhece o Projeto Saúde e Alegria?** a () Não b () Sim

12. **Se sim, qual o trabalho mais importante realizado pelo PSA na comunidade e por quê?**

13. **Você conhece o trabalho da RMCP do PSA?**a () Não b () Sim. Qual é?

14. **Dos veículos de comunicação utilizados no TC, qual (is) você conhece:**

a. () Rádio b. () Jornal c. () Internet d. () Vídeos
e. () Telefone f. () Outro: _____ g. () Nenhum

15. **De que forma você participa do Telecentro de Comunicação:**

a. () Receptor b. () Receptor/Emissor c. () Não participo

16. Qual (is) veículo (s) de comunicação você prefere? (use 1 para o preferido e 6

para o que menos gosta)a.(☐) Rádio b.(☐) Jornal c.(☐) Internet
d.(☐) Vídeos e.(☐) Telefone f.(☐) Outro: _____ g.(☐) Nenhum

Justifique sua resposta acima: _____

17. Você acredita que os veículos de comunicação do TC contribuem para o desenvolvimento da comunidade? a.(☐) Sim. b.(☐) Não.

18. Se você respondeu que sim na questão anterior, de que forma?

a.(☐)Rádio: _____

b.(☐) Jornal: _____

c.(☐) Internet: _____

d.(☐) Telefone: _____

e.(☐) Vídeos: _____

f.(☐) Outro: _____

19. Qual (is) veículo (s) de comunicação vocês têm em casa:

a.(☐) Rádio b.(☐) TV c.(☐) Computador d.(☐) Telefone e.(☐) DVD
f.(☐)Internet g.(☐)Outro:_____ h.(☐) Nenhum

20. Como se dava a comunicação na comunidade antes do TC?

21. O que mudou na comunidade depois da chegada do Telecentro de Comunicação?

22.Como você avalia hoje a comunicação com o Telecentro de Comunicação?

(☐) Ruim (☐) Bom (☐) ótimo (☐) Outro: _____

23.Você gostaria de fazer algum comentário, sugestão, crítica?

Apêndice B - Questionário aplicado na Rede Macoronga

Este questionário faz parte da pesquisa “A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá/ PA, da mestrandia, Priscila Rabassa de Souza, vinculada ao curso de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFAM. que tem como objetivo avaliar a eficácia da Rede Macoronga de Comunicação Popular, da ONG Projeto Saúde e Alegria, na comunidade de Suruacá.No: _____

Dados Gerais:

1. Nome do entrevistado: _____
2. Sexo:() Masculino () Feminino
3. Idade: _____
4. Estado Civil:() Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado
5. Escolaridade:
 () Sem Escolaridade () E. Fundamental Incompleto () E. Fundamental
 () E. Médio Incompleto () E. Médio() Superior Incompleto () Superior
 () Especialização () Mestrado () Doutorado () Outro
6. Profissão:_____
7. Cargo exercido na RMCP: _____
8. Há quanto tempo trabalha na RMCP? _____

Dados sobre a ONG Saúde e Alegria e a Rede Macoronga de Comunicação Popular:

9. Qual é a data de fundação da ONG PSA? _____
10. Qual é a missão da ONG PSA? _____
11. Qual é a visão da ONG PSA? _____
12. Quais são as ações realizadas pela ONG PSA para atingir a sua missão? _____
13. Quantas comunidades são atendidas pela ONG PSA e em quais regiões? _____
14. Há quanto tempo existe o projeto Rede Macoronga?_____
15. Qual é a missão da Rede Macoronga?_____
16. Qual é a visão da Rede Macoronga?_____
17. Quais são as ações realizadas pela RMCP para atingir a sua missão?_____
18. Quantas comunidades são atendidas pela RMCP e em quais regiões? _____
19. Quais são os projetos desenvolvidos pela RMCP nessas comunidades?_____

20. Em relação à comunidade de Suruacá, qual (is) é(são) o(s) projetos (s) desenvolvido (s) pela RMCP? _____

21. Qual (is) o (s) veículo (s) de comunicação existe (m) no TC da comunidade de Suruacá?

() Rádio () Jornal () Internet () Vídeos () Telefone () TV ()

Outro: _____

22. O (s) veículo (s) de comunicação utilizado (s) no TC de Suruacá alcança (m) os objetivos propostos pela RMCP? () Sim () Não

23. Se você respondeu SIM na questão anterior, de que forma os objetivos são alcançados?

24. Se você respondeu NÃO, justifique a sua resposta:

25. Quais os principais resultados desses projetos?

26. Quais os principais problemas desses projetos?

27. Quais são os veículos de comunicação existentes no Telecentro de Comunicação, na comunidade de Suruacá, que os moradores mais gostam?

() Rádio () Jornal () Internet () Vídeos () Telefone () TV ()

Outro: _____

Justifique a sua resposta.

28. O processo de comunicação na comunidade de Suruacá atende as necessidades da população?

() Sim. De que forma?

() Não. Por quê?

() Não sabe

29. O que você entende por comunicação comunitária?

30. Como se dá a inclusão do comunitário de Suruacá no processo de comunicação?

() Receptor () Receptor/Emissor () Não participa

Justifique sua resposta:

31. Como são escolhidos os temas divulgados pelos veículos de comunicação no TC?

32. O que você entende por cidadania?

33. Você acredita que os veículos de comunicação utilizados no TC de Suruacá, contribuem para a promoção da cidadania da população? () Sim () Não . Por quê?

34. Espaço destinado para comentários, sugestões, críticas: _____

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para adultos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar do Projeto de Pesquisa “A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade Suruacá/PA” da pesquisadora Priscila Rabassa de Souza.

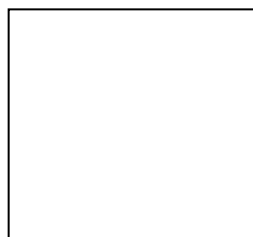
A pesquisa tem como objetivo avaliar a contribuição da comunicação comunitária para a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá/PA. Sabe-se que a inclusão dos meios de comunicação tradicional e digital traz muitos benefícios aos seus usuários e ao desenvolvimento local, no entanto, os estudos da comunicação em comunidades são pouco conhecidos. Analisando essa situação, acreditamos que a inserção de meios de comunicação comunitária é fundamental para dar agilidade e continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos comunitários, fomentando assim a troca de informação e conhecimento entre as comunidades, além de promover o desenvolvimento local e a cidadania da população. Serão incluídos nos estudos os colaboradores da Rede Mocoronga de Comunicação Popular e os comunitários da comunidade analisada. A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de questionário e entrevista, diário de campo, conversas informais e registros fotográficos. Todo o material ficará disponível da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFAM.

A pesquisa não provocará risco, prejuízo ou desconforto ao público-alvo. Caso ocorra, os mesmos serão minimizados. Em caso de recusa em participar da pesquisa o senhor (a) não será penalizado (a) de forma alguma. O sujeito poderá se retirar da pesquisa sem ônus.

Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Priscila Rabassa de Souza pelo telefone (92) 3305.4508, (92) 8155.4348, e-mail: prisouza.rp@gmail.com ou pelo endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Manaus – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – ao qual está vinculado na Instituição. Poderá entrar em contato também com o CEP/UFAM pelo telefone (92) 3305-5130, e-mail: cep@ufam.edu.br ou no endereço Rua Terezina, 495, Adrianópolis - CEP: 69057-070 – Manaus/AM.

Fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia desse documento, assinada, que vou guardar.

_____, ou _____/_____/2012
Assinatura do participante



Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar ____/____/2012

_____/_____/2012

Pesquisadora Responsável

Apêndice D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para menores

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Convidamos o (a) Sr. (a) para que autorize seu/sua filho (a) a participar do projeto de Pesquisa intitulado “A comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade Suruacá/PA” da pesquisadora Priscila Rabassa de Souza, como entrevistado (a).

A pesquisa tem como objetivo avaliar a contribuição da comunicação comunitária para a cidadania em Suruacá. Sabe-se que a inclusão dos meios de comunicação traz muitos benefícios aos seus usuários e ao desenvolvimento local, no entanto, os estudos da comunicação em comunidades são pouco conhecidos. Analisando essa situação, acreditamos que a inserção de meios de comunicação comunitária é fundamental para dar agilidade e continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelos comunitários, fomentando assim a troca de informação e conhecimento, além de promover o desenvolvimento local e a cidadania da população. A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de entrevista, diário de campo, conversas informais e registros fotográficos. Todo o material coletado ficará arquivado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFAM. A pesquisa não provocará risco, prejuízo ou desconforto ao público-alvo. Em caso de recusa em participar da pesquisa o senhor (a) e o (a) menor de idade não será/serão penalizado (s) de forma alguma. O sujeito poderá se retirar da pesquisa sem ônus.

Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Priscila Rabassa de Souza pelo telefone (92) 3305.4508, (92) 8155.4348, e-mail: prisouza.rp@gmail.com ou pelo endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Manaus – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – ao qual está vinculado na Instituição. Poderá entrar em contato também com o CEP/UFAM pelo telefone (92) 3305-5130, e-mail: cep@ufam.edu.br ou no endereço Rua Terezina, 495, Adrianópolis - CEP: 69057-070 – Manaus/AM.

Fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo que o meu/minha filho (a) participe do projeto, sabendo que não vamos ganhar nada e que podemos sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

____ ou ____/____/2012
Assinatura do responsável pelo menor

____ Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar ____/____/2012
Assinatura do menor de idade

____/____/2012

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar

____/____/2012
Assinatura da Pesquisadora

Apêndice E - Parecer do Comitê de Ética



PROJETO DE PESQUISA

Título: A Comunicação comunitária e a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá - PA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 04814112.6.0000.5020

Pesquisador: Priscila Rabassa de Souza

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 91.824

Data da Relatoria: 04/09/2012

Apresentação do Projeto:

Este trabalho compõe-se de um Estudo de Campo na comunidade tradicional ribeirinha de Suruacá e um Estudo de Caso na Rede Mocoronga de Comunicação Popular, ambas localizadas no município de Santarém, Estado do Pará. Em seu objetivo geral, essa pesquisa visa analisar sob quais condições os meios de comunicação contribui para a promoção da cidadania na comunidade de Suruacá, por meio da comunicação comunitária.

Como objetivos específicos, trataremos de avaliar a eficácia da Rede Mocoronga de Comunicação Popular na comunidade de Suruacá e analisaremos os benefícios/impactos dos meios de comunicação nessa comunidade, a partir da perspectiva da comunicação comunitária. O estudo sobre comunicação comunitária contará com um suporte teórico da autora Círcia Peruzzo (2004) que conceitua a comunicação comunitária como fator crucial para conectar as comunidades entre si e com o mundo, além de contribuir para a ampliação dos direitos e deveres de cidadania. A metodologia aplicada a esse estudo será a pesquisa quali-quantitativa, que conforme Malhotra (2001) essa modalidade de investigação vem se sustentando com firmeza como uma alternativa de investigação mais global para a descoberta e compreensão do que se passa dentro e fora dos contextos organizacionais e sociais. O presente estudo se iniciará no mês de outubro de 2012 com visitas a comunidade de Suruacá e a sede da Rede Mocoronga de Comunicação Popular para aplicação dos instrumentos testes de coleta de dados. Em novembro, após os ajustes necessários, será realizada a atividade de coleta de dados finais. Acredita-se que os resultados obtidos por meio do estudo fornecerão subsídios para compreender e detectar os benefícios e impactos oferecidos pela comunicação comunitária e sua relação para a promoção da cidadania em comunidades tradicionais ribeirinhas, o que pode ser de grande valia para estudos futuros sobre comunicação comunitária.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 06 de Setembro de 2012

Assinado por:
Pedro Rodolfo Fernandes da Silva

ANEXOS

Anexo A – Registros Fotográficos

A Viagem para Suruacá



Figura 1- Saída do Porto de Santarém
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 2 – Barco Recreio para Suruacá
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 3 – Posto de gasolina flutuante, Rio Tapajós
Fonte – Priscila Rabassa (2012)

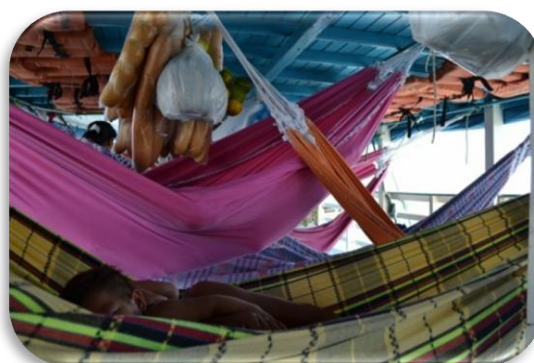


Figura 4 - Acomodações no barco recreio
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 5 – Viagem pelo Rio Tapajós
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 6 – Chegada a Suruacá
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 7 - Recepção em Suruacá
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 8 – Igreja Católica
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 9 – Escola João Sarmento
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 10 – Estrutura e limpeza das ruas
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 11 – Posto de Saúde
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 12 – Estrutura interna do Posto de Saúde
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 13 – Abrigo do gerador de energia
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 14 – Torre da Vivo movida a energia solar
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 15 – Único orelhão da comunidade
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 16 – Sistema de abastecimento de água
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 17 – Sistema de energia solar
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 18 – Telecentro de Inclusão Digital
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 19 – O Telecentro de Inclusão Digital
Fonte – Alice Lima (2012)



Figura 20 Estrutura da Rádio Japiim
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 21 – Kílvia, repórter do Telecentro
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 22 – Nossa participação na rádio
Fonte – Djalma Lima (2012)



Figura 23 – Espaço para eventos no TC
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 24 – O interior do Telecentro
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 25 – A criançada na era digital
Fonte - Priscila Rabassa (2012)



Figura 26 – Os usuários do Telecentro
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 27 – Os jogos são mais uma atração
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 28 – Kennedy usando a Tecnologia 3G
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 29 – A Biblioteca Comunitária
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 30 – A leitura no cotidiano
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 31 – Sede do Santos Futebol Clube
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 32 – Sede do Norte Brasil Clube
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 33 – Jogo de futebol feminino
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 34 – Jogo de vôlei masculino
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 35 – Dona Martinha prestigiando os jogos
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 36 – Sr. Djalma consertando a tarrafa
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 37–Estrutura da rádio
Fonte – Priscila Rabassa



Figuras 38 e 39 – Campanhas de educação ambiental
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 40 – Única padaria
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 41 – Casa da família do Sr. Djalma Lima
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 42 – Nosso quarto
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 43 – A família do Sr. Djalma Lima
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 44 – Início das entrevistas
Fonte – Yasmin Collares (2012)



Figura 45–Entrevista com os comunitários
Fonte – Yasmin Collares (2012)



Figura 46 – Praia de Santa Quitéria – Suruacá
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 47 – O rio, lazer do ribeirão (Sta.Q)
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 48 – O transporte dentro de Suruacá
Fonte – Djalma Lima (2012)



Figura 49 – À volta, chegada em Alter do Chão
Fonte – Priscila Rabassa (2012)

Anexo B – Registros Fotográficos
O Projeto Saúde e Alegria e a Rede Macoronga de Comunicação



Figura 50 – Sede do PSA em Santarém
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 51 – A Rede Macoronga
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 52 – Sala de rádio e vídeo
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 53 – Sala dos colaboradores
Fonte – Priscila Rabassa (2012)



Figura 54 – Entrevista com os colaboradores
Fonte – Priscila Rabassa (2013)

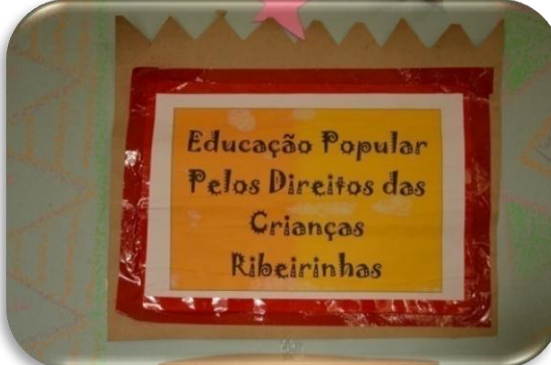


Figura 55 – Uma das missões da Rede
Fonte – Priscila Rabassa (2013)